DIÁRIO DE NOTÍCIAS
DE SÃO PAULO

EDIÇÃO NACIONAL

ISSN 2675-6676

R$ 6,00

www.diariodenoticias.com.br | ANO XXXVIII • Nº 8121 • SÃO PAULO, 27 A 29 DE ABRIL DE 2024 | DIRETOR RESPONSÁVEL: MÁRCIO ANTÔNIO LOPES DA COSTA

São Paulo em alerta: Vítima fatal por febre amarela é registrada no estado

Geral Pág.06

No Estado de São Paulo foi registrado o primeiro óbito por febre amarela em 2024. A vítima, um homem de 50 anos residente em Águas de Lindoia que frequentava também a região de Monte Sião, em Minas Gerais, veio a falecer em 29 de março, de acordo com a Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo (SES-SP). A SES-SP informou que intensificou as medidas preventivas na área de Águas de Lindoia e faz um alerta à população sobre os riscos de contaminação pela doença, reforçando a importância da imunização. Segundo o órgão, a vacina contra a febre amarela está disponível em todas as unidades de saúde do Estado e, até 22 de abril, a cobertura vacinal na região atingia 68,47%.

(Foto: Prefeitura de Cabo Frio)



A doença é transmitida pela picada de mosquitos. Grave e muitas vezes letal, a febre amarela pode ser prevenida pela vacinação.

Lançamentos Pág.17

Minha mãe, meu mundo: livro emociona leitores com histórias de amor e cuidado materno

Esportes Pág.08

Serginho e Bernardinho juntos novamente: um duo imbatível na seleção masculina de vôlei

Política Pág.03

Bolsonaristas aproveitam fórum em Londres para ataques ao STF

Durante o 1º Fórum Jurídico Brasil de Ideias, evento que acontece em Londres e que reúne ministros do STF e do governo Lula, apoiadores do ex-presidente Bolsonaro se manifestaram contra a "censura" no Brasil, e pediram o impeachment do ministro Alexandre de Moraes, além de exaltarem o empresário dono do X (antigo Twitter) e da Tesla, Elon Musk.

Economia Pág.04

Necessidade de financiamento do Governo Geral avança para 7,6% do PIB

Avançou 3,6 pontos porcentuais em 2023, passando de 4% do PIB em 2022 para 7,6%, a necessidade líquida de financiamento do Governo Geral (Governo Central, Estados e municípios), segundos dados da Fazenda divulgados ontem, 26. No caso do Governo Central, o resultado reflete um aumento nominal de 11,5% da despesa e de 2,3% da receita.

FEBRE AMARELA

É uma doença infecciosa febril aguda, causada por um vírus transmitido por mosquitos pertencentes às espécies Aedes aegypti e Haemagogus

SINTOMAS

FASE INICIAL
- Dor de cabeça
- Febre
- Perda de apetite
- Náuseas e vômitos
- Dores musculares, principalmente nas costas

FASE TÓXICA
- Febre alta
- Vômitos
- Pele e olhos amarelados
- Dores abdominais
- Urina escura
- Manifestações hemorrágicas

PREVENÇÃO

A única forma de prevenção é a VACINAÇÃO
- A vacina é gratuita e está disponível nos postos de saúde
- É administrada em dose única a partir dos 9 meses de idade
- A vacina é válida por 10 anos e sua eficácia não diminui com o tempo
- Deve ser aplicada 10 dias antes de viagens para as áreas de risco de transmissão da doença

Podem se vacinadas pessoas de 9 meses a 59 anos

FONTE Ministério da Saúde — INFOGRAFFO

Economia Pág.04

"Petrobras cedeu à pressão para distribuir R$ 94,3 bi aos acionistas"

Geral Pág.06

Mortes de crianças pelo VSR ultrapassam covid-19, alerta Fiocruz

Internacional Pág.05

Maduro torna mais cinco opositores inelegíveis na Venezuela

Esportes Pág.08

Estátua de Daniel Alves será retirada de Juazeiro após polêmica

Leis e Projetos Pág.02

Agora é lei: fraldas descartáveis serão distribuídas pelo SUS a quem precisa

Internacional Pág.05

Amorim participa de encontro na Rússia e defende ascensão do Sul Global

Esportes Pág.08

Ex-São Paulo brilha no PSG: Luis Enrique elogia desempenho de Beraldo

Esportes Pág.08

Magistrados destacam importância da democracia na premiação de jornalismo do Judiciário

Internacional Pág.05

Gallup: Aprovação de Biden atinge menor nível entre presidentes na série histórica, de 38,7%

Política Pág.03

MP denuncia 4 vereadores suspeitos de fraudes em prefeituras de SP

Promotoria aponta participação do PCC nos contratos da administração pública

Quatro vereadores e três servidores públicos foram denunciados à Justiça de São Paulo por suposto envolvimento em fraudes de mais de R$ 200 milhões em licitações de prefeituras e câmara municipais, sob influência do PCC. Os promotores requereram à Justiça a conversão das prisões temporárias dos quatro vereadores em preventivas, sob o argumento de que a liberdade dos investigados representaria 'risco concreto à higidez da ação penal e das demais investigações em curso'. Além das condenações criminais, o MP pede que a Justiça imponha aos acusados o pagamento de indenização por danos morais, em razão do 'rebaixamento evidente da qualidade de vida da coletividade com a frustração do caráter competitivo em licitações em dezenas de municípios e a interlocução gravíssima do PCC nos contratos da administração pública'.

Política Pág.03

STF forma maioria para reconhecer poder de polícia do MP



(Foto: José Cruz/Agência Brasil)

"Não há dever que não se submeta ao legítimo escrutínio e controle do Poder Judiciário", defendeu o ministro Edson Fachin, relator de um conjunto de ações sobre o tema.

O STF já tem maioria para reconhecer a atribuição do MP para instaurar e conduzir investigações criminais, seguindo os mesmos prazos e parâmetros dos inquéritos policiais. O julgamento será retomado em 2 de maio, mas já houve consenso em torno de algumas premissas, entre elas a de que o MP precisa comunicar imediatamente ao Poder Judiciário quando instaurar - ou encerrar - uma investigação.

Acesse o nosso site: diariodenoticias.com.br

INTERNACIONAL



ByteDance diz que não venderá TikTok nos EUA
https://shre.ink/8ecb

Variedades Pág.15

Verdade ou ficção? Lugares emblemáticos de 'No Rancho Fundo' são reais ou apenas cenários?

INDICADORES FINANCEIROS

Salário Mínimo	R$ 1.412,00
IPCA (IBGE) - mês	0,16%
IGP-M (FGV) - mês	0,07%
IPC (FIPE) - mês	0,26%
TR pré	0,0621%
Taxa básica financeira - TBF	0,7625%
Ibovespa (pontos)	126.526
Poupança (mês)	0,61%
CDB pré 30 dias - ano	10,14%
CDB pré 90 dias - ano	10,01%
CDI acumulado - mês	0,81%
CDI anualizado	10,65%
Dólar comercial	R$ 5,1160/R$ 5,1160
Dolar turismo	R$ 5,1470/R$ 5,3270
Euro turismo	R$ 5,4740/R$ 5,4750

LEIS & PROJETOS

EDIÇÃO NACIONAL

Finanças aprova projeto que prevê apenas dias úteis como data para pagamento de tributos

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou uma proposta que estabelece que os prazos para quitação de tributos só se iniciarão ou vencerão em dias úteis, respeitando os feriados nacionais, estaduais e locais. Se a data prevista para pagamento não cair em um dia útil, ela será prorrogada para o próximo dia útil, vedando a antecipação.

Essa medida visa corrigir uma prática atual em que os feriados ou finais de semana são considerados como motivo para antecipar o vencimento dos tributos, prejudicando os prazos e afetando o fluxo de caixa dos contribuintes. A legislação atual, ao vincular o vencimento dos tributos ao expediente das repartições fiscais, não considera que os tributos são pagos por meio da rede bancária, que independe dessas repartições.

O texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP), para o Projeto de Lei Complementar (PLP) 29/22, da deputada Caroline de Toni (PL-SC), e um apensado. O relator unificou as duas iniciativas, buscando aprimorar a legislação e garantir maior eficiência no pagamento dos tributos.

A proposta ainda passará pela análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania antes de seguir para o Plenário11.

Espero que essas informações sejam úteis! Caso tenha mais alguma dúvida, estou à disposição.

Saúde aprova projeto que institui atenção integral às vítimas da Covid-19

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 1820/21, proposto pelo deputado licenciado Alexandre Padilha (SP), que institui uma política de atenção integral às vítimas da Covid-19 e suas famílias. O objetivo dessa medida é garantir a recuperação dos pacientes que enfrentaram a doença e mitigar os impactos sociais decorrentes dela.

A relatora, deputada Ana Paula Lima (PT-SC), recomendou a aprovação do projeto com os ajustes feitos no ano passado a partir de duas emendas da Comissão de Educação. Dados do Ministério da Saúde indicam que o Brasil registrou mais de 38 milhões de casos de Covid-19 e mais de 700 mil óbitos relacionados à doença. Esses números reforçam a necessidade de medidas integradas para lidar com as consequências da pandemia.

O projeto prevê que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios elaborem políticas específicas com foco na atenção integral às vítimas da Covid-19. Essas políticas devem abranger áreas como saúde, educação e proteção social e econômica. Além disso, a proposta contempla uma proteção especial para crianças e adolescentes órfãos da pandemia. Os entes federativos deverão garantir acompanhamento psicossocial e de saúde, bem como medidas para fortalecer os vínculos familiares e acolhimento, caso não haja cadastro de adoção.

O projeto seguirá sua tramitação em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Senado aprova Frente Parlamentar da Advocacia

A Frente Parlamentar da Advocacia, proposta pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), foi aprovada no plenário do Senado. Essa iniciativa tem como objetivo promover estudos, análises, regulamentações e atuação legislativa relacionadas à advocacia brasileira. Considerada essencial para a defesa de direitos, a advocacia abrange questões de grande importância, como vida, liberdade, honra, imagem, privacidade, liberdades fundamentais e patrimônio.

O projeto, composto por quatro artigos, estabelece que a frente parlamentar reunirá senadores interessados na regulamentação legal e na efetividade dos deveres da advocacia. Além disso, a frente promoverá debates com profissionais para fortalecer essa atividade e acompanhará a tramitação de projetos relacionados à área do Direito.

O senador Rodrigo Cunha (Podemos-AL), relator do parecer aprovado e apresentado à Comissão Diretora do Senado em 9 de abril, destacou a relevância do "ofício de advogado na história brasileira". Advogados sempre tiveram papel fundamental na representação política e parlamentar, contribuindo para a elaboração das Constituições e para a definição dos rumos do país.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também desempenhou um papel crucial na história do país, atuando na linha de frente da defesa dos direitos e garantias individuais. Mesmo diante de desafios, como o atentado a bomba que vitimou uma funcionária da entidade em 1980, a OAB continuou sua luta pelo respeito aos direitos humanos, pelo Estado de Direito e pela redemocratização do Brasil durante o período da ditadura militar (1964-1985).

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde a proposta tramitou anteriormente, o relator, senador Marcos Rogério (PL-RO), ressaltou a importância das frentes parlamentares por sua função de representação de bandeiras e preferências sociais, além de facilitar o exercício do direito de associação. A advocacia desempenha um papel imprescindível nesse contexto.

Agora, o projeto de resolução segue para a promulgação de Rodrigo Pacheco.

Comissão aprova distribuição de fraldas descartáveis pelo SUS a idosos e pessoas com deficiência

"A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados aprovou uma proposta que assegura a distribuição de fraldas descartáveis pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para idosos, pessoas com deficiência e outros pacientes que perderam o controle de suas funções fisiológicas.

De acordo com a proposta, as fraldas serão consideradas produtos de interesse para a saúde, juntamente com órteses, próteses, bolsas coletoras e equipamentos médicos. A quantidade de fraldas descartáveis fornecida a cada beneficiário será determinada com base em sua necessidade individual, mediante prescrição médica, laudo ou atestado.

O texto aprovado é o substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência ao Projeto de Lei 2678/23, de autoria do deputado Paulo Litro (PSD-PR), e outros projetos apensados (PLs 3086/23, 3188/23, 3603/23 e 4473/23).

O relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, deputado Ossesio Silva (Republicanos-PE), recomendou a aprovação desse substitutivo. Ele destacou que o Programa Farmácia Popular já estabeleceu diretrizes para a distribuição de fraldas descartáveis a idosos e pessoas com deficiência, bem como de absorventes higiênicos para beneficiários do Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual.

O deputado ressaltou que, até recentemente, as pessoas com deficiência não eram contempladas pelo Programa Farmácia Popular. A intervenção do Poder Judiciário foi necessária para evidenciar que negar esse direito violava a dignidade humana e os direitos constitucionais à assistência à saúde.

Ao estabelecer esse direito por meio de lei, estamos criando uma estrutura sólida e duradoura que protege esses grupos vulneráveis de forma consistente, independentemente de mudanças de governo ou políticas."

Espero que esta versão seja útil! Caso precise de mais alguma informação, estou à disposição.



(Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados)

Ossesio Silva, relator do projeto de lei.

Educação aprova programa para incentivar turismo educativo em escolas públicas



(Foto: Mario Agra/Câmara dos Deputados)

Rafael Brito, relator da proposta na comissão.

O Programa Nacional de Turismo Educativo (PRONTE) foi aprovado pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e visa incentivar visitas de alunos de escolas públicas a atrativos turísticos, culturais e naturais em destinos nacionais. Vamos explorar os principais pontos desse programa:

• Objetivos:

• Valorização da história do Brasil.

• Preservação dos patrimônios culturais e naturais.

• Estímulo à consciência crítica em relação a problemas ambientais, culturais e sociais do país1.

• Coordenação:

• O Ministério do Turismo será responsável por coordenar o PRONTE em colaboração com estados, municípios e escolas.

• Substitutivo do Relator:

• O texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado Rafael Brito (MDB-AL), ao Projeto de Lei 676/23, proposto pelo deputado Delegado Fabio Costa (PP-AL).

• O relator sugeriu aprimoramentos na redação, enfatizando que o objetivo do programa deve ser a educação voltada para preservar, conservar e valorizar o patrimônio histórico, turístico, paisagístico e ambiental do país.

• Financiamento:

• O Fundo Geral de Turismo (Fungetur) foi retirado como financiador do programa.

• O deputado Bacelar (PV-BA), relator na Comissão de Turismo, argumentou que o Fungetur só pode operar por meio de instituições financeiras e não pode repassar recursos a fundo perdido para estados, municípios e instituições de ensino.

• Próximos Passos:

• O projeto seguirá para análise nas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Comissão aprova projeto que prevê manutenção do Bolsa Família para safristas

(Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

Melo: "A ideia é fomentar a formalização do trabalho em diversas culturas agrícolas".

A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados aprovou uma medida que visa assegurar que os trabalhadores rurais continuem recebendo benefícios sociais, como o Bolsa Família, durante os contratos de safra. O projeto de lei, de autoria do deputado Zé Vitor (PL-MG), teve um substitutivo do relator, deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES), incorporado.

Atualmente, as regras do Bolsa Família e a remuneração por produtividade na safra criam critérios complexos para a manutenção do trabalhador no programa. Muitas vezes, os próprios trabalhadores rurais optam pela informalidade para não perderem o benefício. Com a aprovação desse projeto de lei, a remuneração decorrente dos contratos de safra não será considerada na aferição da renda familiar per capita para a elegibilidade ou manutenção dos benefícios sociais.

O projeto altera a Lei do Trabalho Rural, que define os contratos de safra como aqueles que dependem das variações da atividade agrária, desde a preparação da terra até a colheita. A proposta visa garantir que a remuneração dos trabalhadores nesses contratos não afete sua elegibilidade aos programas sociais.

Para receber o Bolsa Família atualmente, a família deve ter uma renda mensal baixa, de até R$ 218 por pessoa. O valor do benefício gira em torno de R$ 600 por mês, com adicionais previstos para famílias com crianças, adolescentes e gestantes. O substitutivo do relator estabelece um prazo de 60 dias para que a nova lei entre em vigor, permitindo que o Poder Executivo regulamente e implemente as novas regras.

O projeto seguirá para análise nas comissões de Finanças e Tributação, e de Constituição e Justiça e de Cidadania, após ter sua urgência aprovada pelo Plenário. Já passou pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor

Marcos Henrique
Comercial

www.diariodenoticias.com.br
site

Amaury Marques
Administração

Elaine Fernandes
Financeiro

Valter Lana
Editor responsável

redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail

Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP

Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP

Auditado e Certificado



AUTENTICIDADE DA PÁGINA
Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.



Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676



Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

POLÍTICA

Após 21 anos, Supremo forma maioria para consolidar poder de polícia do MP

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria ontem para reconhecer que o Ministério Público também pode abrir e conduzir investigações criminais. Os Procedimentos de Investigação Criminal (PICs) do MP, conforme o entendimento, deverão seguir os mesmos prazos e parâmetros dos inquéritos policiais. O posicionamento da maioria da Corte colide com pretensões de policiais civis e federais, que frequentemente rivalizam com promotores e procuradores e se veem "atropelados" por eles.

A recente crise entre delegados e membros do Ministério Público de São Paulo em torno da Operação Fim da Linha, que tem como alvo integrantes da facção Primeiro Comando da Capital, o PCC, ilustra como o tema divide os órgãos de investigação.

Os ministros ainda vão definir a tese na retomada do julgamento, marcada para o dia 2 de maio, mas já houve consenso em torno de algumas premissas. Uma delas é a de que o Ministério Público precisa comunicar imediatamente ao Poder Judiciário quando instaurar - ou encerrar - uma investigação. As prorrogações também dependerão de justificativa fundamentada e autorização judicial.

Há uma preocupação no STF com a supervisão desses procedimentos, daí a obrigatoriedade do registro das investigações, para viabilizar o controle judicial. Esse é um ponto que já havia sido pacificado no julgamento que tornou obrigatória a implementação do juiz de garantias. "Não há dever que não se submeta ao legítimo escrutínio e controle do Poder Judiciário", defendeu o ministro Edson Fachin, relator de um conjunto de ações sobre o tema.

(Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil)



"Não há dever que não se submeta ao legítimo escrutínio e controle do Poder Judiciário", defendeu o ministro Edson Fachin, relator de um conjunto de ações sobre o tema.

Unifesp demite mulher de Abraham Weintraub por faltas injustificadas e abandono de cargo

A Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) demitiu ontem, 26, a servidora Daniela Weintraub, mulher do ex-ministro da Educação Abraham Weintraub, por abandono de cargo e faltas injustificadas. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União e conclui um processo disciplinar instalado pela universidade em abril de 2023.

Daniela era professora do departamento de Ciências Atuariais da Unifesp desde novembro de 2013, enquanto Abraham Weintraub iniciou seu vínculo com a instituição um ano depois, em novembro de 2014, no mesmo departamento. Os salários do casal estavam suspensos desde abril de 2023, quando a universidade começou uma investigação para apurar se Daniela e o ex-ministro haviam abandonado seus cargos.

O Estadão tentou contato com Daniela por meio de Abraham Weintraub, mas não houve retorno até a publicação do texto. A Unifesp também foi procurada para comentar a decisão, mas não respondeu.

Weintraub alega 'constrangimento' e foi punido pela CGU

Em agosto de 2023, em uma transmissão ao vivo publicada em seu canal no YouTube, Abraham Weintraub disse que Daniela solicitou à universidade uma licença não remunerada em 2018. O ex-ministro afirmou que pediu a mesma licença ao assumir o cargo de ministro da Educação, mas continuou a receber os vencimentos.

Lula diz que fará um balanço das políticas do governo e entregará a todos os parlamentares

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que o governo fará um balanço das ações feitas pela gestão federal até o momento e entregará aos deputados e senadores, sejam eles da base ou da oposição. De acordo com o petista, os congressistas podem continuar "acreditando no que quiserem", mas têm a obrigação de saber o que acontece no País.

"Mandei preparar tudo o que nós fizemos em 14 meses e vou distribuir para cada deputado na Câmara dos Deputados, e para cada senador. Todos eles vão receber. Quem é do governo, quem não é do governo, quem fala mal, quem fala bem, todos eles", declarou Lula em cerimônia de inauguração da planta de produção de insulina da Biomm na última sexta-feira, 26, em Nova Lima (MG). "E eles congressistas têm que saber o seguinte: podem continuar acreditando no que quiserem, mas tem obrigação de saber o que está acontecendo no País deles."

Na avaliação de Lula, ser presidente da República "não é difícil, é só você fazer o óbvio". "Aquilo que você diz que sabe fazer antes da campanha, aquilo que você diz que vai fazer quando está em campanhas, tem que colocar em prática", pontuou. A declaração, porém, expõe contradição à avaliação do ex-presidente Jair Bolsonaro que, em diversas oportunidades, falou sobre as dificuldades do cargo.

No discurso, o chefe do Executivo teceu elogios ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, dias após ter cobrado o ministro a conversar mais com o Congresso Nacional. Lula enalteceu o trabalho de Haddad na elaboração do programa Desenrola, de negociação de dívidas, e do programa Acredita, de crédito, lançado nesta semana pela gestão federal.

Segundo Lula, Haddad deverá ganhar dois prêmios Nobel de Economia para elaboração de ambos os programas. "Quem disputa o Prêmio Nobel de Economia já está devendo dois prêmios a você. Você não foi indicado ainda, mas quem sabe, eles indicam um dia", disse o presidente.

Promotoria denuncia 4 vereadores por ligação com fraudes do PCC em prefeituras e câmaras de SP

(Foto: MPSP/LinkedIn)



A Promotoria atribui ao grupo suposta participação em organização criminosa, com agravante de concurso de funcionário público e 'abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo'

O Ministério Público de São Paulo denunciou à Justiça na quinta, 25, quatro vereadores e três servidores públicos por suposto envolvimento em fraudes de mais de R$ 200 milhões em licitações de prefeituras e câmara municipais, sob influência do PCC. A Promotoria atribui ao grupo suposta participação em organização criminosa, com agravante de concurso de funcionário público e 'abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo'

Foram denunciados como integrantes do núcleo 'agentes públicos' da organização criminosa:

- Flávio Batista de Souza (Podemos), o Inha, vereador de Ferraz de Vasconcelos preso na Munditia;
- Gabriel dos Santos (PSD), vereador de Arujá;
- Luiz Carlos Alves Dias (MDB), o Luizão Arquiteto, vereador de Santa Isabel preso na Munditia;
- Ricardo de Oliveira (PSD), o 'Queixão', vereador de Cubatão preso na Munditia;
- Eduardo Antônio Sesti Júnior, ex-secretario de Administração da Prefeitura de Itatiba;
- Fabiana de Abreu Silva, ex-assessora especial de Políticas Estratégicas da Prefeitura de Cubatão, que foi exonerada após a Munditia e hoje está em prisão domiciliar
- Jesus Cristian Ermendel dos Reis, servidor da Câmara de Arujá, nomeado em 2021 para a 'equipe técnica do pregão presencial'

Além das condenações criminais, o Ministério Público pede que a Justiça imponha aos acusados o pagamento de indenização por danos morais, em razão do 'rebaixamento evidente da qualidade de vida da coletividade com a frustração do caráter competitivo em licitações em dezenas de municípios e a interlocução gravíssima do PCC nos contratos da administração pública'.

Os promotores requereram à Justiça a conversão das prisões temporárias dos quatro vereadores e de Jesus Cristian em preventivas - quando não há data para o período de detenção expirar. A Promotoria aponta que a liberdade dos investigados representaria 'risco concreto à higidez da ação penal e das demais investigações em curso'.

Segundo os promotores, os denunciados integram uma organização criminosa que visava a 'vantagem patrimonial com a manutenção de contratos com a Administração Pública, nas esferas municipal (legislativo e executivos) e estadual (executivo)'. "De forma hierárquica e organizada, engendraram complexa estrutura de agentes particulares e públicos, além de pessoas jurídicas exclusivamente voltadas aos ilícitos", registram os promotores.

Gonet pede novas investigações da PF para decidir se denuncia ou não Monark por 'desobediência'

O procurador-geral da República Paulo Gonet requereu que a Polícia Federal realize novas diligências antes de decidir se denuncia ou não o influenciador Bruno Aiub, o Monark, por suposto crime de desobediência.

A manifestação se dá após a PF finalizar as investigações sobre a conduta de Monark, indicando que ele 'continua propagando discurso antidemocrático nas redes sociais' - mesmo após o STF determinar o bloqueio de seus perfis nas plataformas.

Em parecer ao STF na última quinta, 25, Gonet destaca que os elementos colhidos pelos investigadores apontam que Monark 'vem desobedecendo, de modo reiterado, decisão judicial que lhe impôs medida cautelar de suspensão do direito de publicação, promoção, replicação ou compartilhamento de notícias fraudulentas'.

O procurador destaca que Monark continua 'reproduzindo conteúdo vedado em outros canais e perfis criados nas redes, como artifício ilícito para persistir na disseminação de afirmações inverídicas sobre a atuação do Supremo, do Tribunal Superior Eleitoral e de seus membros'.

Apesar de a investigação apontar 'indícios consistentes de materialidade e autoria delitivas', estes ainda demandam esclarecimento, na visão da PGR.

Segundo Gonet, são necessárias medidas instrutórias complementares para 'exaurimento da hipótese criminal e a formação da convicção ministerial'.

O procurador-geral pediu que o inquérito seja devolvido à PF para algumas diligências. Confira:

" A remessa, à investigação, de todas as decisões determinadas em face de Monark, assim como documentos conexos, de outros inquéritos em tramitação no STF;

" A coleta e armazenamento de vestígios digitais de Monark, com a adoção de procedimentos para garantir a cadeia de custódia das provas;

" A juntada de dados cadastrais e análise de conteúdo de todos os canais, perfis e contas bloqueados do influenciador;

" A informação sobre eventual adoção de diligências para confirmar reportagens que noticiaram o descumprimento de decisão judicial por parte de Monark.

Bolsonaristas se manifestam em Londres contra ministros do STF que participam de fórum

Ontem, 26, apoiadores do ex-presidente Bolsonaro (PL) se manifestaram contra a "censura" no Brasil, em Londres, onde ocorre o 1º Fórum Jurídico Brasil de Ideias, evento que reúne ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O grupo pediu o impeachment de Alexandre de Moraes e exaltou o empresário dono do X (antigo Twitter) e da Tesla, Elon Musk.

Em frente ao hotel The Peninsula, onde estão, além do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os também magistrados do STF Gilmar Mendes e Dias Toffoli, os cerca de 25 manifestantes discursaram contra as decisões da Corte e agradeceram Musk que, neste mês, criticou a atuação de Moraes. O magistrado determinou o bloqueio de perfis nas redes sociais de investigados por disseminação de fake news e atos antidemocráticos e, por isso, foi chamado de "ditador" pelo empresário.

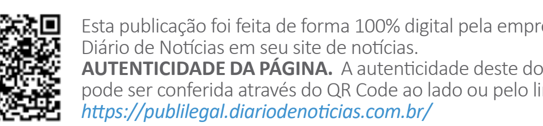
(Foto: Vandson Lima/Folhapress)



O grupo pediu o impeachment de Alexandre de Moraes e exaltou o empresário dono do X (antigo Twitter) e da Tesla, Elon Musk.

Segurando bandeiras do Brasil, o grupo também defendeu os presos pelos ataques às sedes dos Três Poderes em 8 de Janeiro de 2023, em Brasília, e o direito à liberdade de expressão. Além de acusações contra o suposto abuso de poder de Moraes, os bolsonaristas ergueram cartazes com frases que classificam a esquerda e o comunismo como "um inferno na terra".

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676



ECONOMIA

EDIÇÃO NACIONAL

CONFIANÇA DO CONSUMIDOR ABRIL/23

EVOLUÇÃO Em pontos — 2023 / 2024

A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A
86,8		92,3		96,8		93,2		93,2	90,8	89,5		93,2

POR SETOR Em pontos

Setor	Pontos
Situação atual	80,6
Expectativas	102,2
Satisfação	113,0

Obs.: A edição de abril coletou informações entre os dias 1 e 19 desse mês

FONTE FGV — INFOGRAFFO

Fazenda regulamenta crédito presumido do 'Desenrola Pequenos Negócios' para bancos

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, definiu por meio de portaria que as instituições financeiras, com exceção das cooperativas de crédito e das administradoras de consórcio, poderão usufruir do crédito presumido previsto no Programa Acredita "para operações que estiverem inadimplidas há mais de noventa dias da data de vigência da Medida Provisória Nº 1.213, de 22 de abril de 2024".

Essa MP foi editada no início desta semana e traz pacote de ações do governo federal para ampliar acesso ao crédito por empreendedores donos de pequenos negócios. A portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta sexta regulamenta artigo da MP que cria estímulo aos bancos para renegociarem dívidas desse público dentro do 'Desenrola Pequenos Negócios', um braço do Programa Acredita.

O dispositivo autoriza que o valor renegociado até o fim deste ano, das dívidas inadimplentes até a publicação da MP, possa ser contabilizado para a apuração do crédito presumido dos bancos nos exercícios de 2025 a 2029.

A Fazenda explicou que esse incentivo não gera nenhum gasto para 2024, e nos próximos anos o custo máximo estimado em renúncia fiscal é muito baixo, da ordem de R$ 18 milhões em 2025, apenas 3 milhões em 2026, e sem nenhum custo para o governo em 2027.

Prévia da inflação oficial recua para 0,21% em abril

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), que mede a prévia da inflação oficial no mês, ficou em 0,21% em abril deste ano, portanto abaixo das taxas do mês anterior (0,36%) e de abril do ano passado (0,57%). O dado foi divulgado ontem, 26, pelo IBGE.

Com o resultado, o IPCA-15 acumula taxa de 1,67% no ano. Em 12 meses, o indicador registra inflação de 3,77%, abaixo dos 4,14% acumulados até a prévia de março deste ano.

A queda da taxa de inflação foi puxada principalmente pelos transportes, que tiveram deflação (queda de preços) de 0,49% na prévia de abril. Entre os itens que apresentaram deflação, destacam-se a passagem aérea (-12,20%), o gás veicular (-0,97%), o óleo diesel (-0,43%) e a gasolina (-0,11%).

(Foto: EBC)



A queda da taxa de inflação foi puxada principalmente pelos transportes, que tiveram deflação (queda de preços) de 0,49% na prévia de abril.

Por outro lado, o grupo alimentação e bebidas apresentou alta de preços de 0,61% no período, o que impediu uma queda maior da inflação na prévia de abril. Entre os itens que mais contribuíram para a alta dos alimentos estão tomate (17,87%), alho (11,60%), cebola (11,31%), frutas (2,59%) e leite longa vida (1,96%).

Produtos como a batata-inglesa (-8,72%) e as carnes (-1,43%) puxaram para baixo a inflação dos alimentos. Os demais grupos de despesa apresentaram as seguintes taxas de inflação: saúde e cuidados pessoais (0,78%), vestuário (0,41%), despesas pessoais (0,40%), comunicação (0,17%), habitação (0,07%), educação (0,05%) e artigos de residência (0,03%).

Os preços que serviram como base para o cálculo do IPCA-15 de abril foram coletados entre 15 de março e 15 de abril deste ano. No IPCA-15 de abril, a energia elétrica residencial recuou 0,07%, a despeito dos reajustes de 3,84%, a partir de 15 de março, e de 2,76%, a partir de 19 de março, aplicados nas duas concessionárias pesquisadas no Rio de Janeiro.

Justiça libera assinatura de concessão para Trem Intercidades em SP

O Tribunal de Justiça de São Paulo acatou recurso da Fazenda Pública do estado e autorizou a continuidade do processo de concessão do Trem Intercidades (TIC) Eixo Norte, que ligará os municípios de Jundiaí e Campinas à capital paulista. O andamento tinha sido suspenso por decisão liminar na última quarta-feira (24).

Na decisão que derrubou a liminar, a desembargadora Maria Laura Tavares destacou a necessidade de aguardar as manifestações do governo de São Paulo na ação. No recurso apresentado ao TJ-SP, a Procuradoria Geral do Estado argumentou que as alegações de supostas irregularidades eram frágeis e que o descumprimento do cronograma de concessão provocaria prejuízos diretos tanto aos cofres públicos como à população.

Após licitação, ficou definido que a C2 Mobilidade Sobre Trilhos é a companhia que irá assumir o serviço. A assinatura do acordo está prevista para maio.

Suspensão - Na última quarta-feira (24), uma liminar obtida pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de São Paulo (SindPaulista) suspendeu o andamento da concessão. A juíza Simone Casoretti, da 9ª Vara de Fazenda Pública, acolheu o pedido da entidade representativa dos trabalhadores, destacando que a formalização do contrato mediante assinatura dependia da revisão de termos do edital.

Presidente da FPE diz que governo tensiona relação com Legislativo ao judicializar desoneração

(Foto: EBC)



O presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), Joaquim Passarinho (PL-PA), afirmou que o governo Lula tensiona a relação com o Legislativo ao judicializar a desoneração. Na quinta-feira, 25, o ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), atendeu a um pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) e suspendeu trechos da lei que prorrogou a desoneração da folha de 17 setores da economia e de municípios até 2027.

"Não há dúvidas de que o movimento do Poder Executivo contribuirá para prolongar o tensionamento nas relações com o Legislativo, que fez valer em cada um dos votos no Congresso Nacional o anseio da sociedade civil organizada, que procura segurança jurídica e redução do Custo Brasil para gerar empregos e renda. Nesse sentido, a judicialização da política simboliza um retrocesso em termos sociais e econômicos", disse o deputado, em nota divulgada na noite de quinta-feira.

Passarinho afirmou que era esperado que o Palácio do Planalto questionasse judicialmente a lei porque não conseguiu conquistar o que queria no plenário. "Não foi vitorioso na primeira votação, como também foi derrotado na apreciação dos vetos presidenciais e, por fim, no insucesso da Medida Provisória 1 202/24", emendou o presidente da FPE.

O deputado ainda disse confiar que o STF referendará a "decisão soberana" do Congresso, que decidiu pela manutenção da política de desoneração.

A manutenção da desoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia nos moldes atuais, como sinalizou a relatora do projeto na Câmara, deputada Any Ortiz (Cidadania-RS), vai custar R$ 50 bilhões ao governo até 2027. A parlamentar só quer discutir uma política de reoneração gradual da folha, como proposto pelo governo, a partir de 2028.

Governo mantém Repetro em PL da tributária e demonstra poder do lobby petroleiro, aponta INESC

manutenção do Regime Aduaneiro Especial Aplicável ao Setor de Petróleo e Gás (Repetro) no projeto de lei complementar de regulamentação da reforma tributária apresentado pelo governo demonstra o poder do lobby petroleiro e sua falta de compromisso com a reforma dos subsídios aos combustíveis fósseis. A avaliação foi feita pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) em nota divulgada à imprensa. O Instituto avalia que, com a extinção do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), o governo teve oportunidade para construir uma regulamentação que facilitasse a transição entre regimes especial de forma a encurtar o tempo de duração dos subsídios, "em especial o Repetro, que já dura 25 anos e tem duração prevista até 2040", diz. O INESC aponta ainda que a proposta do governo prevê a avaliação quinquenal de outros Regimes Aduaneiros Especiais, como Reporto e Reidi, tendo como critérios a eficiência do ponto de vista de políticas sociais, ambientais e de desenvolvimento econômico, mas manteve de fora o Repetro.

Para Ineep e FUP, Petrobras cedeu à pressão do mercado para distribuir R$ 94,3 bi em dividendos

O diretor técnico do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep), Mahatma Ramos dos Santos, afirmou em nota que a Petrobras cedeu a pressões do mercado para distribuir R$ 94,3 bilhões em dividendos no exercício de 2023. De acordo com Santos, esse é o terceiro maior volume de dividendos da história da companhia, e só fica atrás dos mega dividendos distribuídos pela estatal durante o governo Bolsonaro, no biênio 2021 e 2022, quando a média anual de dividendos pagos foi de R$ 155,7 bilhões, praticamente todo o lucro da companhia, inflado pela venda de ativos na gestão anterior.

"A decisão da Petrobras e de seu acionista controlador, a União, de aprovarem a distribuição de 50% dos dividendos extraordinários de 2023 não está alinhada com os interesses de longo prazo da companhia e da sociedade brasileira, tais como novos investimentos em transição energética, abastecimento e segurança nacional", disse o diretor após a Assembleia Geral Ordinária (AGO), que decidiu pelo pagamento dos dividendos extraordinários na quinta-feira, 25.

FUP - Também a Federação Única dos Petroleiros (FUP) lamentou que tenha prevalecido a política de distribuição de mega dividendos da Petrobras, com pagamento de ganhos extraordinários, implementada pelo governo passado. "Na visão da FUP, a Petrobras precisa rever as regras que o mercado financeiro impôs à empresa e que acarretam um desequilíbrio de poder na condução da companhia e nas necessidades de investimentos", afirmou em nota.

Na quinta-feira, os acionistas da Petrobras, liderados pela União, aprovaram a distribuição de metade dos dividendos extras referentes a 2023, que estavam retidos, no valor de R$ 21,9 bilhões, que se somam aos R$ 72,4 bilhões de dividendos ordinários referentes ao exercício. O pagamento do valor restante será avaliado até o final do ano, o que pode elevar a distribuição de proventos referentes a 2023 para R$ 116,2 bilhões.

Necessidade líquida de financiamento do Governo Geral saltou a 7,6% do PIB em 2023, diz Tesouro

A necessidade líquida de financiamento do Governo Geral (que inclui Governo Central, Estados e municípios) avançou 3,6 pontos porcentuais no ano passado, passando de 4% do PIB em 2022 para 7,6% do PIB em 2023.

Segundo o Tesouro, isso é explicado pelo aumento nominal de 12,7% da despesa em relação ao ano anterior, contra um aumento menor, de 3,1%, da receita no mesmo período.

Os dados foram divulgados ontem, 26, pela Fazenda no Boletim de Estatísticas Fiscais do Governo Geral de 2023, que aponta que o valor de necessidade de financiamento das esferas públicas se concentra majoritariamente no Governo Central, com 6,9% do PIB, e uma parcela de 0,9% dos governos estaduais - conta que é compensada pela capacidade de financiamento dos governos municipais, de 0,2% do PIB. No caso do Governo Central, o resultado reflete um aumento nominal de 11,5% da despesa e de 2,3% da receita, enquanto, nos governos estaduais, esses números tiveram avanço de 6,3% e 1%, respectivamente. "Já a capacidade líquida de financiamento da ordem de 0,2% do PIB dos governos municipais é derivada de um aumento nominal de 13,5% na despesa e de 7,2% na receita em relação a 2022", apontou a Fazenda.

O total da receita geral caiu no ano passado, de 39,5% do PIB em 2022 para 37,8% do PIB em 2023, sendo 2,6% do PIB referente a receita com juros. Essa diminuição de 1,68 ponto do PIB reflete uma redução na receita de impostos (0,77 ponto do PIB), bem como na arrecadação de contribuições sociais e de outras receitas (0,06 e 0,85 ponto do PIB, respectivamente), aponta o Boletim.

Em relação à arrecadação de impostos pelo Governo Central, a redução foi impulsionada pela diminuição em impostos sobre a renda, lucro e ganhos de capital, que passou de 9,0% para 8,7% do PIB, explicado principalmente pela queda na arrecadação do Governo Central com IRPJ e CSLL.

Microsoft lucra mais no trimestre, supera expectativas e ação sobe 4% no after hours de NY

A Microsoft teve lucro líquido de US$ 21,0 bilhões no terceiro trimestre fiscal de 2024 (encerrado em março), uma alta de 20% em comparação ao mesmo período do ano passado. Em termos ajustados, a empresa teve lucro de US$ 2,94 por ação, acima do consenso de US$ 2,84 de analistas consultados pela FactSet.

Já a receita da Microsoft subiu a US$ 61,9 bilhões, avançando 17% no confronto anual. O valor também superou o esperado pelo consenso da FactSet, US$ 60,86 bilhões. A receita do segmento de computação na nuvem da empresa foi de US$ 35,1 bilhões e aumentou 23% com relação ao ano anterior. A receita em nuvem inteligente foi de US$ 26,7 bilhões, alta de 21% no confronto anual. A companhia destaca que o resultado foi impulsionado principalmente pelo crescimento de 31% da Azure.

No after hours de Nova York, as ações da companhia subiam 4%, às 17h30 (de Brasília).

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676



INTERNACIONAL

EDIÇÃO NACIONAL

Maduro torna mais cinco opositores inelegíveis na Venezuela

A Controladoria da Venezuela, alinhada a Nicolás Maduro, anunciou a inabilitação política de mais cinco opositores ao regime - dois prefeitos em exercício e três ex-deputados. A decisão aumenta uma lista já extensa de líderes que perderam seus direitos políticos meses antes do processo eleitoral previsto para 28 de julho, no qual Maduro buscará o terceiro mandato.

Segundo o especialista eleitoral Eugenio Martínez, os cinco políticos tornados inelegíveis eram potenciais candidatos a cargos regionais - após a eleição presidencial, a Venezuela deve realizar em 2025 votações para prefeitos e governadores.

Ainda que eles não concorram diretamente contra Maduro em julho, as inabilitações indicam maior repressão à oposição meses antes do pleito.

Nos últimos anos, esse tipo de sanção tem sido praticada de forma sistemática no país e vem atingindo líderes com ampla popularidade, como María Corina Machado. Vencedora das primárias da oposição e favorita nas pesquisas, a ex-deputada ficou inelegível para as eleições após acusações de irregularidades administrativas na época em que ela foi deputada, de 2011 a 2014.

Os alvos agora são os prefeitos de El Hatillo, Elías Sayegh, e de Los Salias, José Antonio Fernández López, e os ex-deputados Tomás Guanipa, Carlos Ocariz e Juan Carlos Caldera. Todos ficarão inabilitados por 15 anos, com exceção do último, para quem a sanção durará 12 meses.

Eles são correligionários do duas vezes candidato presidencial Henrique Capriles, que também teve seus direitos políticos cassados. As resoluções que registram as desqualificações são de 16 de abril de 2024, de acordo com o documento publicado pela Controladoria em seu site, mas só foram divulgadas nesta quinta. Ocariz, Guanipa e Caldera, que junto com Capriles fazem parte do partido Primeiro Justiça (PJ), criticaram as medidas.

(Foto: EBC)



A decisão aumenta uma lista já extensa de líderes que perderam seus direitos políticos meses antes do processo eleitoral previsto para 28 de julho, no qual Maduro buscará o terceiro mandato.

Amorim participa de encontro na Rússia e defende ascensão do Sul Global

O assessor especial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para assuntos internacionais, Celso Amorim, enfatizou a ascensão do "Sul Global" e defendeu reforma do sistema de governança internacional em reunião promovida pelo Conselho de Segurança da Rússia, em São Petersburgo.

"Um dos mais significantes desenvolvimentos internacionais nos últimos 25 anos tem sido o crescimento de países do Sul", disse Amorim em seu discurso. Ele ressaltou aspectos econômicos e sociais desse eixo de países e destacou: "Ainda assim, a governança global não reflete essas transformações".

Sob o governo Lula, o Brasil tem defendido o protagonismo do "Sul Global", que o presidente já definiu como "parte incontornável da solução para as principais crises que afligem o planeta".

Como reflexo dessa prioridade em política externa, o Brasil tem ampliado o comércio com a Rússia, na contramão das sanções do Ocidente pela a guerra na Ucrânia.

Contudo, essa aposta é considerada arriscada no momento de acentuada divisão entre EUA e o polo China-Rússia.

A ideia de multipolaridade também foi defendida pelo presidente russo Vladimir Putin, que mandou uma mensagem em vídeo para o encontro. "A Rússia está preparada para uma estreita colaboração com todos os parceiros interessados em defender a segurança global e regional", disse.

Índia inicia 2ª fase de eleições nacionais com o BJP de Modi como favorito

Milhões de indianos começaram a votar ontem, 26, no segundo turno das eleições nacionais com múltiplas fases, enquanto o primeiro-ministro Narendra Modi tenta galvanizar os eleitores com seu tipo assertivo de política nacionalista hindu. As pessoas fizeram fila do lado de fora quando a votação foi aberta às 7h do horário local. Esperava-se que a participação aumentasse à medida que o dia avançasse.

O resultado da votação será crucial para o partido nacionalista hindu Bharatiya Janata de Modi, já que os 88 círculos eleitorais em disputa em 13 estados incluem alguns dos seus redutos em estados como Rajastan, Madhya Pradesh, Uttar Pradesh e Maharashtra. A maioria das sondagens prevê uma vitória de Modi e do BJP, que enfrenta uma ampla aliança de oposição liderada pelo Congresso Nacional Indiano e por poderosos partidos regionais.

O primeiro-ministro Modi instou as pessoas a votarem em números recordes para fortalecer a democracia. "Exorto especialmente os nossos eleitores jovens e as eleitoras a comparecerem em grande número. Seu voto é sua voz!", Modi disse em mensagem na plataforma de mídia social X.

Quase 970 milhões de eleitores - mais de 10% da população mundial - elegerão 543 membros para a câmara baixa do Parlamento durante cinco anos durante as eleições escalonadas, que decorrem até 1 de junho. total de 28 estados na Índia.

Blinken encontra presidente da China para discutir diferenças bilaterais

(Foto: EBC)



Blinken deu um tom positivo ao recente progresso feito na cooperação bilateral, inclusive em comunicações militares, combate ao narcotráfico e inteligência artificial (IA)

O secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, reuniu-se ontem, 26, com o presidente da China, Xi Jinping, e com altos funcionários chineses, enfatizando a importância de "administrar de forma responsável" as diferenças em uma série de questões bilaterais, regionais e globais controversas. Em coletiva de imprensa, Blinken disse que levantou preocupações com Xi sobre o apoio da China à Rússia em meio a invasão da Ucrânia, bem como outras questões, incluindo Taiwan e o Mar do Sul da China, direitos humanos e a produção e exportação de precursores de opioides sintéticos. Segundo ele, os EUA esclareceram que a China não está endereçando a questão central de "garantir a segurança transatlântica".

Blinken deu um tom positivo ao recente progresso feito na cooperação bilateral, inclusive em comunicações militares, combate ao narcotráfico e inteligência artificial (IA). "Estamos comprometidos em manter e fortalecer as linhas de comunicação para avançar essa agenda e, mais uma vez, lidar de forma responsável com nossas diferenças para evitar qualquer falha de comunicação, qualquer percepção equivocada, qualquer erro de cálculo", disse ele.

Por sua vez, o presidente Xi Jinping enfatizou que a China e os EUA devem buscar um terreno comum "em vez de se envolverem em uma competição cruel", afirmando que vê com bons olhos a "confiança" e a "prosperidade" do desenvolvimento americano. Mas ressaltou que espera reciprocidade, através de um "olhar positivo dos EUA para o desenvolvimento da China".

Antes desta reunião, Blinken manteve longas conversas com o ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, e com o ministro da Segurança Pública, Wang Xiaohong, que duraram cerca de cinco horas e meia.

Durante o encontro, Wang Yi observou que as relações bilaterais começaram a estabilizar entre ambos os países, porém, este processo acompanha simultaneamente um aumento nos "fatores negativos" que provocam diversas interrupções.

"Os direitos legítimos de desenvolvimento da China tem sido suprimidos e nossos interesses estão enfrentando desafios", disse o ministro, acrescentando que as preocupações sobre interferência dos EUA em assuntos internos são "consistentes".

Blinken respondeu dizendo que o governo Biden valoriza o diálogo entre os EUA e a China, mesmo em questões de disputa. Ele observou que houve algum progresso no ano passado, mas sugeriu que as negociações continuarão difíceis.

Gallup: Aprovação de Biden atinge menor nível entre presidentes na série histórica, em 38,7%

A aprovação do atual presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, atingiu o menor nível entre os últimos 10 líderes que ocuparam o cargo, segundo a consultoria Gallup.

A consultoria comparou a média dos porcentuais de aprovação de Biden com dados que remontam desde 1956, quando Dwight Eisenhower era presidente. O período de análise compreendeu os 13 primeiros trimestres do primeiro mandato de cada chefe de Estado.

A média da aprovação de Biden no seu recém-completo 13º trimestre de mandato é de 38,7%, de acordo com o compilado da Gallup - a menor da série histórica.

George H. W. Bush (o pai), do Partido Republicano, ocupa o penúltimo lugar do ranking, com aprovação média no período citado de 41,8% em 1992.

Depois, aparecem o democrata Barack Obama (45,9%) e o republicano Donald Trump (46,8%), na mesma base comparativa.

Polônia e Lituânia realizam exercício militar conjunto na fronteira, com Rússia no radar

O presidente polonês, Andrzej Duda, afirmou na última sexta-feira que "um potencial agressor precisa ver nosso preparo", enquanto ele e o líder da Lituânia monitoravam um exercício militar conjunto na fronteira compartilhada. Duda e o presidente lituano, Gitanas Nauseda, se encontraram no último dia de uma semana de exercícios militares, em uma região considerada um foco potencial em caso de impasse entre a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e a Rússia. A fronteira de quase 100 quilômetros entre os membros da Otan também é um corredor terrestre entre Belarus, aliada de Moscou, e a região russa de Kaliningrado, um exclave que faz fronteira justamente com Lituânia e Polônia. "Há uma ameaça potencial, por isso os exercícios estão em andamento", afirmou Duda.

O exercício incluía 1.500 soldados lituanos, quase 200 membros de uma brigada polonesa e também alguns militares de EUA e Portugal.

França e Filipinas devem discutir acordo militar no próximo mês, diz embaixadora

A França e as Filipinas vão iniciar diálogos no próximo mês sobre um pacto de defesa que permitiria que as tropas de cada país realizassem exercícios no território do outro, disse a embaixadora francesa nas Filipinas, Marie Fontanel, nessa quinta-feira. As autoridades francesas e filipinas deverão se reunir em Paris, de acordo com Fontanel.

A embaixadora disse que os chefes de defesa de ambos os países concordaram em Manila, em dezembro passado, em buscar esse acordo. "Teremos uma oportunidade em maio para talvez iniciar oficialmente as negociações ou, pelo menos, discutir as modalidades", disse Fontanel em uma coletiva de imprensa com o embaixador francês para o Indo-Pacífico, Marc Abensour.

Atualmente, as Filipinas têm Acordo de Estatuto de Forças com os Estados Unidos e a Austrália. Os acordos fornecem uma estrutura legal para a entrada de forças estrangeiras em um país.

EUA investigam recall da Tesla que afetou 2 milhões de veículos com piloto automático

A Administração Nacional de Segurança de Tráfego Rodoviário (NHTSA) dos EUA está investigando a eficácia do recall (reparo) da Tesla, que afetou mais de 2 milhões de veículos. O recall, feito em dezembro do ano passado, visava atualizar o sistema de piloto automático.

No entanto, novas preocupações surgiram devido a colisões após a instalação da atualização e reclamações de condutores.

A investigação da NHTSA segue uma anterior sobre o piloto automático da Tesla, que concluiu que o sistema de engajamento do motorista com o piloto automático era inadequado.

O recall abrange vários modelos da Tesla, fabricados entre 2012 e 2024, incluindo o Model Y, X, S, 3 e Cybertruck, fabricados entre os anos modelo 2012 e 2024 e equipados com piloto automático.

A investigação destaca as crescentes preocupações sobre a segurança e eficácia dos sistemas de condução autônoma parcial, enquanto o debate sobre a responsabilidade dos motoristas e a segurança dos sistemas autônomos continua em foco.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676



"A tendência hoje é caírem os vetos da saidinha e da LDO", comenta Lira

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que atualmente a tendência é de que sejam derrubados os vetos presidenciais ao projeto das "saidinhas" e alguns vetos à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). "Os da saidinha não devem ter sua manutenção", afirmou Lira em entrevista à GloboNews. "A tendência hoje é caírem os vetos da saidinha e da LDO." Lira também relembrou que, na quarta-feira, 24, ocorreu o terceiro adiamento seguido de uma sessão conjunta do Congresso para analisar vetos presidenciais. Parlamentares tinham na pauta 32 vetos, mas a sessão foi adiada por falta de acordo. Para Lira, o adiamento não ajuda a resolver os problemas.

"Foi feito o terceiro adiamento seguido em sessões que foram convocadas. Isso não é normal", declarou. "Quando o problema existe, ou a gente resolve, ou a gente resolve."

Lira também disse ter chamado a atenção dos parlamentares sobre a falta de conversa entre a Câmara e o Senado sobre os acordos firmados para os vetos.

Chuva e disponibilidade de alimentos explicam variações

Lugares com maior volume de chuva costumam ter maior diversidade de espécie de mamíferos e aves. Eles fazem parte do grupos dos animais endotérmicos, por isso, mantêm a temperatura corporal com o calor gerado pelo próprio corpo. Dessa forma, esses animais conseguem viver tanto em lugares quentes quanto frios.

Por outro lado, como produzem calor o tempo todo, precisam de comida de forma contínua e em alta quantidade para sobreviver. E a chuva traz impactos significativos na disponibilidade de alimentos.

Mesmo sem capacidade de produzir calor pelo próprio corpo, já que são ectotérmicos (animais de "sangue frio"), os anfíbios tiveram a maior correlação com a presença de precipitações. Eles dependem de água e umidade para realizar atividades e processos fisiológicos essenciais para sua existência.

De todos os tetrápodes, o único em que a relação de diversidade de espécies e chuva não foi registrada foi a dos répteis. Esse grupo também é ectotérmico, ou seja, tem maior vulnerabilidade às temperaturas do ambiente. Eles conseguem, porém, viver em condições de seca. "Os répteis têm o corpo coberto de escamas, não perdem água para o ar", explica o professor a USP. Por isso, de acordo com ele, os répteis são bastante presentes na Austrália, onda há grandes desertos.

Por que região entre a Amazônia e os Andes é tão rica em espécies? Estudo busca a resposta

Um estudo coordenado por um pesquisador da Universidade de Tel Aviv, em Israel, com a participação de vários cientistas do mundo, incluindo a Universidade de São Paulo (USP) estudou algumas das regiões do planeta com a maior biodiversidade do mundo.

Uma das áreas com maior riqueza é a Bacia Amazônica - na região dos Andes - e o nordeste da floresta tropical. Os Grandes Lagos Africanos e boa parte do Sudeste da Ásia também aparecem como regiões com alta diversidade de espécies.

Os resultados foram publicados na revista científica Zoological Society of London em dezembro do ano passado.

No caso do Andes, a riqueza de animais foi propiciada pelas diferenças de altitude, que obriga as espécies a desenvolverem múltiplos tipos de características para sua sobrevivência.

O relevo acidentado, somado à expressiva diversidade amazônica, propiciou um ambiente único de riqueza de espécies, afirma Márcio Martins, professor do Instituto de Biociência da USP e um dos autores do estudo. "No Brasil, a diversidade mais alta de anfíbios é na Serra do Divisor, no Acre, que está a 200 km da Cordilheira dos Andes", exemplifica.

Estado de São Paulo registra primeira morte por febre amarela em 2024

O Estado de São Paulo registrou o primeiro óbito por febre amarela em 2024. A vítima é um homem de 50 anos, morador de Águas de Lindoia, que se deslocava também pela região de Monte Sião, em Minas Gerais. Ele veio a óbito no dia 29 de março, de acordo com a Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo (SES-SP)

A SES-SP diz que intensificou as ações de prevenção na região de Águas de Lindoia e alerta a população sobre o risco de contaminação pela doença, além de reforçar a necessidade da vacinação.

De acordo com o órgão, o imunizante contra a febre amarela está disponível em todos os postos de saúde do Estado e, até o dia 22 de abril, a cobertura vacinal na região era de 68,47%.

Desde abril de 2017, o Brasil adota o esquema vacinal contra a febre amarela de uma dose durante toda a vida.

Importante destacar, contudo, que a proteção acontece apenas dez dias após a aplicação da vacina, de acordo com Regiane de Paula, coordenadora da Vigilância em Saúde (CCD/SES-SP). Por isso, as pessoas que vão viajar para áreas com recomendação da vacina contra a febre amarela devem se imunizar pelo menos dez dias antes do deslocamento.

De maneira geral, como a transmissão da doença atualmente ocorre apenas por mosquitos silvestres, que vivem em zonas de mata, a coordenadora recomenda que todas as pessoas que planejam viajar para zona da mata, ou seja, "ir para acampamentos, trilhas e cachoeiras", devem se vacinar o quanto antes. No ciclo urbano, a febre amarela também pode ser transmitida pelo mosquito Aedes aegypti, o mesmo que transmite a dengue, mas casos desse tipo não são registrados no País desde 1942.

Quais os sintomas da febre amarela?

De acordo com o Ministério da Saúde, os sintomas iniciais da doença são: febre de início súbito, calafrios, dores na cabeça, nas costas e no corpo em geral, além de enjoo, vômito e fraqueza

Via de regra, as pessoas melhoram após esses sintomas, mas 15% ficam cerca de um dia sem sintomas e, depois, evoluem para quadros mais graves. Por isso, é importante ter um acompanhamento médico.

A febre amarela pode ser transmitida por macacos?

Não. Apesar de o macaco ser o hospedeiro principal dessa doença no seu ciclo silvestre, ela é apenas transmitida por mosquitos transmissores infectados.

A febre amarela é grave?

Pode ser. De acordo com o Ministério da Saúde, cerca de 20 a 50% das pessoas que desenvolvem febre amarela grave podem morrer. Por isso, assim que surgirem os primeiros sinais e sintomas, é fundamental buscar ajuda médica.

Qual o tratamento?

O tratamento é apenas em relação aos sintomas, que deve ser realizado com orientação médica. Por isso, a principal medida de proteção contra a febre amarela é a vacinação.

Boletim InfoGripe diz que VSR supera covid-19 em mortes de crianças

A crescente circulação do vírus sincicial respiratório (VSR) gerou aumento expressivo da incidência e mortalidade de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) em crianças de até dois anos de idade, ultrapassando as mortes associadas à covid-19 nessa faixa etária nas últimas oito semanas epidemiológicas.

O VSR responde por 57,8% do total de casos recentes de SRAG com identificação de vírus respiratório. Outros vírus respiratórios que merecem destaque nas crianças pequenas são o rinovírus e o Sars-Cov-2.

Os dados foram divulgados no Boletim Infogripe da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro, quinta-feira (25). Entre a totalidade de óbitos, o crescimento da influenza A faz com que o percentual associado a esse vírus comece a se aproximar do observado para a covid-19 nas últimas quatro semanas. Apesar disso, a covid-19 ainda tem amplo predomínio na mortalidade de idosos, que também é a faixa etária que mais se destaca em relação a mortes por SRAG.

(Foto: EBC)



O VSR responde por 57,8% do total de casos recentes de SRAG com identificação de vírus respiratório.

Prevalência - Nas quatro últimas semanas epidemiológicas, a prevalência entre os casos com resultado positivo para vírus respiratórios foi de influenza A (23%), influenza B (0,4%), vírus sincicial respiratório (57,8%) e Sars-CoV-2/Covid-19 (10,7%).

Entre os óbitos, a presença desses mesmos vírus entre os positivos foi de influenza A (32%), influenza B (0,3%), vírus sincicial respiratório (10,8%), e Sars-CoV-2/Covid-19 (53,9%).

Pesquisador do Programa de Computação Científica (Procc/Fiocruz) e coordenador do InfoGripe, Marcelo Gomes destaca a importância da vacinação, que está com campanha para influenza A, o vírus da gripe, e do uso de máscaras adequadas (N95, KN95, PFF2) a qualquer pessoa que for a uma unidade de saúde e a quem estiver com sintomas de infecção respiratória.

FOME NO BRASIL

Dados de 2023

1 em cada 4 domicílios brasileiros apresentou algum grau de insegurança alimentar

64,1 milhões de pessoas viviam nesses domicílios

11,9 milhões deles enfrentavam uma situação ainda mais dramática

8,6 milhões beiravam a fome

SITUAÇÃO ALIMENTAR *(Por percentual de domicílio, em 2023)*

	2013	2014	2018	2023
Segurança alimentar	77,4%	65,1%	66,3%	72,4%
Insegurança alimentar	22,6%	34,9%	36,7%	27,6%
Insegurança leve	14,8%	18%	24%	18,2%
Insegurança moderada	4,6%	9,9%	8,1%	5,3%
Insegurança grave (fome)	3,2%	6,9%	4,6%	4,1%

72,4% dos domicílios no Brasil tinham a chamada segurança alimentar

20,9% das pessoas acima de 65 anos estava vivendo sob algum tipo de insegurança alimentar

37,4% das crianças com até 4 anos de idade vivia em domicílios com algum tipo de insegurança alimentar

16% dos domicílios com insegurança alimentar estavam no nordeste

FONTE IBGE

INFOGRAFFO

Anvisa lança painel para facilitar consulta de preços de medicamentos e identificar abusos

Na quarta - feira, 24, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) lançou um painel para consulta de preços de medicamentos. O propósito, segundo a agência, é tornar mais acessível à população a verificação dos valores máximos autorizados pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), órgão federal encarregado de regular e fiscalizar os preços dos medicamentos no Brasil.

Anteriormente, a lista de preços máximos permitidos para a venda de medicamentos era disponibilizada no portal da Anvisa e atualizada mensalmente. Com o novo painel, a lista, os consumidores poderão realizar consultas mais específicas, utilizando o nome do medicamento, o princípio ativo ou o número de registro.

Em comunicado, a Anvisa reforçou que farmácias, drogarias, laboratórios, distribuidores e importadores não podem cobrar um valor superior ao permitido pela CMED. Em abril deste ano, a CMED estabeleceu um reajuste de 4,5% no valor dos medicamentos.

De acordo com informações divulgadas pela Agência Brasil, caso alguma irregularidade seja percebida pelo consumidor, a orientação é que uma denúncia seja encaminhada à própria CMED, "contribuindo, assim, para o monitoramento do mercado e inibindo práticas de sobrepreço pelos estabelecimentos". A Anvisa ressaltou que o painel visa auxiliar a consulta de preços de medicamentos, mas não substitui as listas oficiais de publicadas mensalmente pela CMED por meio do Sistema de Acompanhamento do Mercado de Medicamentos.

Reajuste - Uma análise feita pelo Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) aponta que o reajuste no preço dos medicamentos, em vigor desde abril deste ano, pode, na prática, ser muito superior ao índice de 4,5% definido pela CMED. Isso porque o percentual de aumento é aplicável sobre o Preço Máximo ao Consumidor (PMC), ou seja, o valor máximo que as farmácias podem cobrar dos clientes em cada medicamento.

Presidente do PSDB-SP diz ter avisado Temer que não há chance de partido apoiar Nunes

Presidente do PSDB na cidade de São Paulo, o ex-senador José Aníbal (PSDB) se encontrou com Michel Temer (MDB), um dos articuladores de Ricardo Nunes (MDB), e disse ao ex-presidente que não há chance de os tucanos apoiarem a reeleição do prefeito O encontro entre os dois, que mantêm boa relação, ocorreu no último domingo, 21.

O diretório nacional do partido se reuniu na quarta-feira, 25, para discutir a eleição na capital paulista e, como mostrou o Estadão, não definiu se vai ter candidato próprio, se aliar a Tabata Amaral (PSB) ou apoiar Nunes. Segundo Aníbal, embora o nome do prefeito tenha sido citado na reunião, a opção não é considerada. Ele menciona a votação ocorrida no diretório municipal no fim de março que definiu que o partido não se aliará com o chefe do Executivo paulistano.

"O apoio ao Ricardo não está nem por hipótese contemplado nas nossas conversas para dar protagonismo ao PSDB de São Paulo", disse o tucano, acrescentando que o entorno do prefeito está movendo "mundos e fundos" para conseguir o apoio do partido.

"Eles queriam que o protagonismo do PSDB fosse dentro da sopa de letrinhas partidárias", continuou, se referindo à coligação formada por Nunes, que conta com PL, PSD, Republicanos, PP, Podemos, Avante, PRD, Solidariedade, Mobiliza e ainda deve receber a chegada do União Brasil.

A ala dos tucanos que quer apoiar o prefeito argumenta que ele representa o legado de Bruno Covas, morto vítima de um câncer em 2021 quando governava a capital paulista, e que seria incoerente não apoiar o emedebista que compôs com o PSDB há quatro anos.

As lideranças nacionais do partido sempre ressaltam que o ideal é ter candidato próprio, que seria o apresentador José Luiz Datena (PSDB), mas resta a dúvida se ele toparia a empreitada diante do histórico de recuos eleitorais. Na reunião, foi discutido se há outro nome na sigla, de preferência jovem, que poderia representar uma novidade na disputa eleitoral, mas nenhum candidato potencial foi identificado.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Amazônia: garimpo cresceu 361% em terras indígenas de 2016 a 2022

Cerca de 241 mil hectares - uma área equivalente a duas vezes a cidade de Belém, capital do Pará - é o tamanho das ocupações feitas por garimpos na Amazônia brasileira. Desse total, 25 mil hectares são áreas de 17 terras indígenas (TIs). Os dados foram revelados ontem (26) por um estudo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam).

A pesquisa analisou a atividade mineradora na região ao longo de 37 anos, entre 1985 e 2022. O maior impacto observado ocorreu de 2016 e 2022, exatamente nas terras indígenas onde o garimpo cresceu 361%. A maior parte das atividades mineradoras, que afeta os povos originários da Amazônia (78%), começou neste período.

Em seis anos, enquanto o garimpo avançou 12 vezes em extensão da Amazônia, quando são consideradas apenas as TIs as áreas invadidas cresceram 16 vezes, resultado que surpreendeu uma das pesquisadoras da equipe, Martha Fellows Dourado. "Em algumas terras indígenas o aumento foi muito expressivo. Por exemplo, a TI Kayapó teve um aumento de 1.339% nesse curto período. A gente já trabalhava com a hipótese de crescimento do garimpo nessas áreas, mas não imaginava que iria ser tão agressivo", explica.

O impacto vai além, quando a extração é feita nos rios que atravessam as reservas, e são afetados pela atividade garimpeira. De acordo com os pesquisadores, outras 122 TIs foram alcançadas pelas águas dos rios onde o garimpo utiliza substâncias como o mercúrio, usado para separar o ouro de outros sedimentos, somando 139 povos originários, que sentem as consequências de rios assoreados por excesso de sedimentos, da morte de animais e da contaminação da água e da vegetação.


(Foto: EBC)

Em seis anos, enquanto o garimpo avançou 12 vezes em extensão da Amazônia, quando são consideradas apenas as TIs as áreas invadidas cresceram 16 vezes.

Para entender melhor o raio de impacto do garimpo nas águas, Martha explica que a equipe se debruçou sobre outros trabalhos que revelam a dimensão do problema.

"O garimpo tem impacto direto na saúde indígena, bem documentado em trabalho da Fiocruz [Fundação Oswaldo Cruz], que mostra a contaminação pelo consumo de proteína dos peixes, pela água para consumo e preparo dos alimentos. Mas além disso, outros estudos apontam que a água também contamina a vegetação, que incorpora esse mercúrio e, com a incidência do fogo em períodos mais secos, o mercúrio vai para o ar e dependendo das correntes chega a áreas mais distantes ainda."

Metodologia - O estudo desenvolvido pela equipe de nove pesquisadores foi realizado a partir de dados da MapBiomas, baseados no mapeamento das cicatrizes deixadas pelos garimpos nas imagens do satélite do período entre 1985 e 2022. As áreas afetadas foram convertidas em pontos a partir do centro de cada mancha de garimpo e combinados com com os limites das terras indígenas a partir de dados da Funai, com atualização, em 2021, para determinar o número de garimpos dentro e fora das TIs na Amazônia.

PF investigará câmeras escondidas em apartamento de deputada federal

(Foto: EBC)

A entrada da PF no caso foi por determinação do ministro interino da Justiça e Segurança Pública, Manoel Carlos de Almeida Neto, após reunir-se com a parlamentar.

A Polícia Federal (PF) investigará a instalação de câmeras escondidas encontradas em um apartamento da deputada federal Dayany Bittencourt (foto) (União-CE), em Brasília. O caso já estava sendo apurado pela Polícia Civil do Distrito Federal, após o equipamento ter sido encontrado escondido em meio a disparadores de água e sensores de fumaça, em 2023. A entrada da PF no caso foi por determinação do ministro interino da Justiça e Segurança Pública, Manoel Carlos de Almeida Neto, após reunir-se com a parlamentar. No ofício, Almeida Neto cita "suposta prática dos crimes de violação de domicílio e registro não autorizado de intimidade, cometidos contra a deputada durante o exercício do seu mandato e de sua atividade política".

Registros audiovisuais - As câmeras foram encontradas por assessores da parlamentar em um apartamento alugado por ela na Asa Norte, em agosto do ano passado. Além de quatro câmeras espiãs, havia, no local, microfones, cabos de internet e um aparelho gravador DVR e um modem. De acordo com a PF, foi possível extrair 164.325 registros audiovisuais do aparelho. "Ao longo das investigações preliminares, foram produzidos laudos e exames periciais, pessoas foram identificadas, qualificadas e ouvidas em termos de declaração. Decorridos cerca de oito meses, a perícia realizada no gravador DVR atestou que as câmeras estavam em pleno funcionamento, mas não esclareceu se as imagens foram acessadas remotamente. O foco da Polícia Federal será o gravador das imagens encontrado no apartamento", detalhou a PF.

Incêndio em pousada de Porto Alegre deixa pelo menos 10 mortos

Pelo menos dez pessoas morreram em um incêndio de grandes proporções que atingiu uma pousada na Avenida Farrapos, no centro de Porto Alegre, na madrugada desta sexta-feira (26).

O Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul mobilizou cinco caminhões para combater as chamas no prédio de três pavimentos. Nas redes sociais, a corporação informou que o fogo foi controlado.

"Conforme o nosso comandante do 1º Batalhão do Corpo de Bombeiros, tenente-coronel Lúcio Junes da Silva, foram confirmadas dez vítimas e o local funcionava de forma irregular. A perícia criminal está no local para identificar as vítimas e investigar as causas do incêndio", destacou o corpo de bombeiros, por meio nota.

Os feridos foram levados para o Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre (HPS).


(Foto: EBC)

Os feridos foram levados para o Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre (HPS).

Também pelas redes sociais, a prefeitura de Porto Alegre informou que duas pessoas estão em estado grave e seis passam por atendimento de menor gravidade.

Justiça exclui ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins

Decisões da justiça do Estado de Rondônia garantiram a contribuintes o direito de exclusão do PIS - Programa de Integração Social e da Cofins - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social da base de cálculo do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços.

O PIS e a Cofins são tributos federais cobrados de empresas e indivíduos para financiar a Seguridade Social, como o pagamento de aposentadorias, pensões, auxílios e outros benefícios.

Já o ICMS é um tributo estadual que incide sobre produtos e serviços de diferentes tipos e é cobrado de forma indireta, pois seu valor é adicionado ao preço do produto comercializado ou do serviço prestado. Essa exclusão foi uma das discussões que surgiram com o julgamento da 'tese do século' pelo STF - Supremo Tribunal Federal, quando ficou entendido que não cabe pedido de devolução de valores ou de compensação tributária referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins depois de 15/3/2017 se o fato gerador do tributo ocorreu antes dessa data. 'Nos processos decididos pela Fazenda Pública de Porto Velho, a juíza Inês Moreira da Costa, da 1ª Vara, informa nas sentenças que entendeu que os tributos federais não fazem parte da operação e não representam faturamento ou acréscimo ao patrimônio das empresas', explica Angel Ardanaz, advogado na Ardanaz Sociedade de Advogados e Professor Universitário nas disciplinas de Direito Empresarial e Direito Tributário.

Varíola dos macacos: nova pesquisa pode ajudar a explicar transmissão sexual da doença

Um tipo de vírus de varíola dos macacos que circula na África Central ganhou a habilidade de se transmitir também sexualmente, afirma uma pesquisa ainda não revisada por pares. Por meio de análise genômica, o estudo identificou uma linhagem do vírus distinta da que tipicamente circula na região.

Até o ano passado, esse tipo de vírus de Monkeypox, chamado de Clade I, tinha como principal via contaminação os roedores. Havia poucos casos em que a transmissão ocorria por contato com outras pessoas e, mesmo nesses, a contaminação não era por relação sexual.

A pesquisa foi publicada neste mês no medRxiv, site criado por uma laboratório de Yale e que divulga estudos ainda não revisados. Por isso, as conclusões dos artigos publicados na plataforma ainda não devem ser usadas para guiar práticas clínicas ou comportamentos relacionados à saúde.

No artigo, os autores do artigo pontuam a semelhança da evolução do Clade I com o tipo de vírus que levou à explosão de varíola dos macacos no mundo em 2022.

Os pesquisadores coletaram dados de vigilância e registros hospitalares na República Democrática do Congo, localizada na África Central, entre outubro de 2023 e janeiro de 2024. No ano passado, um surto de varíola dos macacos explodiu na região mineradora de Kamituga localizada no Congo.

Justiça do RJ absolve policiais acusados de morte de jovem em 2015

Os policiais militares Paulo Roberto da Silva, Pedro Victor da Silva Pena e Gabriel Julião Florido foram absolvidos pelo morte do jovem Eduardo Felipe Santos Victor, em 2015. O rapaz, na época com 17 anos, foi atingido por disparos na Ladeira do Barroso, no Morro da Providência, na região central do Rio. Os três foram denunciados pelo Ministério Público do Rio de Janeiro por homicídio.

Quanto à fraude processual, por terem sido acusados de alterar a cena do crime, o juiz Daniel Cotta, do Conselho de Sentença do 2º Tribunal do Júri da Capital, decidiu quarta-feira (24) que o processo ficará suspenso por dois anos. Neste período, os réus terão de cumprir algumas medidas, como comparecer ao juízo a cada bimestre. Após esse prazo, a ação será extinta.

O réu Eder Siqueira, acusado de fraude processual, teve o processo também suspenso desde que comparecesse ao cartório judicial por dois anos, o que já foi cumprido. Já Riquelmo de Paula Geraldo morreu.

Entenda o caso - Na época do crime, em setembro de 2015, um vídeo veiculado nas redes sociais mostrava os policiais militares da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Morro da Providência em volta do jovem Eduardo Victor, que estava caído no chão, em meio a uma poça de sangue. O vídeo foi feito por um morador, com uso de um telefone celular.

Nas imagens, um dos policiais dá um tiro para o alto e logo depois outro agente pega uma arma, coloca na mão do jovem e dá dois tiros para o alto.

Caso Samarco: Justiça inclui cinco cidades em rol de áreas atingidas

O Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) incluiu cinco municípios do litoral capixaba na lista de atingidos por rompimento de barragem em Mariana (MG), ocorrido em 2015. Com a decisão judicial, São Mateus, Linhares, Aracruz, Serra e Conceição da Barra foram considerados afetados pelo desastre ambiental.

O reconhecimento das áreas como sujeitas a reparação foi feito a partir de uma deliberação do Comitê Interfederativo (CIF), em 2017, que foi questionada pela Samarco Mineração, responsável pela operação da barragem, e por suas controladoras, BHP Billiton Brasil e Vale.

De acordo com o Ministério Público Federal (MPF), que defendeu a inclusão de comunidades dos cinco municípios, as mineradoras alegaram que o comitê não tem poder impositivo e não poderia reconhecer as áreas atingidas. Elas também pediram que fossem produzidas novas provas periciais.

O MPF afirmou que áreas estuarinas, costeiras e de marinha já haviam sido previstas pelo Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), firmado entre as mineradoras e os órgãos públicos para reparação e compensação dos danos causados pelo desastre.

Ainda segundo o MPF, diversas perícias já foram feitas para averiguar a existência de impactos nesses locais.

O Ministério Público também se manifestou sobre a validade da deliberação do CIF, destacando que o comitê é a última instância administrativa com legitimidade para aplicar multas em caso de descumprimento das deliberações e que sua criação foi prevista no acordo entre a União, os estados de Minas Gerais e Espírito Santo e as mineradoras.

A Fundação Renova, criada pelas mineradoras para lidar com os projetos de reparação, tem projetos em cerca de 40 municípios atingidos pelo desastre em Minas Gerais e no Espírito Santo. Por meio de sua assessoria de imprensa, a Samarco informou que não irá comentar a decisão judicial.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676



Telefónica

Telefônica IOT, BIG DATA e Tecnologia do Brasil S.A.

Companhia Fechada

CNPJ 35.308.475/0001-24 - NIRE 35.300.574.753

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Cumprindo às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Finalmente, a administração da Telefônica IoT, Big Data e Tecnologia do Brasil S.A. agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras pelo apoio e confiança depositados, em especial aos funcionários, pela dedicação e esforços empreendidos.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31.12.23	31.12.22
Ativo circulante		**82.803**	**76.401**
Caixa e equivalentes de caixa	4	49.487	43.242
Contas a receber	5	27.545	23.001
Estoques		41	67
Créditos com partes relacionadas	20	-	7.723
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	6	1.669	28
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	7	3.485	1.957
Outros ativos		576	383
Ativo não circulante		**37.040**	**25.824**
Realizável a longo prazo		**6.590**	**1.514**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	6.454	-
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	7	116	1.511
Outros ativos		20	3
Imobilizado	8	**22.702**	**17.565**
Intangível	9	**7.748**	**6.745**
TOTAL DO ATIVO		**119.843**	**102.225**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.23	31.12.22
Passivo circulante		**42.050**	**41.324**
Pessoal, encargos e benefícios sociais	10	5.571	4.103
Fornecedores	11	26.257	32.465
Juros sobre o capital próprio e dividendos	14	4.905	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	6	-	2.012
Impostos, taxas e contribuições a recolher	12	1.069	1.999
Obrigações com partes relacionadas	20	-	33
Arrendamentos	13	439	358
Outros passivos		3.809	354
Passivo não circulante		**1.130**	**1.751**
Pessoal, encargos e benefícios sociais	10	80	67
Arrendamentos	13	942	1.356
Outros passivos		108	328
TOTAL DO PASSIVO		**43.180**	**43.075**
Patrimônio líquido		**76.663**	**59.150**
Capital social integralizado	14	75.954	75.954
Capital a integralizar	14	(19.943)	(34.943)
Reservas de capital	14	6.733	18.989
Reservas de lucro	14	1.012	-
Lucros (prejuízos) acumulados		12.907	(850)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**119.843**	**102.225**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022
Lucro antes dos tributos		**17.960**	**4.673**
Ajustes de:			
Depreciações e amortizações	16	4.399	1.431
Perdas estimadas para a redução ao valor recuperável das contas a receber	16	1.741	2.425
Mudanças em provisões passivas (Fornecedores)		2.365	8.614
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego		53	-
Despesas (reversões) de juros de arrendamentos	13	(28)	274
Variações monetárias de ativos e passivos		(3.084)	(6.515)
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber		(6.285)	(22.643)
Estoques		24	1.037
Tributos a recuperar		755	(3.039)
Outros ativos		(665)	1.066
Pessoal, encargos e benefícios sociais		1.481	2.666
Fornecedores		(5.489)	8.226
Impostos, taxas e contribuições		(3.607)	1.583
Outros passivos		2.522	141
		(5.818)	**(4.734)**
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**12.142**	**(61)**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(6.885)	(1.613)
Pagamento de juros de arrendamentos	13	28	(274)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**5.285**	**(1.948)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos líquidos de depósitos judiciais		(8)	-
Aquisições de imobilizado e intangível		(13.434)	(10.265)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(13.442)**	**(10.265)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital, pela alienação de participação societária (1)	14	15.000	40.000
Pagamentos de arrendamentos financeiros	13	(598)	(269)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		**14.402**	**39.731**
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		**6.245**	**27.518**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	**43.242**	**15.724**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	**49.487**	**43.242**

(1) Os saldos comparativos foram reclassificados de atividades de investimentos para melhor apresentação considerando a natureza da transação.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	15	**97.478**	**56.046**
Custos dos serviços prestados e de mercadorias vendidas	16	(55.937)	(32.602)
Lucro bruto		**41.541**	**23.444**
Despesas operacionais		**(31.230)**	**(27.105)**
Despesas com comercialização	16	(14.130)	(15.849)
Despesas gerais e administrativas	16	(16.281)	(10.383)
Outras despesas, líquidas		(819)	(873)
Lucro (prejuízo) operacional		**10.311**	**(3.661)**
Resultado financeiro, líquido	17	7.649	8.334
Lucro antes dos tributos		**17.960**	**4.673**
Imposto de renda e contribuição social	6	2.282	(3.692)
Lucro líquido do exercício		**20.242**	**981**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**20.242**	**981**
Outros resultados abrangentes líquidos que não podem ser reclassificados para resultado em exercícios subsequentes		**297**	**(328)**
Ganhos (perdas) atuariais e efeito da limitação de ativos dos planos superavitários	19	281	(328)
Tributos	6	16	-
Resultado abrangente do exercício		**20.539**	**653**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social integralizado	Capital social a integralizar	Reservas de capital (Outras reservas de capital)	Reservas de lucro (Reserva legal)	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**75.954**	**(74.943)**	**18.989**	**-**	**(1.503)**	**18.497**
Aporte de Capital à vista pela TI&BDT em Jun-22 e Dez-22	14	-	40.000	-	-	-	40.000
Outros resultados abrangentes - planos de benefícios pós-emprego e outros benefícios	19	-	-	-	-	(328)	(328)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	981	981
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**75.954**	**(34.943)**	**18.989**	**-**	**(850)**	**59.150**
Aporte de Capital à vista pela TI&BDT em Jun-23 e Dez-23	14	-	15.000	-	-	-	15.000
Reserva de capital, pela integralização do capital social	19	-	-	(12.256)	-	-	(12.256)
Outros resultados abrangentes - planos de benefícios pós-emprego e outros benefícios	19	-	-	-	-	297	297
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	20.242	20.242
Destinação do lucro:							
Reserva legal	14	-	-	-	1.012	(1.012)	-
Juros sobre o capital intermediários	14	-	-	-	-	(5.770)	(5.770)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**75.954**	**(19.943)**	**6.733**	**1.012**	**12.907**	**76.663**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

a) Informações Gerais

A Telefônica IoT, Big Data e Tecnologia do Brasil S.A. ("Companhia", "IoTCo"), com sede na Alameda Xingu, nº 200, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, Brasil, tendo como principais atividades a exploração de soluções integradas, gestão, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, consultoria, elaboração de projetos, *outsourcing* e prestação de serviços relacionados à *internet* das coisas, tecnologia da informação e comunicação (TIC), inteligência artificial e *Big Data*, inteligência artificial e *Blockchain*; prestação de serviços técnicos de sonorização de ambientes, manutenção e atividades correlatas; fornecimento de projetos, exploração de serviços de *marketing* e publicidade e consultoria; gerenciamento e suporte de serviços de reparação, instalação, configuração, manutenção, assistência técnica e suporte técnico em informática; importação, exportação e locação de máquinas, equipamentos, materiais e demais bens e serviços necessários ou úteis à exploração das atividades; desenvolvimento, licenciamento e sublicenciamento de *softwares* ou aplicativos de qualquer natureza (próprios ou de terceiros); prestação de serviços de monitoramento, administração e gerenciamento de segurança lógica, entre outras.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia era controlada pela Telefônica Brasil S.A. ("TBrasil"), com 50,01% de seu capital social e pela Telefônica IoT & Big Data Tech, S.A. ("TI&BDT"), com 49,99% de seu capital social.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

b) Bases de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses (ciclo operacional normal). Caso contrário, são classificados e demonstrados como não circulantes. A única exceção refere-se aos saldos dos tributos diferidos ativos e passivos, que são classificados e demonstrados integralmente como não circulantes.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas conforme o pronunciamento técnico CPC 03 e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 26 de abril de 2024.

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R$).

As transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real da seguinte forma: (i) os ativos, passivos e patrimônio líquido (exceto o capital social e reservas de capital) são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço; (ii) as despesas e receitas são convertidas pela taxa média de câmbio, exceto para operações específicas que são convertidas pela taxa da data da transação; e (iii) o capital social e reservas de capital são convertidos pela taxa da data da transação.

Os ganhos e perdas resultantes da conversão de ativos e passivos monetários verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais adotadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

As seguintes alterações de normas contábeis foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: (i) CPC 26 (R1) - Divulgação de políticas contábeis; (ii) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; e (iii) CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. A adoção das alterações destas normas contábeis, não tiveram impactos materiais para a Companhia.

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

A seguir, apresentamos as políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia.

a) Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros, mensurados ao custo amortizado, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de liquidez imediata, sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e quando resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das contratações.

b) Contas a receber

São ativos financeiros mensurados, no momento inicial pelo valor justo e subsequentemente, pelo custo amortizado e estão avaliados pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas, líquido das perdas estimadas para redução ao valor recuperável.

A Companhia mensura a provisão para perda estimada para redução ao valor recuperável em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

c) Estoques

São avaliados e demonstrados pelo custo médio de aquisição ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para a realização da venda.

Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda, os valores das adições e reversões das perdas estimadas para redução ao valor realizável são reconhecidos no resultado foram incluídos nos custos das mercadorias vendidas (nota 16).

d) Imposto de renda e contribuição social

d.1) Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários são mensurados ao valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do encerramento do exercício atual. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

d.2) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, tributos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias serão revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária e que foram promulgadas na data de encerramento do exercício.

Tributos diferidos ativos e passivos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.

Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

e) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, líquido da depreciação e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicável.

Os custos do ativo imobilizado são capitalizados até o momento em que esteja nas condições previstas para sua entrada em operação. Os gastos subsequentes à entrada do ativo em operação e que não melhoram a funcionalidade ou aumentam a vida útil do bem são reconhecidos imediatamente no resultado, respeitando-se o regime de competência. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específicas. Da mesma forma, gastos que representem melhorias no ativo (aumento da capacidade de produção ou da vida útil) são capitalizados. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração dos resultados, quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens baseada em estudos técnicos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício em que o ativo for baixado.

f) Arrendamentos (Direito de uso)

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, conforme permitido pelo CPC 6. Reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

A Companhia atua como arrendatárias em contratos de imóveis.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem substancialmente pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, pela rescisão do contrato de arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

O valor presente dos contratos de arrendamento é mensurado descontando os fluxos de pagamentos futuros fixos, os quais não incluem a inflação projetada, pelas taxas de juros de mercado, estimadas com *spread* de risco intrínseco da Companhia.

As curvas de desconto utilizadas são construídas com base em dados observáveis. As taxas de juros de mercado são extraídas da B3 e o spread de risco da Companhia é estimado a partir de títulos de dívida emitidos por empresas com grau de risco comparável. Dessa forma, a curva final de desconto reflete de forma fidedigna a taxa de juros incremental de empréstimo da Companhia.

g) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo de aquisição/formação no momento do seu reconhecimento inicial.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição e/ou formação, líquido da amortização e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração dos resultados no exercício em que for incorrido.

A Companhia possui apenas ativos intangíveis com vida útil definida, são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo método linear e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indícios de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados anualmente

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou no método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração dos resultados na categoria de custo/despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício em que o ativo for baixado.

h) Pessoal, encargos e benefícios sociais

Os salários, remunerações e participação nos resultados são negociados em acordos coletivos de trabalho, sendo adicionados os encargos e contribuições sociais correspondentes e apropriados pelo regime de competência. O programa de participação nos resultados para os empregados é baseado em metas operacionais e financeiras da Companhia, sendo reconhecida uma provisão quando forem satisfeitas as premissas para sua contabilização.

Os custos e despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais são contabilizados como custo dos serviços prestados, despesas comerciais ou despesas gerais e administrativas (nota 16).

i) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens, serviços ou mercadorias que foram adquiridos no curso normal dos negócios. São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável.

j) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

j.1) Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados nos balanços patrimoniais como obrigações legais (provisões no passivo circulante). Os dividendos em excesso a esse mínimo, ainda não aprovados para pagamento pela sua única sócia, estão demonstrados como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido. Após a aprovação dos resultados pela sua única sócia, os dividendos em excesso ao mínimo são transferidos para o passivo circulante, passando a caracterizar como obrigações legais.

j.2) Juros sobre o capital próprio

Pela legislação brasileira é permitido às sociedades pagarem juros sobre o capital próprio, os quais são similares ao pagamento de dividendos, porém são dedutíveis para fins de apuração dos tributos sobre a renda. A Companhia, para fins de atendimento à legislação tributária brasileira provisiona nos seus livros contábeis o montante devido em contrapartida à conta de despesa financeira no resultado do exercício e, para fins de apresentação destas demonstrações financeiras, reverte a referida despesa em contrapartida a um débito direto no patrimônio líquido, resultando no mesmo tratamento contábil dos dividendos.

k) Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, que é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do montante dessa obrigação possa ser efetuada. As provisões são atualizadas até a data do encerramento do exercício pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada provisão.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não havia reconhecido valores relacionados a processos judiciais com chances de perda provável. Entretanto no entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, em 31 de dezembro de 2023, são possíveis as chances de perda nos processos, descritos a seguir: (i) ação indenizatória por danos materiais de natureza cível de R$136 e; (ii) pedido de indenização por danos materiais de natureza trabalhista de R$43.

l) Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis decorrentes da prestação de serviços relacionados às suas atividades operacionais descritas na nota 1. As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando (ou assim que) a obrigação junto aos clientes for satisfeita. As receitas estão sendo apresentadas líquidas dos tributos, incidentes sobre elas. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

As receitas de serviços estão sujeitas basicamente aos seguintes tributos indiretos: Imposto sobre Serviço Prestado ("ISS") às alíquotas vigentes em cada município e à tributação pelo Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS").

m) Receitas (despesas) financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras e ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras, sendo reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas.

n) Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina individualmente fundos de pensão de benefícios pós-emprego para empregados ativos e aposentados, bem como plano multipatrocinado de complementação de aposentadoria e assistência médica para ex-empregados. As contribuições são determinadas em bases atuariais e são registradas pelo regime de competência. Passivos relacionados aos planos definidos são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, a fim de verificar se as reservas são suficientes para garantir os compromissos atuais e futuros.

Os passivos atuariais de planos com características de benefício definido foram calculados adotando-se o método de crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

Para os planos com características de contribuições definidas, a obrigação é limitada ao pagamento das contribuições, as quais são reconhecidas no resultado nos respectivos períodos de competência.

O ativo ou passivo de plano de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal - NTNs), deduzido do valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à Companhia. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de redução nas contribuições patronais futuras do plano.

Os custos atuariais reconhecidos na demonstração dos resultados são limitados ao custo do serviço e custo de juros sobre a obrigação do plano de benefício definido. Qualquer mudança na mensuração nos ativos e obrigações dos planos são inicialmente reconhecidos em outros resultados abrangentes e imediatamente reclassificado para lucros acumulados no patrimônio líquido.

A Companhia administra e patrocina, individualmente, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento à Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da referida Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tinha direito enquanto empregado ativo.

o) Instrumentos financeiros

o.1) Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) a custo amortizado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme a situação.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros a custo amortizado; e (iii) ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características de fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de cada instrumento financeiro.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e créditos com partes relacionadas.

o.2) Passivos financeiros

No reconhecimento inicial, um passivo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) a custo amortizado; ou (iii) derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, acrescidos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, arrendamentos e obrigações com partes relacionadas.

o.3) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível à Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da melhor utilização possível do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo da melhor forma possível.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de insumos observáveis relevantes e minimizando o uso de insumos não observáveis.

p) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício do julgamento por parte da Administração da Companhia na aplicação das suas políticas contábeis. Essas estimativas são baseadas na experiência, melhor conhecimento, informações disponíveis na data do encerramento do exercício social e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do encerramento do exercício, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos, são descritas a seguir:

p.1) Perda estimada para redução ao valor recuperável

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados podem ser diferentes.

p.2) Ativo imobilizado e intangível

O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e amortização.

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e ao uso alternativo dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto tecnológico e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

p.3) Arrendamentos

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão. A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão.

A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento.

A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia.

p.4) Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

p.5) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.23	31.12.22
Aplicações financeiras	49.427	43.134
Caixa e bancos	60	108
Total	**49.487**	**43.242**

As aplicações financeiras são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha, baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") com liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, portanto classificados como caixa e equivalentes de caixa. As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas como receitas financeiras. Em 31 de dezembro de 2023, a remuneração média destas aplicações financeiras correspondia a 99,76% do CDI (99,34% em 31 de dezembro de 2022).

5. CONTAS A RECEBER

	31.12.23	31.12.22
Serviços a clientes	12.240	17.883
Créditos com empresas do grupo (nota 20)	17.400	7.085
Contas a receber bruto	**29.640**	**24.968**
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(2.095)	(1.967)
Contas a receber, líquido	**27.545**	**23.001**

A seguir, apresentamos os valores líquidos, por idade de vencimento:

	31.12.23	31.12.22
A vencer	19.477	15.046
Vencidas - 1 a 30 dias	4.176	4.797
Vencidas - 31 a 60 dias	2.474	2.021
Vencidas - 61 a 90 dias	770	172
Vencidas - 91 a 120 dias	474	621
Vencidas - mais de 120 dias	174	344
Total	**27.545**	**23.001**

A seguir, apresentamos as movimentações das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber:

Saldo em 31.12.21	**(19)**
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 16)	(2.425)
Baixas	458
Saldo em 31.12.22	**(1.967)**
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 16)	(1.741)
Recuperações	(354)
Saldo em 31.12.23	**(2.095)**

6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	31.12.23	31.12.22
Imposto de renda	1.233	25
Contribuição social	436	3
Total	**1.669**	**28**

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	31.12.23	31.12.22
Imposto de renda	-	1.479
Contribuição social	-	533
Total	**-**	**2.012**

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

c.1) Composição de movimentação

Com base nas análises e projeções realizadas em 2023, a Companhia passou a apresentar lucros tributáveis futuros. Desta forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos (IR sobre prejuízos fiscais, CS sobre base negativa e IR e CS sobre diferenças temporárias.

A seguir, apresentamos a composição e a movimentação do imposto de renda ("IR") e da contribuição social ("CS") diferidos.

	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes (1)	Saldos em 31.12.23
Ativo diferido			
IR e CS sobre diferenças temporárias (2)	6.438	16	6.454
Total do ativo líquido, não circulante	**6.438**	**16**	**6.454**

(1) Inclui R$111 referente aos efeitos do reconhecimento de IR e CS diferidos sobre os saldos dos planos de previdência e outros benefícios pós-emprego.

(2) A realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões, da efetiva perda estimada para redução ao valor recuperável das contas a receber, bem como pela reversão de outras provisões.

c.2) Expectativa de realização

A seguir, apresentamos os prazos de expectativa para as realizações dos tributos diferidos líquidos, baseados em projeções que podem sofrer alterações no futuro.

Ano	R$ mil
2024	6.420
2028 em diante	34
Total	**6.454**

continua

continuação

Telefónica

Telefônica IOT, BIG DATA e Tecnologia do Brasil S.A.

Companhia Fechada

CNPJ 35.308.475/0001-24 - NIRE 35.300.574.753

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2023 (Em milhares de reais)

d) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A Companhia provisiona as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações financeiras são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	2023	2022
Lucro antes dos tributos	17.960	4.673
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(6.106)	(1.589)
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias não constituidos (1)	-	(2.145)
Tributos diferidos reconhecidos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias	6.438	-
Benefício fiscal sobre os juros sobre o capital próprio destinados	1.962	-
Outras (adições) exclusões	(12)	42
Crédito (débito) tributário	**2.282**	**(3.692)**
Taxa efetiva	-12,7%	79,0%
IRPJ e CSLL corrente	(4.156)	(3.692)
IRPJ e CSLL diferido	6.438	-

(1) Referem-se a tributos diferidos sobre diferenças temporárias não constituídos, tais como: provisões de fornecedores, participação de empregados nos resultados, perdas estimadas ao valor recuperável das contas a receber e de ajuste a valor presente de contratos de arrendamento.

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	31.12.23	31.12.22
Impostos e contribuições retidos na fonte	2.346	1.255
PIS e COFINS	757	482
ICMS	420	1.699
Outros	78	32
Total	**3.601**	**3.468**
Circulante	3.485	1.957
Não circulante	116	1.511

8. IMOBILIZADO

a) Composição, Movimentação e Taxas de Depreciação

	Equipamentos de rede	Equipamentos de informática	Outros ativos imobilizados (1)	Bens e obras em andamento	Total
Taxa anual de depreciação (%)	**10,00**	**20,00**	**2,5 a 25,00**		
Saldos e movimentações:					
Saldo em 31.12.21	**1.406**	**247**	**3.533**	**891**	**6.077**
Adições	8.322	2.803	792	770	12.687
Transferências líquidas	2	16	(18)	-	-
Depreciação (nota 16)	(325)	(287)	(587)	-	(1.199)
Saldo em 31.12.22	**9.405**	**2.779**	**3.720**	**1.661**	**17.565**
Adições	6.747	738	478	-	7.963
Transferências líquidas	705	-	-	(705)	-
Baixas, líquidas	-	(2)	(72)	-	(74)
Depreciação (nota 16)	(1.261)	(904)	(587)	-	(2.752)
Saldo em 31.12.23	**15.596**	**2.611**	**3.539**	**956**	**22.702**
Em 31.12.22					
Custo	9.730	3.066	4.308	1.661	18.765
Depreciação acumulada	(325)	(287)	(588)	-	(1.200)
Total	**9.405**	**2.779**	**3.720**	**1.661**	**17.565**
Em 31.12.23					
Custo	17.182	3.801	4.706	956	26.645
Depreciação acumulada	(1.586)	(1.190)	(1.167)	-	(3.943)
Total	**15.596**	**2.611**	**3.539**	**956**	**22.702**

(1) Inclui os saldos líquidos de arrendamento de R$1.469 e R$1.578 em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

b) Movimentação e composição de Arrendamentos (Direito de Uso)

	31.12.23	31.12.22
Saldo no início do exercício	**1.578**	**1.934**
Ingressos (1)	265	49
Depreciação	(374)	(405)
Saldo no final do exercício	**1.469**	**1.578**
Composição		
Custo	2.248	1.983
Depreciação acumulada	(779)	(405)
Total	**1.469**	**1.578**

(1) Transações sem efeitos no caixa.

9. INTANGÍVEL

Composição, Movimentação e Taxas de Amortização

	Softwares	Softwares em andamento	Total
Taxa anual de amortização (%)	**20,00**		
Saldos e movimentações:			
Saldo em 31.12.21	**-**	**-**	**-**
Adições	6.820	157	6.977
Transferências líquidas	157	(157)	-
Amortização (nota 16)	(232)	-	(232)
Saldo em 31.12.22	**6.745**	**-**	**6.745**
Adições	2.653	-	2.653
Baixas líquidas	(3)	-	(3)
Amortização (nota 16)	(1.647)	-	(1.647)
Saldo em 31.12.23	**7.748**	**-**	**7.748**
Em 31.12.22			
Custo	6.977	-	6.977
Depreciação acumulada	(232)	-	(232)
Total	**6.745**	**-**	**6.745**
Em 31.12.23			
Custo	9.625	-	9.625
Depreciação acumulada	(1.877)	-	(1.877)
Total	**7.748**	**-**	**7.748**

10. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	31.12.23	31.12.22
Encargos e benefícios sociais	2.514	1.749
Participação de empregados nos resultados	2.830	2.226
Salários e remunerações	-	128
Planos de remuneração em ações (nota 18)	307	67
Total	**5.651**	**4.170**
Circulante	5.571	4.103
Não circulante	80	67

11. FORNECEDORES

	31.12.23	31.12.22
Fornecedores diversos (Opex, Capex, Serviços e Mercadorias) - Terceiros	16.522	21.559
Fornecedores - Empresas do grupo (nota 20)	9.735	10.906
Total	**26.257**	**32.465**

12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31.12.23	31.12.22
PIS e COFINS	786	1.253
ICMS	-	358
Outros	283	388
Total	**1.069**	**1.999**

13. ARRENDAMENTOS

A Companhia atua como arrendatária de contratos de arrendamento de imóveis.

A taxa média anual ponderada dos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2023 é de 14,05%, com prazo médio de vencimento de 2,75 anos (taxa média anual ponderada de 14,48% e prazo médio de vencimento de 3,83 anos em 31 de dezembro de 2022).

A seguir, apresentamos os saldos e o cronograma dos arrendamentos a pagar.

	31.12.23	31.12.22
Valor nominal a pagar	1.614	2.185
Despesa financeira não realizada	(233)	(471)
Valor presente a pagar	**1.381**	**1.714**
Circulante	439	358
Não circulante	942	1.356

A seguir, apresentamos o aging dos saldos dos valores de arrendamentos a pagar:

Ano	R$ mil
2024	439
2025	491
2026	451
Total	**1.381**

A seguir, apresentamos a movimentação dos saldos dos valores de arrendamentos a pagar:

	31.12.23	31.12.22
Saldo no início do exercício	**1.714**	**1.933**
Ingressos (1)	265	49
Encargos financeiros (nota 17)	(28)	274
Pagamentos - principal	(598)	(268)
Pagamentos - encargos	28	(274)
Saldo no final do exercício	**1.381**	**1.714**

(1) Transações sem efeitos no caixa.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2023 e 2022 era de R$75.954, representado por 1.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 500.200 ações ordinárias de titularidade da TBrasil e 499.800 ações ordinárias de titularidade da TI&BDT.

b) Capital a integralizar

Em 1º de novembro de 2021, o Conselho de Administração da Telefônica Brasil aprovou a celebração do Contrato de Compra e Venda e Subscrição de Ações, por meio do qual alienou parte das ações de sua titularidade e de emissão da Companhia para a Telefónica IoT & Big Data Tech, S.A. ("TI&BDT"), controlada direta da Telefónica S.A. ("Operação").

A Operação previa que a TI&BDT tinha a obrigação de integralizar R$74.943 em decorrência da emissão de 499.800 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da IoT Co Brasil.

A TI&BDT efetuou os aportes em recursos de R$40.000 e R$15.000 em 2022 e 2023, respectivamente, restando o montante de R$19.943, previsto para ser integralizado até outubro de 2024.

c) Reservas de Capital - Outras reservas de capital

Refere-se à reserva de ágio no valor de R$18.989, constituída em conjunto com o aporte de capital realizado pela TI&BDT em 1º de novembro de 2021 que, em 2023, foi compensada pela reserva de capital de R$12.256, pelo capital social a integralizar.

d) Reservas de Lucro - Reserva legal

Reserva constituída obrigatoriamente pela Companhia à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social e para compensar prejuízos acumulados. O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2023 era de R$1.012.

e) Remuneração aos acionistas

Apresentamos a seguir, o cálculo da remuneração aos acionistas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	2023
Lucro líquido do exercício	20.242
(-) Apropriação à reserva legal	(1.012)
Lucro líquido ajustado	**19.230**
(-) Juros sobre o capital próprio distribuídos no exercício:	**(5.770)**
Juros sobre o capital próprio (bruto)	(5.770)
Saldo de lucro líquido não destinado	**13.460**
(+) Ganhos atuariais reconhecidas e efeito da limitação dos ativos dos planos superavitários, líquidos de tributos	297
Lucro disponível para distribuição	**13.757**
Proposta para a distribuição:	
Compensação de prejuízos de exercícios anteriores	850
Saldo em lucros acumulados (em definição da destinação)	12.907
Total	**13.757**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% do lucro líquido ajustado (apenas informativo)	**4.807**

Juros sobre o capital próprio intermediários

Os juros sobre o capital próprio intermediários no valor bruto de R$5.770 (R$4.905, líquidos de imposto de renda retido na fonte), destinados pela Companhia em 29 de dezembro de 2023, serão aprovados em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") da Companhia, a ser realizada em 2024.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2023	2022
Receita operacional bruta	**109.968**	**63.379**
Serviços	109.968	63.379
Deduções da receita operacional bruta	**(12.490)**	**(7.333)**
Tributos (PIS, COFINS e ISS)	(12.490)	(7.333)
Receita operacional líquida	**97.478**	**56.046**

16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2023	2022
Serviços de terceiros	(34.166)	(28.420)
Pessoal	(29.367)	(22.380)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 5)	(1.741)	(2.425)
Custo das mercadorias vendidas	(15.056)	(3.695)
Aluguéis e condomínio	(328)	(271)
Depreciação e amortização (1)	(4.399)	(1.431)
Outros custos e despesas	(1.291)	(212)
Total	**(86.348)**	**(58.834)**
Custo dos serviços prestados e de mercadorias vendidas	(55.937)	(32.602)
Despesas com vendas	(14.130)	(15.849)
Despesas gerais e administrativas	(16.281)	(10.383)
Total	**(86.348)**	**(58.834)**

(1) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, inclui R$374 e R$405, respectivamente, referente à depreciação de arrendamentos.

17. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	2023	2022
Receitas Financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	5.001	2.319
Receitas com variações cambiais e monetárias	36	5
Juros ativos e outras receitas financeiras	3.008	6.429
Total	**8.045**	**8.753**
Despesas Financeiras		
Encargos de arrendamentos (nota 13)	28	(274)
Outras despesas com variações cambiais e monetárias	(50)	(26)
Juros passivos e outras despesas financeiras	(374)	(119)
Total	**(396)**	**(419)**
Resultado financeiro, líquido	**7.649**	**8.334**

18. PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

A controladora indireta da Companhia, Telefónica S.A. ("Telefónica"), mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações (*Talent for the Future Share Plan* ("TFSP") e *Performance Share Plan* ("PSP")), os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Companhia.

A entrega das ações está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefónica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano.

O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, considerando cotação e dividendos (*Total Shareholder Return* - TSR) da ação da Telefónica, em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré-definido, ao atingimento do FCF (*Free Cash Flow*) do Grupo Telefónica e a neutralização e redução de emissões de CO2 (a partir do Ciclo de 2021).

Em 31 de dezembro de 2023 o valor da cotação das ações da Telefónica era de 3,5340 euros.

Os principais planos em vigor em 31 de dezembro de 2023 estão detalhados a seguir:

• *Talent for the Future Share Plan* ("TFSP"), para seus Gerentes Sênior, Gerentes e Especialistas, em nível global:

Ciclo 2021-2023 (1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023) com 1 executivo ativo, tendo o direito potencial de receber 1.500 ações da Telefónica.

• *Performance Share Plan* ("PSP"), para seus Vice-Presidentes e Diretores em nível global:

Ciclo 2022-2024 (1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024): com 1 executivo ativo da Companhia, tendo o direito potencial de receber 6.446 ações da Telefónica.

• *Plano Global de Compra Incentivada de Ações da Telefónica: Plano 100*

Os empregados inscritos no plano podem adquirir ações da Telefónica mediante contribuições mensais de 25 euros até 150 euros (ou o equivalente em moeda local), descontadas em folha de pagamento, mensalmente com um valor máximo de 1.800 euros ao longo de um período de doze meses (período de compra).

Os seis meses seguintes ao período de compra são o período de retenção das ações compradas. Ao final desse período serão entregues ações adicionais, ou seja, a cada uma ação comprada pelo colaborador, será concedida uma ação gratuita.

O ciclo deste plano tem vigência de 1º de setembro de 2022 a 31 de março de 2024.

A entrega de ações ocorrerá após o período de aquisição de direito do plano, após 31 de março de 2024, e está condicionada a: (i) a permanência na empresa durante os dois anos de duração do programa (período de aquisição de direito), sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas; e (ii) o número exato de ações a serem entregues ao final do período de aquisição de direito depende do número de ações adquiridas e mantidas pelos empregados. Assim, os empregados inscritos no plano, e que continuaram no Grupo Telefónica, que tenham mantido as ações adquiridas por um período adicional de mais seis meses depois do fim do período de compra, terão direito a receber uma ação gratuita para cada ação que tenham adquirido e conservado até o fim do período de aquisição de direito.

Para comemorar o 100º aniversário da constituição da Telefónica (19 de abril de 2024), além das Ações Adicionais, cada um dos partícipes poderá receber gratuitamente 100 Ações de Comemoração da Telefónica ("as Ações de Comemoração").

A entrega de ações de comemoração ocorrerá após o período de aquisição de direito do plano, após 31 de março de 2024, e está condicionada a: (i) que o empregado inscrito no plano faça as contribuições, independentemente do valor de tal contribuição, durante os doze (12) meses de duração do Período de Compra sem interrupção; (ii) que mantenha as Ações Adquiridas depositadas na Conta de Valores até a Data de Consolidação; e (iii) que o empregado inscrito no plano continue prestando serviços para o Grupo até a Data de Consolidação (primeiro dia após o término do período de manutenção sendo 31 de março de 2024).

As despesas da Companhia com os planos de remuneração baseados em ações descritos acima, quando aplicável, são registradas como gastos com pessoal, segregados nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (nota 16).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos consolidados do passivo dos planos de remuneração em ações eram de R$307 e R$67, respectivamente, incluindo tributos.

19. PLANO DE PREVIDÊNCIA E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia patrocina em conjunto com outras empresas do grupo, com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo	Administrador
Assistência médica - Lei 9.656/98	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil
Visão Telefônica e Visão Multi	Contribuição Definida (CD) / Híbrido	VisãoPrev

A obrigação de benefício definido é composta por diferentes componentes, de acordo com a característica de pensão de cada plano, podendo ser constituído pelo passivo atuarial de obrigações de complementação de aposentadoria, subsídio de assistência médica a aposentados e dependentes e indenizações por morte e invalidez dos participantes. Esta obrigação está exposta a riscos econômicos e demográficos, tais como: (i) reajustes nos custos médicos que possam impactar no custeio de planos de assistência médica; (ii) crescimento salarial; (iii) taxa de inflação de longo prazo; (iv) taxa nominal de desconto; e (v) expectativa de vida dos participantes e pensionistas.

O valor justo dos ativos do plano Visão (planos Visão Telefônica e Visão Multi que, por similaridade, são demonstrados aqui em conjunto sob a denominação única de plano Visão) é composto principalmente por investimentos em renda fixa (NTN's, LTN's, Operações compromissadas, CDB's, debêntures, letras financeiras e cotas FIDC) e investimentos em renda variável (investimentos em cotas de fundos de ações e índices de mercado).

Devido à concentração dos investimentos em renda fixa e variável, os ativos do plano Visão estão expostos principalmente aos riscos inerentes ao mercado financeiro e ao cenário econômico, tais como: (i) risco de mercado nos setores econômicos onde os investimentos em renda variável estão concentrados; (ii) risco de eventos que impactem no cenário econômico e nos índices de mercado onde os investimentos em renda variável estão concentrados; e (iii) taxa de inflação de longo prazo que pode consumir a rentabilidade de investimentos em renda fixa de remuneração pré-fixada.

A administradora do plano de benefícios Visão patrocinado pela Companhia (VisãoPrev) procura efetuar casamento dos fluxos de ativos e passivos por meio da aquisição de títulos de renda fixa e outros ativos de longo prazo.

Os ativos do plano estão posicionados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente, sendo que o rateio dos ativos do plano foi efetuado com base no passivo atuarial da Companhia em relação ao passivo atuarial total do plano.

Os ganhos e perdas atuariais gerados em cada exercício são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

A seguir, apresentamos informações resumidas dos planos Visão e Assistência médica - Lei 9.656/98.

a) Plano de Previdência Pós-Emprego: Plano Visão

A avaliação atuarial efetuada para o plano de previdência pós-emprego, o plano Visão, utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de julho de 2023, projetado para 31 de dezembro de 2023 e o cadastro dos participantes com data base de 31 de agosto de 2022, projetado para 31 de dezembro de 2022.

A Companhia patrocina, juntamente com outras patrocinadoras, plano de contribuição definida com componentes de benefícios definidos (plano híbrido) de benefícios previdenciários administrados pela VisãoPrev, o plano Visão, o qual possuía 37 participantes ativos em 31 de dezembro de 2023 (35 participantes ativos em 31 de dezembro de 2022), tendo sido adotado o método do crédito unitário projetado.

O plano é viabilizado através de contribuições efetuadas pelos participantes e pelas patrocinadoras, creditadas em contas individuais. A Companhia é responsável, juntamente com outras patrocinadoras, pelo custeio de todas as despesas administrativas e de manutenção do plano, inclusive pelos riscos de morte e invalidez dos participantes.

As contribuições ao plano Visão são: (i) contribuição básica e adicional, com contribuições efetuadas pelo participante e patrocinadora; e (ii) contribuição suplementar, esporádica e específica, com contribuição efetuada apenas pelo participante.

Além disso, o participante tem a possibilidade de escolher um dos cinco perfis de investimento para aplicar o seu saldo, são eles: Super Conservador, Conservador, Moderado, Agressivo e Agressivo Renda Fixa Longo Prazo.

b) Plano de Benefícios de Saúde Pós-Emprego: Plano de assistência médica - Lei 9.656/98

A avaliação atuarial efetuada para o plano de saúde Lei 9.656/98, o qual possuía 10 participantes ativos em 31 de dezembro de 2023 (32 participantes ativos em 31 de dezembro de 2022), utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de agosto de 2023, projetado para 31 de dezembro de 2023 e o cadastro dos participantes com data base de 31 de agosto de 2022, projetado para 31 de dezembro de 2022.

Em atendimento à Lei 9.656/98, a Companhia administra e patrocina, juntamente com outras empresas do grupo, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano. Conforme previsão dos artigos 30 e 31 da referida Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tinha direito enquanto empregado ativo. Os participantes em fase de benefício são classificados em aposentados e seus dependentes e demitidos e seus dependentes.

Os aposentados e demitidos, para manutenção de seus direitos aos benefícios, deverão efetuar contribuições ao plano de acordo com as tabelas de contribuição por faixa etária determinadas pelas operadoras e/ou seguradoras.

c) Informações consolidadas dos planos de previdência e de outros benefícios pós-emprego

A seguir, apresentamos o passivo atuarial dos planos de previdência e de outros benefícios pós-emprego:

c.1) Conciliação dos passivos (ativos), líquidos

	Passivos (ativos), líquidos em 31.12.23			Passivos (ativos), líquidos em 31.12.22		
	Visão	Assistência médica - Lei 9.656/98	Total	Visão	Assistência médica - Lei 9.656/98	Total
Valor presente de obrigação por benefício definido	61	105	166	63	323	386
Valor justo dos ativos dos planos	(98)	-	(98)	(101)	-	(101)
Passivo não circulante	**(37)**	**105**	**68**	**(38)**	**323**	**285**
Limitador dos ativos	32	-	32	43	-	43
Ativo não circulante (Outros ativos)	**(8)**	**-**	**(8)**	**-**	**-**	**-**
Passivo não circulante (Outros passivos)	**3**	**105**	**108**	**5**	**323**	**328**

c. 2) Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

	2023			2022		
	Visão	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Visão	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Perdas (ganhos) atuariais	2	(267)	**(265)**	(38)	323	**285**
Efeito limitador	(16)	-	**(16)**	43	-	**43**
Total	**(14)**	**(267)**	**(281)**	**5**	**323**	**328**

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos, com partes relacionadas decorrem de transações com empresas relacionadas com o grupo controlador, as quais foram realizadas em preços de mercado e demais condições comerciais acordadas em contrato entre as partes, e são como segue:

a) Repasses a serem recebidos por serviços prestados pela Companhia incluídos na fatura da Telefônica.

b) Prestação de serviços de consultoria e soluções IoT, relacionadas aos produtos *Big Data* e Vivo Frota Inteligente.

c) Serviço de consultoria Flex Midia relacionado com base na receita operacional líquida da Companhia.

d) Aluguel de imóveis.

e) Serviços corporativos, repassados pelo custo efetivamente incorrido.

f) Juros sobre os valores a receber da TI&BDT em decorrência ao valor a integralizar (nota 14).

g) Prestação de serviços de atendimento, cobrança e serviços financeiros relacionado aos faturamentos e *co-billing*.

h) Serviços de dados contratados.

i) Manutenção e desenvolvimento de sistemas e licenças de *softwares*.

Conforme descrito na nota 19, a Companhia é patrocinadora de planos de previdência e outros benefícios pós-emprego aos seus empregados junto à Visão Prev.

A seguir, apresentamos um sumário dos saldos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

		Balanço Patrimonial		Demonstração do Resultado		
Empresas	Natureza da transação	Contas a receber	Fornecedores	Receita Operacional	Custos, despesas e outras receitas (despesas)	Resultado financeiro
Telefônica Brasil	a) / b) / c) / d) / e) / g) / h) / i)	17.400	9.735	13.434	(10.447)	(3)
Telefônica IoT & Big Data Tech	f) / i)	-	-	-	(182)	3.141
Telefonica Infraestrutura e Segurança do Brasil	d) / e)	-	-	-	3	-
Telefônica On The Spot Soluções Digitais do Brasil	c) / i)	-	-	-	60	-
Total		**17.400**	**9.735**	**13.434**	**(10.566)**	**3.138**

		Balanço Patrimonial						
Empresas	Natureza da transação	Contas a receber	Créditos com empresas do Grupo	Fornecedores	Obrigações com empresas do grupo	Receita Operacional	Custos, despesas e outras receitas (despesas)	Resultado financeiro
Telefônica Brasil	a) / b) / c) / d) / e) / g) / h) / i)	7.085	-	10.651	33	3.195	(9.870)	(6)
Telefônica IoT & Big Data Tech	f) / i)	-	7.723	60	-	-	299	6.515
Telefonica Infraestrutura e Segurança do Brasil	d) / e)	-	-	195	-	-	(119)	-
Telefônica On The Spot Soluções Digitais do Brasil	c) / i)	-	-	-	-	49	(362)	-
Total		**7.085**	**7.723**	**10.906**	**33**	**3.244**	**(10.052)**	**6.509**

O pessoal-chave da Administração inclui os administradores da Companhia, os quais são remunerados pela controladora direta por suas atividades realizadas para todo o Grupo Telefônica.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

A Companhia avaliou seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

A seguir, apresentamos a composição dos ativos e passivos financeiros a custo amortizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	31.12.23		31.12.22	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Ativos Financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	49.487	49.487	43.242	43.242
Contas a receber (nota 5)	27.545	27.545	23.001	23.001
Créditos com partes relacionadas (nota 20)	11.411	11.411	7.723	7.723
Total de ativos financeiros	**88.443**	**88.443**	**73.966**	**73.966**
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores (nota 11)	26.257	26.257	32.465	32.465
Arrendamentos (nota 13)	1.381	1.381	1.714	1.714
Obrigações com partes relacionadas (nota 20)	-	-	33	33
Total de passivos financeiros	**27.638**	**27.638**	**34.212**	**34.212**

Política de gestão de riscos

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia são:

a) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A pulverização de sua carteira de recebíveis, para os clientes não grupo, a seletividade de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber. Adicionalmente, para os clientes do grupo, não existem expectativas de inadimplência.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de baixo risco.

A Companhia investe o excesso de disponibilidade de R$49.427 e R$43.134 em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente, principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

b) Gestão de capital

A gestão de capital da Companhia não se preocupa em manter um rating de crédito considerável perante as instituições financeiras, uma vez que os empréstimos são mantidos apenas com partes relacionadas.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pela Administração da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

d) Seguros (Não auditado)

A política da Telefônica Brasil e suas controladas, bem como do Grupo Telefônica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefônica.

Em 31 de dezembro de 2023, os limites máximos de indenização para a Companhia (estabelecidos conforme os contratos de cada sociedade consolidada pela Telefônica Brasil) para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros eram de R$24 milhões para riscos operacionais (com lucros cessantes).

DIRETORIA

Alex Martins Salgado
Diretor Presidente

Breno Rodrigo Pacheco De Oliveira
Diretor Jurídico

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alex Martins Salgado
Presidente do Conselho de Administração

Pablo Eguirón Vidarte
Membro do Conselho de Administração

Debora Heredia Ignacio Bortolasi
Membro do Conselho de Administração

David Melcon Sanchez Friera
Membro do Conselho de Administração

Maria Jesus Almazor Marsal
Membro do Conselho de Administração

CONTADOR

Carlos Cesar Mazur
Contador - CRC - 1PR-028067

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Telefônica IoT, Big Data e Tecnologia do Brasil S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações e no seu Estatuto Social, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como da Proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2024 e da Proposta de Destinação do Resultado do exercício de 2023 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Companhia e pela PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, favoravelmente, a tais documentos, e determinam o seu encaminhamento para aprovação da Assembleia Geral Ordinária da Telefônica IoT, Big Data e Tecnologia do Brasil S.A, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Barueri/SP, 26 de abril de 2024.

Alex Martins Salgado
Presidente do Conselho de Administração

Pablo Eguirón Vidarte
Membro do Conselho de Administração

Debora Heredia Ignacio Bortolasi
Membro do Conselho de Administração

David Melcon Sanchez Friera
Membro do Conselho de Administração

Maria Jesus Almazor Marsal
Membro do Conselho de Administração

continua

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Telefônica IOT, BIG DATA e Tecnologia do Brasil S.A.

Telefónica

Companhia Fechada

CNPJ 35.308.475/0001-24 - NIRE 35.300.574.753

RELATÓRIO DO AUDITORES INDEPENDETES SOBRE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Telefônica IOT, BIG DATA e Tecnologia do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Telefônica IOT, BIG DATA e Tecnologia do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de abril de 2024



PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/0-5

Ricardo Novaes de Queiroz
Contador
CRC 1DF012332/0-2

Skyone Tecnologia em Software S.A.

CNPJ/MF nº 19.093.204/0001-42 - NIRE 35.300.510.518

Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício social de 2023

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	16.437	22.746	20.380	24.275
Aplicações financeiras	380	-	380	-
Contas a receber de clientes	24.470	17.776	35.602	25.616
Creditos tributários	1.274	1.834	1.746	2.530
Despesas antecipadas	2.353	1.055	3.211	1.178
Outros ativos	898	448	2.261	801
Total do ativo circulante	45.811	43.859	63.580	54.400
Ativo Realizável a longo prazo				
Aplicação financeira vinculada	-	647	-	647
Despesas antecipadas	-	-	406	-
Impostos diferidos	11.567	11.298	11.567	11.298
Outras contas a receber (partes relacionadas)	20.137	16.668	-	-
Total ativo Realizável a longo prazo	31.704	28.613	11.973	11.945
Ativo não circulante				
Investimentos	7.468	782	-	-
Imobilizado	2.796	2.121	3.107	2.121
Direito de uso	602	1.123	602	1.123
Intangivel	17.237	8.142	21.541	8.694
Total ativo não circulante	28.103	12.168	25.250	11.938
Total do ativo	**105.617**	**84.640**	**100.803**	**78.283**

Passivo	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Circulante				
Fornecedores	14.478	7.807	16.513	8.928
Obrigações tributárias	2.711	1.767	3.056	2.458
Obrigações sociais e trabalhistas	11.983	9.223	12.049	9.256
Empréstimos e financiamentos	10.910	8.216	10.910	8.216
Instrumentos financeiros derivativos	969	3	969	3
Passivos de arrendamento	518	518	518	518
Valores a pagar por aquisição de Empresas e ativos	15.075	-	15.075	-
Outros passivos	-	273	600	273
Total do passivo circulante	56.645	27.807	59.692	29.652
Passivos não circulante				
Valores a pagar por aquisição de Empresas e ativos	17.281	-	17.281	-
Passivos de arrendamento	84	605	84	605
Empréstimos e financiamentos	20.744	14.531	20.744	14.531
Instrumentos financeiros derivativos	1.843	5	1.843	5
Perdas em investimentos	7.612	7.020	-	-
Total dos passivos não circulantes	47.566	22.161	39.953	15.141
Patrimonio Liquido				
Capital social	69.170	69.170	69.170	69.170
Reserva	-	1.212	-	1.212
Prejuízos acumulados	(30.888)	(33.167)	(30.888)	(33.167)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(34.275)	(2.599)	(34.275)	(2.599)
Outros resultados abrangentes	(2.601)	56	(2.601)	56
Total do patrimonio liquido	1.406	34.672	1.406	34.672
Participação dos sócios não controladores	-		(248)	(1.182)
Total do passivo e patrimônio líquido	**105.617**	**84.640**	**100.803**	**78.283**

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	**129.984**	**99.490**	**190.768**	**132.276**
Custos de vendas e serviços prestados	(53.101)	(40.672)	(71.375)	(49.192)
Lucro bruto	**76.883**	**58.818**	**119.394**	**83.084**
Receitas/(despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	(37.068)	(32.099)	(75.939)	(52.198)
Despesas com vendas	(34.240)	(33.125)	(37.361)	(35.653)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(315)	(2.060)	209	(3.132)
Resultado de equivalência patrimonial	1.085	(450)	-	-
Outras Receitas Operacionais	22	100	744	100
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	**6.365**	(8.816)	**7.046**	**(7.799)**
Receitas financeiras	3.905	6.133	3.860	6.315
Despesas financeiras	(7.136)	(5.086)	(7.931)	(5.548)
Resultado Financeiro	**(3.231)**	**1.047**	**(4.071)**	**767**
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	**3.135**	**(7.769)**	**2.975**	**(7.032)**
Imposto de renda e contribuição social	(201)	-	(287)	(453)
Imposto de renda e contribuição social Diferidos	268	11.298	268	11.298
Lucro do exercício	**3.202**	**3.529**	**2.956**	**3.813**
Participação de controladores	3.202	3.529	3.202	3.529
Participação não controladores	-	-	(246)	284
Lucro líquido do exercício	**3.202**	**3.529**	**2.956**	**3.813**
Quantidade de ações	497	497	497	497
Lucro basico por ação	**6,44**	**7,09**	**5,94**	**7,67**
Quantidade de ações	542	542	542	542
Lucro diluido por ação	**5,91**	**6,51**	**5,45**	**7,04**

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	3.202	3.529	2.956	3.813
Outros componentes do resultado abrangente				
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	156	56	156	56
	156	**56**	**156**	**56**
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado				
(Perda) em operações de instrumentos financeiros derivativos	(2.813)	-	(2.813)	-
	(2.813)	**-**	**(2.813)**	**-**
Outros componentes do resultado abrangente do exercício, líquidos dos efeitos tributários	**(2.657)**	**56**	**(2.657)**	**56**
Total do resultado abrangente do exercício	**545**	**3.585**	**300**	**3.869**
Atribuível a				
Acionistas da Companhia			52	3.585
Participação dos não controladores			248	284
			300	3.869
Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos acionistas da Companhia				
De operações continuadas			300	3.869
De operações descontinuadas			-	-
			300	**3.869**

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
(Prejuízo) lucro antes dos impostos	**3.135**	**(7.769)**	**2.975**	**(7.032)**
Ajustes para:				
Depreciações e amortizações	3.908	1.500	4.804	1.563
Despesa com juros sobre arrendamento	199	230	239	230
Despesa com juros sobre emprestimos	1.475	931	1.475	931
Custo residual da baixa de imobilizado	3	-	3	
Perda (Ganho) com equivalência patrimonial	(1.085)	450	-	-
Provisão programa stock options	(1.212)	717	(1.212)	717
Variação cambial	(102)		(102)	
Provisão para perdas de crédito esperadas	823	2.060	1.156	3.132
	7.144	(1.881)	9.338	(459)
(Aumento) redução no ativo				
Contas a receber de clientes	(8.439)	(7.156)	(12.063)	(13.717)
Outras contas a receber - partes relacionadas	(3.379)	(5.544)	-	-
Créditos tributários	292	(208)	515	(114)
Despesas antecipadas	(1.298)	(717)	(2.439)	(840)
Outros ativos	(450)	(181)	(1.460)	(178)
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	6.671	1.845	7.585	947
Obrigações tributárias	1.012	544	580	383
Obrigações sociais e trabalhistas	2.760	3.399	2.787	3.426
Pagamento por aquisição de Empresas e ativos	1.865		1.865	
Outras passivos	(273)	273	327	273
Pagamento de juros sobre empréstimos	(789)	(825)	(789)	(825)
Pagamento de juros - passivos de arrendamento	(199)	(230)	(239)	(230)
Fluxo de caixa (usado nas) / proveniente das atividades operacionais	4.916	(10.681)	6.007	(11.334)
Fluxos de caixa de atividades de investimentos				
Aquisição de bens dos ativos imobilizado	(1.360)	(912)	(1.839)	(912)
Aquisição de bens dos ativos intangível	(11.893)	(8.223)	(16.283)	(8.837)
Aumento de capital em controladas	(6.036)	(351)	-	-
Aplicação financeira (aplicação)	(380)		(380)	-
Aplicação financeira (resgate)	647	-	647	-
Caixa usado nas atividades de investimento	(19.021)	(9.486)	(17.855)	(9.749)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento				
Captação de empréstimos	23.000	21.000	23.000	21.000
Pagamento de derivativos	(8)	-	(8)	-
Pagamento de empréstimos	(14.677)	(6.027)	(14.677)	(6.027)
Pagamento de principal - passivos de arrendamento	(518)	(518)	(518)	(518)
Caixa proveniente das atividades de financiamentos	7.797	14.455	7.797	14.455
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(6.309)	(5.712)	(4.051)	(6.628)
Efeitos das mudanças de câmbio sobre o saldo de caixa mantido em moeda estrangeira		-	(156)	(126)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	16.437	22.746	20.380	24.275
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	22.746	28.458	24.275	30.777
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(6.309)	(5.712)	(4.051)	(6.628)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital e opções outorgadas	Ajustes de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
	Atribuível aos acionistas da Controladora							
Em 1º de janeiro de 2022	69.170	494	(2.599)	(70)	(36.696)	30.299	(1.466)	28.833
Saldo de abertura	69.170	494	(2.599)	(70)	(36.696)	30.299	(1.466)	28.833
Resultado abrangente do exercício								
Lucro líquido do exercício					2.606	2.606	284	2.890
Variação cambial de investidas localizadas no exterior				126		126		126,08
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	**126**	**2.606**	**2.732**	**284**	**3.016**
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Plano de opção de ações dos empregados		717				717		717
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	**717**	-	-	-	**717**	-	**717**
Em 31 de dezembro de 2022	69.170	1.212	(2.599)	56	(34.090)	33.749	(1.182)	32.567
Resultado abrangente do exercício								
Lucro líquido do exercício					3.202	3.202	(246)	2.956
Ajuste de Avaliação Patrimonial decorrente da aquisição do percentual de participação de não controladores			(1.184)			(1.184)		(1.184)
Outros resultados abrangentes			-	(2.657)		(2.657)		(2.657)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	**(1.184)**	**(2.657)**	**3.202**	**(639)**	**(246)**	**(884)**
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Plano de opção de ações dos empregados		(1.212)				(1.212)		(1.212)
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	**(1.212)**	-	-	-	**(1.212)**	-	**(1.212)**
Alterações nas participações em controladas que não resultam em perda do controle								
Ágio pago na aquisição de participação de acionistas minoritários em controladas	-	-	(30.492)	-	-	(30.492)	1.180	(29.312)
Total das transações com acionistas	-	-	**(30.492)**	-	-	**(30.492)**	**1.180**	**(29.312)**
Em 31 de dezembro de 2023	**69.170**	**(0)**	**(34.275)**	**(2.601)**	**(30.888)**	**1.406**	**(248)**	**1.158**

Diretoria

Ricardo Sanchez Brandão — Rodrigo Tremante

Contador: Junio Mendonça - CRC n° 1SP287830/O3

A Companhia optou pela publicação resumida das Demonstrações Financeiras que estão disponíveis na sede da empresa.

GRATIA S.A. Administração e Participações

CNPJ/MF nº 07.362.880/0001-95

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais)

Relatório da Diretoria

Prezados Senhores: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.s.as as Demonstrações Financeiras, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de Dezembro de 2023 e 2022. São Paulo, 27 de abril de 2024. A diretoria encontra-se à disposição dos srs. Acionistas para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. **A Diretoria.**

Balanços Patrimoniais

	2023	2022
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	38	13
Tributos a recuperar	593	593
Total do ativo circulante	**631**	**606**
Não circulante		
Investimentos	85.796	71.325
Total do ativo não circulante	**85.796**	**71.325**
Total do ativo	**86.427**	**71.931**

	2023	2022
Passivo circulante		
Fornecedores	593	593
Obrigações trabalhistas	2	1
Total do passivo circulante	**595**	**594**
Patrimônio líquido		
Capital Social	251	251
Reserva legal	150	150
Reserva de Lucros	85.431	70.936
Total do patrimônio líquido	**85.832**	**71.337**
Total do passivo e patrimônio líquido	**86.427**	**71.931**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	2023	2022
Das atividades operacionais		
(+) Recebimento de receitas	6.550	5.329
(-) Pagamento a fornecedores e empregados	(18)	(17)
(-) Outros pagamentos	(64)	(55)
(=) Caixa líquido nas atividades operacionais	**6.468**	**5.257**
Atividades de Financiamento		
(-) Pagamento de lucros e dividendos	(6.443)	(5.246)
(=) Caixa líquido nas atividades de financiamentos	**(6.443)**	**(5.246)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**25**	**11**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	13	2
No final do exercício	38	13
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**25**	**11**

Demonstração do Resultado do Exercício

	2023	2022
Receita Operacional Bruta	6.550	5.329
(-) Impostos incidentes		
Receita operacional líquida	**6.550**	**5.329**
Resultado bruto	**6.550**	**5.329**
Despesas administrativas, e com pessoal	(79)	(68)
Despesas tributárias	(1)	(1)
Equivalência patrimonial	14.472	4.031
Outras receitas (despesas) operacionais	(4)	(3)
	14.388	**3.959**
Lucro líquido do exercício	**20.938**	**9.288**
Lucro básico e diluído por ação - Em reais	**83,39**	**36,99**

Demonstração do Resultado Abrangente

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**20.938**	**9.288**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**20.938**	**9.288**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**251**	**150**	**66.366**		**66.767**
Lucro líquido do exercício			-	9.288	9.288
Distribuição de lucros			(5.246)	-	(5.246)
Transferência de lucros a pagar aos sócios			528		528
Transferência para reserva de lucros			9.288	(9.288)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**251**	**150**	**70.936**	**-**	**71.337**
Lucro líquido do exercício				20.938	20.938
Distribuição de lucros			(6.443)		(6.443)
Transferência para reservar de lucros			20.938	(20.938)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**251**	**150**	**85.431**	**-**	**85.832**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Sumário das Principais práticas Contábeis

1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras estão elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas e Legislação Tributária em vigor **2 - Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras são resumidas como segue: **a) Apuração do Resultado:** As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime de competência. **3 - Capital Social:** O capital social é de R$ 251.100,00 (duzentos e cinquenta e um mil e cem reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 251.100 (duzentos e cinquenta e uma mil e cem) ações, no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma.

A Diretoria
Antonio Domingos Fasolari
Diretor Presidente
Eduardo Rodrigues Teixeira
TC Contábil - CRC: 1SP069889/O-7

Vublo Tecnologia S.A

CNPJ nº 43.860.356/0001-08 - NIRE 35.300.585.852

Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício social de 2023

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	513	240
Contas a receber de clientes e outros	362	305
Outras contas a receber	-	50
Creditos tributários	33	27
Despesas antecipadas	834	-
Outros ativos	87	-
Total do ativo circulante	**1.828**	**622**
Ativo Realizável a longo prazo		
Despesas antecipadas	406	-
Total ativo não circulante	**406**	**-**
Total do ativo	**2.235**	**622**

Passivo	2023	2022
Circulante		
Forncedores	433	257
Obrigações tributárias	39	21
Partes relacionadas	667	-
Total do passivo circulante	**1.139**	**278**
Passivos não circulante		
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.200	-
Total dos passivos não circulantes	**1.200**	**-**
Patrimonio Liquido		
Capital social	52	52
Reserva de capital	352	299
Prejuízos acumulados	(508)	(7)
Total do patrimonio liquido	**(104)**	**344**
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.235**	**622**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Receita operacional líquida	**3.658**	**1.388**
Custos de vendas e serviços prestados	(226)	-
Lucro bruto	**3.432**	**1.388**
Receitas/(despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(3.295)	(1.387)
Despesas com vendas	(640)	-
Prejuízo antes do resultado financeiro	**(503)**	**2**
Receitas financeiras	10	1
Despesas financeiras	(8)	(5)
Resultado Financeiro	**2**	**(4)**
(Prejuízo) lucro antes dos impostos	**(501)**	**(2)**
Imposto de renda e contribuição social	-	(5)
Prejuízo do exercício	**(501)**	**(7)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diretoria

Rodrigo Tremante — Carlos Roberto Carnevali Junior

Contador: Junio Mendonça - CRC n° 1SP287830/O3

A Companhia optou pela publicação resumida das Demonstrações Financeiras que estão disponíveis na sede da empresa.

CLEARTECH S.A.

CNPJ nº 03.572.137/0001-09

Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais individuais e consolidados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	6	9.640	7.698	13.556	9.492
Contas a receber de clientes	7	9.496	13.836	12.161	16.365
Impostos e contribuições a recuperar	8.a	317	103	321	106
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.b	13.007	9.795	13.007	9.795
Despesas antecipadas	9	1.208	3.057	1.208	3.057
Outras contas a receber	10	-	1.016	1.472	1.529
		33.669	**35.505**	**41.725**	**40.344**
Não circulante					
Aplicação financeira	6.1	5.615	8.203	5.615	8.203
Contas a receber de clientes	7	1.626	-	1.626	-
Depósitos judiciais	20.b	21.026	12.790	21.026	12.790
Despesas antecipadas	9	1.074	-	1.074	-
Outras contas a receber	10	12.426	15.212	9.520	12.242
Ativo fiscal diferido	8.c	7.122	7.707	7.122	7.707
Imobilizado	12	3.574	4.637	3.601	4.671
Investimento	13.1	590	(2.120)	-	-
Intangível	14	12.710	14.431	13.299	14.970
Direto de uso	22.1	1.922	5.078	1.922	5.176
		67.685	**65.938**	**64.805**	**65.759**
Total do ativo		**101.354**	**101.443**	**106.530**	**106.103**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Fornecedores	15	5.128	5.298	5.260	5.335
Empréstimos e financiamentos	17	1.761	997	5.260	997
Impostos e contribuições a recolher	16.a	1.204	1.850	1.286	1.881
IR e CS a recolher	16.b	5.745	2.461	5.928	2.593
Salários, férias e encargos sociais	18	3.527	5.172	3.589	5.243
Outras contas a pagar	19	5.457	9.952	8.195	12.543
Retirada da sociedade	21	1.301	1.509	1.301	1.509
Arrendamento financeiro	22	1.006	3.626	1.006	3.626
		25.129	**30.865**	**31.825**	**33.727**
Não circulante					
Fornecedores	15	2.827	3.671	4.627	5.471
Empréstimos e financiamentos	17	3.105	-	4.943	-
Perdas com investimentos	13.2	3.192	-	-	-
Outras contas a pagar	19	18.378	13.377	16.493	13.377
Provisão para contingências	20.a	2.773	4.227	2.773	4.227
Retirada da sociedade	21	442	853	442	853
Arrendamento financeiro	22	35.646	36.077	35.646	36.077
		66.363	**58.205**	**64.924**	**60.005**
Patrimônio líquido	23				
Capital social		9.540	5.352	9.540	5.352
Reserva de lucros		322	7.021	322	7.021
		9.862	**12.373**	**9.862**	**12.373**
Participação de quotistas não controladores		-	-	(81)	(2)
		9.862	**12.373**	**9.781**	**12.371**
Total do passivo e patrimônio líquido		**101.354**	**101.443**	**106.530**	**106.103**

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Declaração dos Diretores

A Diretoria declara que discutiu, revisou e aprovou as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e notas explicativas, e, da opinião expressa no relatório do auditor independente, RSM Brasil Auditores Independentes, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Barueri, 23 de abril 2024.

Carolina Schmid - Diretor Presidente — **Mário Jorge Ferreira de Sousa Borges -** Diretor Vice-Presidente

Padilha: Governo estabeleceu um cronograma de pagamento das emendas e vai cumprir

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou que o governo estabeleceu um cronograma de pagamento das emendas e vai cumprir. A liberação das emendas impositivas, de pagamento obrigatório, foi atrasada nos primeiros meses do ano, o que gerou insatisfação no Congresso.

"Estamos cumprindo e queremos acelerar cada vez mais", disse Padilha em entrevista à Globonews. Em ano de eleição municipal, a demora da liberação dos recursos preocupa os parlamentares, mais uma contribuição para a relação de conflito entre o governo e o Congresso.

Na visão do ministro, no entanto, a "agenda estratégica do governo dialogada com o Congresso está andando" e metade "já foi aprovada nesses dois meses". Ele disse ainda que o empenho do pagamento será maior do que o proposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 40/2024 cujo objeto é o **AQUISIÇÃO DE CADEIRAS DE RODAS ADAPTADAS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS ATENDIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**. O período de envio das propostas será a partir de 29/04/2024 até 10/05/2024 às 13:30h no endereço eletrônico bll.org.br. O início da disputa ocorrerá no dia 10/05/2024 às 14:00h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br ou bll.org.br. Edital à disposição na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 29/04/2024. Orlândia, SP, 24 de Abril de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR. Prefeito Municipal.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 48/2024 cujo objeto é o **AQUISIÇÃO DE ÓRTESE DE MEMBROS INFERIORES TIPO FIXA-AFO PARA PACIENTES ATENDIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**. O período de envio das propostas será a partir de 29/04/2024 até 10/05/2024 às 13:30h no endereço eletrônico bll.org.br. O início da disputa ocorrerá no dia 10/05/2024 às 14:00h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br ou bll.org.br. Edital à disposição na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 29/04/2024. Orlândia, SP, 24 de Abril de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR. Prefeito Municipal.

FUNDAÇÃO HÉLIO AUGUSTO DE SOUZA - FUNDHAS

CNPJ n° 57.522.468/0001-63

AVISO DE INDEFERIMENTO DE IMPUGNAÇÕES

Processo de Compra Digital n° 38/2024 - Pregão Eletrônico nº 90003/2024

Objeto: Contratação de seguro de vida e acidentes pessoais para as crianças, adolescentes, aprendizes, empregados ou outros atendidos da Instituição (apólice básica no ramo de seguro de vida em grupo), bem como assistência funeral e auxílio funeral. O Diretor Presidente após relatório elaborado pela Comissão de Contratação e parecer emitido pela Assessoria Jurídica, resolve INDEFERIR as impugnações interpostas pelas empresas Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. e Seguros Sura S.A. SJCampos, 26 de abril de 2024. George Lucas Zenha de Toledo - Diretor Presidente.

LEILÃO DE VEÍCULOS ONLINE

AGORA VOCÊ COMPRA SEU VEÍCULO DA MELHOR FORMA PARA O SEU NEGÓCIO: COM O CONFORTO DO LEILÃO ONLINE. ACESSE AGORA: WWW.MESQUITALEILOES.COM.BR, CADASTRE-SE E DÊ SEU LANCE. BOA SORTE!

DIAS 30/04/2024 E 02/05/2024 ÀS 13h30

80 VEÍCULOS PROVENIENTES DE SEGURADORAS, BANCOS, EMPRESAS E RECEITA FEDERAL

LOCAL DO LEILÃO: AVENIDA ANTONIO BARBOSA DA SILVA SANDOVAL, 190 - SP

KATIA ALVES SOARES - LEILOEIRA OFICIAL JUCESP 1093

NÚMEROS DOS CHASSIS
M000735; B119630; P225168; T034507; RT009710; BS269450; B0374700; KA12448; G227181; L147499REM; KL298225; 4A06730; Z121002; FB111262; Z121002; A050578; W552820; K034462; Z105085; P096116; B104781; ATU94751; FT922676; B213846; C7231757; J756117; F8163810; G454975; T543425; MJ528718; B108841; B134861; B134340; D4736976; T074015; C4098795; J321651; D2110421; B524969; C417837; B559869; G0482462; C7446432; C174246; B266383; B206430; P016574; P024539; G0N49528; A008561; J250890; CZH8455; B513011; A081299; EA273340; R120893; R199827; B134432; J128471; P015116; G167834; G315749; B133204; F5069025; C4703284; K477780; B100435; T072888; B137035; R105963; B196267; P051693; B134432; K8744800; KKJ32348; G135231; B521904; A050714; KH62757.

CONDIÇÕES
OS BENS SERÃO VENDIDOS NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM E SEM GARANTIAS. DÉBITOS DE IPVA MULTAS DE TRANSITO OU DE AVERBAÇÃO QUE POR VENTURA RECAIAM SOBRE O BEM FICARÃO A CARGO DO ARREMATANTE CORRENDO TAMBEM POR SUA CONTA E RISCO A RETIRADA DOS BENS. NO ATO DA ARREMATAÇÃO O ARREMATANTE OBRIGA-SE A ACATAR DE FORMA DEFINITIVA E IRRECORRIVÉL AS NORMAS E DEMAIS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO ESTABELECIDAS NO CATALOGO DISTRIBUÍDO NO LEILÃO. LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 1093. IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS. AVENIDA ANTONIO BARBOSA DA SILVA SANDOVAL, 190 - SP - TEL.: (11) 5990-3165. (CATALOGO, LOCAL DE VISITAÇÃO, DESCRIÇÃO COMPLETA E FOTOS NO SITE).

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - DRS.XV

Edital de Abertura do Pregão Eletrônico nº PE-90026/2024 - DRS.XV

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde - DRS.XV de São José do Rio Preto, a Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico **nº PE-90026/2024 - DRS.XV**, do **tipo Menor Preço**, referente ao **Processo nº 024.00165060/2023-94**, objetivando a compra de "**MEDICAMENTOS" - Entrega Imediata,** para atender Demandas Judiciais de pacientes da região do DRS.XV.

A sessão pública do **Pregão Eletrônico nº PE-90026/2024-DRS.XV**, será no dia **16/05/2024**, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRS.XV, sita a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 - Distrito Industrial Ulisses Guimarães - São José do Rio Preto/SP.

As informações estarão disponíveis nos sítios http://www.e-negociospublicos.com.br e www.compras.sp.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Pregão Eletrônico nº 61/2024

Objeto: Registro de preços para aquisição de panos multiuso de limpeza corporal. Data e hora limite para credenciamento no sitio da BNC até: 17/05/2024 às 08h30. Data e hora limite para recebimento das propostas até: 17/05/2024 às 08h30. Início da disputa da etapa de lances: 17/05/2024 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do sítio https://paulinia.obaratec.com.br/ords/paulinia/f?p=839:23 ou https://bnccompras.com/Home/Login.

Paulínia, 26 de abril de 2024.
Edinilson Cazellato - Prefeito Municipal

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Telefônica

Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A.

CNPJ nº 35.473.014/0001-07

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Cumprindo às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados de acordo com as Normas Contábeis Internacionais (IFRS) e com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Finalmente, a administração da Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A. agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras pelo apoio e confiança depositados, em especial aos funcionários, pela dedicação e esforços empreendidos.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31.12.23	31.12.22
Ativo circulante		**471.964**	**326.447**
Caixa e equivalentes de caixa	4	59.121	56.844
Contas a receber	5	173.389	113.429
Créditos com partes relacionadas	21	477	3.233
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	6	17.797	14.487
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	7	24.092	18.600
Despesas antecipadas	8	196.299	118.635
Instrumentos financeiros derivativos		229	-
Outros ativos		560	1.219
Ativo não circulante		**15.347**	**15.616**
Realizável a longo prazo		**607**	**495**
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	7	45	244
Despesas antecipadas	8	546	251
Outros ativos		16	-
Imobilizado	9	14.369	14.673
Intangível		371	448
TOTAL DO ATIVO		**487.311**	**342.063**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.23	31.12.22
Passivo circulante		**465.918**	**334.720**
Pessoal, encargos e benefícios sociais	10	17.841	13.866
Fornecedores	11	222.188	159.155
Impostos, taxas e contribuições a recolher	12	26.488	15.702
Arrendamentos	13	11.848	17.194
Receitas diferidas	14	184.574	128.522
Obrigações com partes relacionadas	21	262	23
Outros passivos		2.717	868
Passivo não circulante		**4.122**	**2.659**
Pessoal, encargos e benefícios sociais	10	118	304
Arrendamentos	13	1.745	2.205
Receitas diferidas	14	2.243	63
Outros passivos		16	87
TOTAL DO PASSIVO		**470.040**	**337.379**
Patrimônio líquido		**17.271**	**4.684**
Capital social	15	104.000	104.000
Capital social a integralizar	15	-	(20.000)
Reserva de capital	15	(3.109)	-
Prejuízos acumulados		(83.620)	(79.316)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**487.311**	**342.063**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	16	**969.827**	**645.204**
Custos dos serviços prestados	17	(933.494)	(650.304)
Lucro (prejuízo) bruto		**36.333**	**(5.100)**
Despesas operacionais		**(47.615)**	**(51.790)**
Despesas com comercialização	17	(32.854)	(34.936)
Despesas gerais e administrativas	17	(9.710)	(12.560)
Outras despesas, líquidas		(5.051)	(4.294)
Prejuízo operacional		**(11.282)**	**(56.890)**
Resultado financeiro, líquido	18	6.868	4.718
Prejuízo antes dos tributos		**(4.414)**	**(52.172)**
Imposto de renda e contribuição social	6.c	-	(3.020)
Prejuízo do exercício		**(4.414)**	**(55.192)**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Prejuízo do exercício		**(4.414)**	**(55.192)**
Outros resultados abrangentes - planos de benefícios pós-emprego e outros benefícios	20	110	(78)
Resultado abrangente do exercício		**(4.304)**	**(55.270)**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022
Prejuízo antes dos tributos		**(4.414)**	**(52.172)**
Ajustes de:			
Depreciações e amortizações	17	13.629	10.367
Perdas estimadas para a redução ao valor recuperável das contas a receber	17	8.793	15.205
Mudanças em provisões passivas (fornecedores)		(22.250)	37.611
Planos de previdência e outros benefícios pós emprego	20	23	2
Variações monetárias de ativos e passivos		120	-
Despesas de juros e variação cambial com instrumentos financeiros derivativos	18	(229)	-
Despesas de juros sobre arrendamentos	13	714	2.648
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber		(68.753)	(89.387)
Tributos a recuperar		(8.604)	(28.940)
Despesas antecipadas e outros ativos		37.070	(53.354)
Pessoal, encargos e benefícios sociais		3.789	5.708
Fornecedores		(29.474)	12.127
Impostos, taxas e contribuições		11.395	21.429
Receitas diferidas e outros passivos		60.320	122.451
		6.543	**55.867**
Caixa líquido gerado pelas operações		**2.129**	**3.695**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	(17.352)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	13	(31)	(338)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**2.098**	**(13.995)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado e intangível		(7.747)	(2.397)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(7.747)**	**(2.397)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital, pela alienação de participação societária (1)	15	20.000	31.000
Pagamentos de arrendamentos - principal	13	(12.074)	(538)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		**7.926**	**30.462**
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		**2.277**	**14.070**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**56.844**	**42.774**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**59.121**	**56.844**

(1) Os saldos comparativos foram reclassificados de atividades de investimentos para melhor apresentação considerando a natureza da transação.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**104.000**	**(51.000)**	**-**	**(24.046)**	**28.954**
Aporte de Capital à vista pela TC&CT em 31.01.2022	15	-	31.000	-	-	31.000
Outros resultados abrangentes - planos de benefícios pós-emprego e outros benefícios	20	-	-	-	(78)	(78)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(55.192)	(55.192)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**104.000**	**(20.000)**	**-**	**(79.316)**	**4.684**
Aporte de Capital à vista pela TC&CT em 31.01.2023	15	-	20.000	-	-	20.000
Reserva de capital, após a integralização total do capital social	15	-	-	(3.109)	-	(3.109)
Outros resultados abrangentes - planos de benefícios pós-emprego e outros benefícios	20	-	-	-	110	110
Prejuízo do exercício		-	-	-	(4.414)	(4.414)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**104.000**	**-**	**(3.109)**	**(83.620)**	**17.271**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

a) Informações Gerais

A Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A. ("Companhia" ou "CloudCo"), com sede na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 1690, na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, Brasil, tendo como principais atividades a exploração de soluções integradas, planejamento, gestão, consultoria, *outsourcing*; gerenciamento e a prestação de serviços de rede, informática e tecnologia da informação, entre outras.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia era controlada pela Telefônica Brasil S.A. ("TBrasil"), com 50,01% de seu capital social e pela Telefônica Cybersecurity & Cloud Tech, S.L. ("TC&CT"), com 49,99% de seu capital social.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

b) Bases de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses (ciclo operacional normal). Caso contrário, são classificados e demonstrados como não circulantes. A única exceção refere-se aos saldos dos tributos diferidos ativos e passivos, que são classificados e demonstrados integralmente como não circulantes.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas conforme o pronunciamento técnico CPC 03 e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

A aprovação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de Diretoria realizada em XX de XXXXXX de 2024.

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R$).

As transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real da seguinte forma: (i) os ativos, passivos e patrimônio líquido (exceto o capital social e reservas de capital) são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço; (ii) as despesas e receitas são convertidas pela taxa média de câmbio, exceto para operações específicas que são convertidas pela taxa da data da transação; e (iii) o capital social e reservas de capital são convertidos pela taxa da data da transação.

Os ganhos e perdas resultantes da conversão de ativos e passivos monetários verificados entre a taxa de câmbio vigente da data da transação e os encerramentos dos exercícios.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais adotadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

As seguintes alterações de normas contábeis foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: (i) CPC 26 (R1) - Divulgação de políticas contábeis; (ii) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; e (iii) CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. A adoção das alterações destas normas contábeis, não tiveram impactos materiais para a Companhia.

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

A seguir, apresentamos as políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia.

a) Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros, mensurados ao custo amortizado, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de liquidez imediata, sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e quando resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das contratações.

b) Contas a receber

São ativos financeiros mensurados, no momento inicial pelo valor justo e subsequentemente, pelo custo amortizado e estão avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas, líquida das perdas estimadas para redução ao valor recuperável.

A Companhia mensura a provisão para perda estimada para redução ao valor recuperável em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

c) Imposto de renda e contribuição social

c.1) Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários são mensurados ao valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do encerramento do exercício atual. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

c.2) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária e que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.

Tributos diferidos ativos e passivos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.

Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram reconhecidos créditos fiscais diferidos (IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa) pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, o montante não reconhecido era de R$9.317, pois não era provável a existência de lucros tributáveis futuros disponíveis para utilizar os benefícios destes créditos.

d) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, líquido da depreciação e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicável.

Os custos do ativo imobilizado são capitalizados até o momento em que esteja nas condições previstas para sua entrada em operação. Os gastos subsequentes à entrada do ativo em operação e que não melhoram a funcionalidade ou aumentam a vida útil do bem são reconhecidos imediatamente no resultado, respeitando-se o regime de competência. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específicas. Da mesma forma, gastos que representem melhorias no ativo (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração dos resultados, quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens baseada em estudos técnicos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício em que o ativo for baixado.

e) Arrendamentos (Direito de uso)

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, conforme permitido pelo CPC 6. Reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

A Companhia atua como arrendatária em contratos de imóveis.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem substancialmente pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, pela rescisão do contrato de arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

O valor presente dos contratos de arrendamento é mensurado descontando os fluxos de pagamentos futuros fixos, os quais não incluem a inflação projetada, pelas taxas de juros de mercado, estimadas com *spread* de risco intrínseco da Companhia.

As curvas de desconto utilizadas são construídas com base em dados observáveis. As taxas de juros de mercado são extraídas da B3 e o spread de risco da Companhia é estimado a partir de títulos de dívida emitidos por empresas com grau de risco comparável. Dessa forma, a curva final de desconto reflete de forma fidedigna a taxa de juros incremental de empréstimo da Companhia.

f) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo de aquisição/formação no momento do seu reconhecimento inicial.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição e/ou formação, líquido da amortização e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração dos resultados no exercício em que for incorrido.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou no método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração dos resultados na categoria de custo/despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício em que o ativo for baixado.

A Companhia possui apenas ativos intangíveis com vida útil definida, que são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo método linear e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indícios de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados anualmente.

O intangível da Companhia é composto por direitos de uso de *software*, que são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo método linear (20% a.a.).

As movimentações em 2023 e 2022, foram: (i) em 2023, ingressos de R$34 e amortizações de R$111 e; (ii) em 2022, ingressos de R$364 e amortizações de R$80.

g) Pessoal, encargos e benefícios sociais

Os salários, remunerações e participação nos resultados são negociados em acordos coletivos de trabalho, sendo adicionados os encargos e contribuições sociais correspondentes e apropriados pelo regime de competência. O programa de participação nos resultados para os empregados é baseado em metas operacionais e financeiras da Companhia, sendo reconhecida uma provisão quando forem satisfeitas as premissas para sua contabilização.

Os custos e despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais são contabilizados como custo dos serviços prestados, despesas comerciais ou despesas gerais e administrativas (nota 17).

h) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens, serviços ou mercadorias que foram adquiridos no curso normal dos negócios. São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável.

i) Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, que é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do montante dessa obrigação possa ser efetuada. As provisões são atualizadas até a data do encerramento do exercício pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada provisão.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não estava envolvida em processos judiciais.

j) Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis decorrentes da prestação de serviços relacionados às suas atividades operacionais descritas na nota 1. As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando (ou assim que) a obrigação junto aos clientes for satisfeita. As receitas estão sendo apresentadas líquidas dos tributos, incidentes sobre elas. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

As receitas de serviços estão sujeitas basicamente aos seguintes tributos indiretos: Imposto sobre Serviço Prestado ("ISS") às alíquotas vigentes em cada município e à tributação pelo Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS").

k) Receitas (despesas) financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras e ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras, sendo reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas.

l) Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina individualmente fundos de pensão de benefícios pós-emprego para empregados ativos e aposentados, bem como plano multipatrocinado de complementação de aposentadoria e assistência médica para ex-empregados. As contribuições são determinadas em bases atuariais e são registradas pelo regime de competência. Passivos relacionados aos planos definidos são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, a fim de verificar se as reservas são suficientes para garantir os compromissos atuais e futuros.

Os passivos atuariais de planos com características de benefício definido foram calculados adotando-se o método de crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

Para os planos com características de contribuições definidas, a obrigação é limitada ao pagamento das contribuições, as quais são reconhecidas no resultado nos respectivos períodos de competência.

O ativo ou passivo de plano de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal - NTNs), deduzido do valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à Companhia. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de redução nas contribuições patronais futuras do plano.

Os custos atuariais reconhecidos na demonstração dos resultados são limitados ao custo do serviço e custo de juros sobre a obrigação do plano de benefício definido. Qualquer mudança na mensuração nos ativos e obrigações dos planos são inicialmente reconhecidos em outros resultados abrangentes e imediatamente reclassificado para lucros acumulados no patrimônio líquido.

A Companhia administra e patrocina, individualmente, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento à Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da referida Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tinha direito enquanto empregado ativo.

m) Instrumentos financeiros

m.1) Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) a custo amortizado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme a situação.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros a custo amortizado; e (iii) ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características de fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de cada instrumento financeiro.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, instrumentos financeiros derivativos e créditos com partes relacionadas.

m.2) Passivos financeiros

No reconhecimento inicial, um passivo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) a custo amortizado; ou (iii) derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, acrescidos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, arrendamentos e obrigações com partes relacionadas.

m.3) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível à Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da melhor utilização possível do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo da melhor forma possível.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de insumos observáveis relevantes e minimizando o uso de insumos não observáveis.

n) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício do julgamento por parte da Administração da Companhia na aplicação das suas políticas contábeis. Essas estimativas são baseadas na experiência, melhor conhecimento, informações disponíveis na data do encerramento do exercício social e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do encerramento do exercício, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos, são descritas a seguir:

n.1) Perda estimada para redução ao valor recuperável

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados podem ser diferentes.

n.2) Ativo imobilizado e intangível

O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e amortização.

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e ao uso alternativo dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto tecnológico e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

n.3) Arrendamentos

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão. A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão.

A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia.

n.4) Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

n.5) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.23	31.12.22
Aplicações financeiras	58.835	56.734
Caixa e bancos	286	110
Total	**59.121**	**56.844**

As aplicações financeiras são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha, baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") com liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, portanto classificados como caixa e equivalentes de caixa. As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas como receitas financeiras. Em 31 de dezembro de 2023, a remuneração média destas aplicações financeiras correspondia a 100,38% do CDI (99,41% em 31 de dezembro de 2022).

5. CONTAS A RECEBER

	31.12.23	31.12.22
Serviços a clientes	154.326	102.918
Contas a receber com empresas do grupo (nota 21)	34.140	22.914
Contas a receber bruto	**188.466**	**125.832**
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(15.077)	(12.403)
Contas a receber, líquido	**173.389**	**113.429**

A seguir, apresentamos os valores líquidos, por idade de vencimento:

	31.12.23	31.12.22
A vencer	147.433	73.509
Vencidas - 1 a 30 dias	14.272	10.781
Vencidas - 31 a 60 dias	5.127	2.506
Vencidas - 61 a 90 dias	3.083	1.576
Vencidas - 91 a 120 dias	1.727	1.507
Vencidas - mais de 120 dias	1.747	23.550
Total	**173.389**	**113.429**

A seguir, apresentamos as movimentações das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber:

Saldo em 31.12.21	**(2.389)**
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 17)	(15.205)
Baixas	5.191
Saldo em 31.12.22	**(12.403)**
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 17)	(8.793)
Baixas	6.119
Saldo em 31.12.23	**(15.077)**

6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	31.12.23	31.12.22
Imposto de renda	14.162	10.640
Contribuição social	3.635	3.847
Total	**17.797**	**14.487**

b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A Companhia provisiona as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações financeiras são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	2023	2022
Prejuízo antes dos tributos	(4.414)	(52.172)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	1.501	17.738
Tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa não constituídos (1)	(9.240)	-
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias não constituidos (1)	7.776	(21.531)
Despesas indedutíveis	(37)	(16)
Outras exclusões	-	789
Débito tributário corrente	**-**	**(3.020)**

(1) Referem-se aos tributos diferidos não constituídos sobre diferenças temporárias, tais como: provisões de fornecedores, participação de empregados nos resultados, perdas estimadas ao valor recuperável das contas a receber e de ajuste a valor presente de contratos de arrendamento. A variação de tributos diferidos sobre diferenças temporárias deve-se à ocorrência de lucro fiscal em 2022 e prejuízo fiscal em 2023.

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	31.12.23	31.12.22
PIS e COFINS (1)	18.945	14.260
Impostos e contribuições retidos na fonte (2)	5.122	4.337
ICMS	70	247
Total	**24.137**	**18.844**
Circulante	24.092	18.600
Não circulante	45	244

(1) Referem-se aos créditos de PIS e COFINS gerados sobre insumos na prestação de serviço de *cloud computing*.

(2) Referem-se aos tributos retidos na fonte sobre aplicações financeiras e prestação de serviços.

8. DESPESAS ANTECIPADAS

	31.12.23	31.12.22
Licenças de *software* (1)	191.669	115.053
Pessoal	1.389	1.101
Seguros	108	105
Outras	3.679	2.627
Total	**196.845**	**118.886**
Circulante	196.299	118.635
Não circulante	546	251

(1) Referem-se, principalmente, a contratos de licenças de *software* de serviços de *cloud computing*.

9. IMOBILIZADO

a) Composição, Movimentação e Taxas de Depreciação

	Construções prediais (1)	Equipamentos de informática	Outros ativos imobilizados	Bens em andamento	Total
Taxa anual de depreciação (%)	2,50	20,00	10 a 25,00		
Saldos e movimentações:					
Saldo em 31.12.21	**4.782**	**660**	**48**	**582**	**6.072**
Adições	13.273	6.185	12	(582)	18.888
Depreciação (nota 17)	(9.672)	(609)	(6)	-	(10.287)
Saldo em 31.12.22	**8.383**	**6.236**	**54**	**-**	**14.673**
Adições	5.833	7.366	-	15	13.214
Depreciação (nota 17)	(11.130)	(2.382)	(6)	-	(13.518)
Saldo em 31.12.23	**3.086**	**11.220**	**48**	**15**	**14.369**
Em 31.12.22					
Custo	18.460	6.940	59	-	25.459
Depreciação acumulada	(10.077)	(704)	(5)	-	(10.786)
Total	**8.383**	**6.236**	**54**	**-**	**14.673**
Em 31.12.23					
Custo	24.293	14.307	59	15	38.674
Depreciação acumulada	(21.207)	(3.087)	(11)	-	(24.305)
Total	**3.086**	**11.220**	**48**	**15**	**14.369**

(1) Inclui os saldos líquidos de arrendamento de R$2.524 e R$8.059 em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

continua

continuação

Telefônica

Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A.

CNPJ nº 35.473.014/0001-07

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

b) Movimentação e composição de Arrendamentos (Direito de Uso)

Movimentação	31.12.23	31.12.22
Saldo no início do exercício	**8.059**	**4.450**
Ingressos	5.585	13.273
Depreciação	(11.120)	(9.664)
Saldo no final do exercício	**2.524**	**8.059**
Composição		
Custo	23.712	18.127
Depreciação acumulada	(21.188)	(10.068)
Total	**2.524**	**8.059**

10. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	31.12.23	31.12.22
Encargos e benefícios sociais	9.514	7.739
Participação de empregados nos resultados	7.238	6.085
Planos de remuneração em ações (nota 19)	1.207	338
Salários e remunerações	-	8
Total	**17.959**	**14.170**
Circulante	17.841	13.866
Não circulante	118	304

11. FORNECEDORES

	31.12.23	31.12.22
Fornecedores diversos (Opex, Capex e Serviços) - Terceiros	167.049	137.119
Fornecedores - Partes relacionadas (nota 21)	55.139	22.036
Total	**222.188**	**159.155**

12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31.12.23	31.12.22
PIS e COFINS	12.441	7.346
ISS	4.597	2.660
Outros tributos sobre importação	9.450	5.086
Total	**26.488**	**15.092**

13. ARRENDAMENTOS

A Companhia atua como arrendatária de contrato de arrendamento de imóvel.

A taxa média anual ponderada dos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2023 é de 13,39%, com prazo médio de vencimento de 2,58 anos (taxa média anual ponderada de 14,33% e prazo médio de vencimento de 1,02 anos em 31 de dezembro de 2022).

A seguir, apresentamos os saldos e o cronograma dos arrendamentos a pagar.

	31.12.23	31.12.22
Valor nominal a pagar	14.031	20.758
Despesa financeira não realizada	(438)	(1.359)
Valor presente a pagar	**13.593**	**19.399**
Circulante	11.848	17.194
Não circulante	1.745	2.205

A seguir, apresentamos o *aging* dos saldos dos valores de arrendamentos a pagar:

Ano	R$ mil
2024	11.848
2025	1.007
2026	738
Total	**13.593**

A seguir, apresentamos a movimentação dos saldos dos valores de arrendamentos a pagar:

	31.12.23	31.12.22
Saldo no início do exercício	**19.399**	**4.354**
Ingressos	5.585	13.273
Encargos financeiros (nota 18)	714	2.648
Pagamentos - principal	(12.074)	(538)
Pagamentos - encargos	(31)	(338)
Saldo no final do exercício	**13.593**	**19.399**

14. RECEITAS DIFERIDAS

São os passivos contratuais com clientes, decorrentes da comercialização de licenças de *software* de serviços de *cloud computing*, sendo diferidos ao resultado na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que são satisfeitas ao longo do tempo.

Os saldos desta rubrica em 31 de dezembro de 2023 e 2022 eram de R$186.817 e R$128.585, respectivamente.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado era de R$104.000, representado por 510.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 255.051 ações ordinárias de titularidade da Telefônica Brasil e 254.949 ações ordinárias de titularidade da TC&CT.

b) Capital social a integralizar

Em 2 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da Telefônica Brasil aprovou a celebração do Contrato de Compra e Venda e Subscrição de Ações, por meio do qual alienou parte das ações de sua titularidade e de emissão da Companhia, para a Telefônica Cybersecurity & Cloud Tech, S.L. ("TC&CT"), que em 2 de agosto de 2021 era controlada direta da Telefônica S.A. ("Operação").

A Operação previa que a TC&CT tinha a obrigação de integralizar o montante de R$51.000, em decorrência da emissão de 190.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Cloud Co Brasil.

A TC&CT efetuou os aportes em recursos de R$31.000 e R$20.000 em 19 de janeiro de 2022 e 19 de janeiro de 2023, respectivamente. Com estes aportes, a TC&CT, finalizou o processo de integralização de capital.

c) Reserva de capital

Refere-se ao ajuste a valor presente dos valores a receber pela Companhia, decorrente da celebração do Contrato de Compra e Venda e Subscrição de Ações, por meio do qual alienou parte das ações de sua titularidade e de emissão da Companhia, para a TC&CT.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2023	2022
Receita operacional bruta	**1.092.373**	**725.649**
Serviços	1.092.373	725.649
Deduções da receita operacional bruta	**(122.546)**	**(80.445)**
Tributos (PIS, COFINS e ISS)	(122.482)	(80.445)
Descontos concedidos	(64)	-
Receita operacional líquida	**969.827**	**645.204**

17. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2023	2022
Serviços de terceiros e outros custos e despesas	(850.127)	(590.678)
Pessoal	(102.245)	(80.389)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 5)	(8.793)	(15.205)
Depreciação e amortização (1)	(13.629)	(10.367)
Aluguéis e seguros	(1.264)	(1.161)
Total	**(976.058)**	**(697.800)**
Custo dos serviços prestados	(933.494)	(650.304)
Despesas com comercialização	(32.854)	(34.936)
Despesas gerais e administrativas	(9.710)	(12.560)
Total	**(976.058)**	**(697.800)**

(1) Inclui R$11.120 e R$9.664, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente, referente à depreciação de arrendamentos.

18. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	2023	2022
Receitas Financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	7.777	8.518
Receitas com variações cambiais e monetárias	882	2.284
Ganhos com operações com derivativos	250	-
Juros ativos e outras receitas financeiras	2.458	1.834
Total	**11.367**	**12.636**
Despesas Financeiras		
Encargos de arrendamentos (nota 13)	(714)	(2.648)
Perdas com operações com derivativos	(21)	-
Outras despesas com variações cambiais e monetárias	(971)	(1.744)
Juros passivos e outras despesas financeiras	(2.793)	(3.526)
Total	**(4.499)**	**(7.918)**
Resultado financeiro, líquido	**6.868**	**4.718**

19. PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

A controladora indireta da Companhia, Telefônica S.A. ("Telefônica"), mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações (*Talent for the Future Share Plan* ("TFSP") e *Performance Share Plan* ("PSP"), os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Companhia.

A entrega das ações está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefônica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano.

O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, considerando cotação e dividendos (*Total Shareholder Return* - TSR) da ação da Telefônica, em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré-definido, ao atingimento do FCF (*Free Cash Flow*) do Grupo Telefônica e a neutralização e redução de emissões de CO2 (a partir do Ciclo de 2021).

Em 31 de dezembro de 2023 o valor da cotação das ações da Telefônica era de 3,5340 euros.

Os principais planos em vigor em 31 de dezembro de 2023 estão detalhados a seguir:

• *Talent for the Future Share Plan* ("TFSP"), para seus Gerentes Sênior, Gerentes e Especialistas, em nível global:

Ciclo 2021-2023 (1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023) com 1 executivo ativo, tendo o direito potencial de receber 1.500 ações da Telefônica.

• *Performance Share Plan* ("PSP"), para seus Vice-Presidentes e Diretores em nível global:

Ciclo 2020-2022 (1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024): com 1 executivo ativo da Companhia, tendo o direito potencial de receber 3.611 ações da Telefônica.

Ciclo 2021-2023 (1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024): com 1 executivo ativo da Companhia, tendo o direito potencial de receber 6.252 ações da Telefônica.

Ciclo 2022-2024 (1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024): com 1 executivo ativo da Companhia, tendo o direito potencial de receber 10.231 ações da Telefônica.

• Plano Global de Compra Incentivada de Ações da Telefônica: Plano 100

Os empregados inscritos no plano podem adquirir ações da Telefônica mediante contribuições mensais de 25 euros até 150 euros (ou o equivalente em moeda local), descontadas em folha de pagamento, mensalmente com um valor máximo de 1.800 euros ao longo de um período de doze meses (período de compra).

Os seis meses seguintes ao período de compra são o período de retenção das ações compradas. Ao final desse período serão entregues ações adicionais, ou seja, a cada uma ação comprada pelo colaborador, será concedida uma ação gratuita.

O ciclo deste plano tem vigência de 1º de setembro de 2022 a 31 de março de 2024.

A entrega de ações ocorrerá após o período de aquisição de direito do plano, após 31 de março de 2024, e está condicionada a: (i) a permanência na empresa durante os dois anos de duração do programa (período de aquisição de direito), sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas; e (ii) o número exato de ações a serem entregues ao final do período de aquisição de direito depende do número de ações adquiridas e mantidas pelos empregados. Assim, os empregados inscritos no plano, e que continuaram no Grupo Telefônica, que tenham mantido as ações adquiridas por um período adicional de mais seis meses depois do fim do período de compra, terão direito a receber uma ação gratuita para cada ação que tenham adquirido e conservado até o fim do período de aquisição de direito.

Para comemorar o 100º aniversário da constituição da Telefônica (19 de abril de 2024), além das Ações Adicionais, cada um dos partícipes poderá receber gratuitamente 100 Ações de Comemoração da Telefônica ("as Ações de Comemoração").

A entrega de ações de comemoração ocorrerá após o período de aquisição de direito do plano, após 31 de março de 2024, e está condicionada a: (i) que o empregado inscrito no plano faça as contribuições, independentemente do valor de tal contribuição, durante os doze (12) meses de duração do Período de Compra sem interrupção; (ii) que mantenha as Ações Adquiridas depositadas na Conta de Valores até a Data de Consolidação; e (iii) que o empregado inscrito no plano continue prestando serviços para o Grupo até a Data de Consolidação (primeiro dia após o término do período de manutenção sendo 31 de março de 2024).

As despesas da Companhia com os planos de remuneração baseados em ações descritos a seguir, quando aplicável, são registradas como gastos com pessoal, segregados nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (nota 17).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos consolidados do passivo dos planos de remuneração em ações eram de R$1.207 e R$338, respectivamente, incluindo tributos.

20. PLANO DE PREVIDÊNCIA E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia patrocina em conjunto com outras Companhias do grupo, com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo	Administrador
Assistência médica - Lei 9.656/98	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil
Visão Telefônica e Visão Multi	Contribuição Definida (CD) / Híbrido	VisãoPrev

A obrigação de benefício definido é composta por diferentes componentes, de acordo com a característica de pensão de cada plano, podendo ser constituído pelo passivo atuarial de obrigações de complementação de aposentadoria, subsídio de assistência médica a aposentados e dependentes e indenizações por morte e invalidez dos participantes. Esta obrigação está exposta a riscos econômicos e demográficos, tais como: (i) reajustes nos custos médicos que possam impactar no custeio de planos de assistência médica; (ii) crescimento salarial; (iii) taxa de inflação de longo prazo; (iv) taxa nominal de desconto; e (v) expectativa de vida dos participantes e pensionistas.

O valor justo dos ativos do plano Visão (planos Visão Telefônica e Visão Multi que, por similaridade, são demonstrados aqui em conjunto sob a denominação única de plano Visão) é composto principalmente por investimentos em renda fixa (NTN's, LTN's, Operações compromissadas, CDB's, debêntures, letras financeiras e cotas FIDC) e investimentos em renda variável (investimentos em cotas de fundos de ações e índices de mercado).

Devido à concentração dos investimentos em renda fixa e variável, os ativos do plano Visão estão expostos principalmente aos riscos inerentes ao mercado financeiro e ao cenário econômico, tais como: (i) risco de mercado nos setores econômicos onde os investimentos em renda variável estão concentrados; (ii) risco de eventos que impactem no cenário econômico e nos índices de mercado onde os investimentos em renda variável estão concentrados; e (iii) taxa de inflação de longo prazo que pode consumir a rentabilidade de investimentos em renda fixa de remuneração pré-fixada.

A administradora do plano de benefícios Visão patrocinado pela Companhia (VisãoPrev) procura efetuar casamento dos fluxos de ativos e passivos por meio da aquisição de títulos de renda fixa e outros ativos de longo prazo.

Os ativos do plano estão posicionados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente, sendo que o rateio dos ativos do plano foi efetuado com base no passivo atuarial da Companhia em relação ao passivo atuarial total do plano.

Os ganhos e perdas atuariais gerados em cada exercício são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

A seguir, apresentamos informações resumidas dos planos Visão e Assistência médica - Lei 9.656/98.

a) Plano de Previdência Pós-Emprego: Plano Visão

A avaliação atuarial efetuada para o plano de previdência pós-emprego, o plano Visão, utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de julho de 2023, projetado para 31 de dezembro de 2023 e o cadastro dos participantes com data base de 31 de agosto de 2022, projetado para 31 de dezembro de 2022.

A Companhia patrocina, juntamente com outras patrocinadoras, plano de contribuição definida com componentes de benefícios definidos (plano híbrido) de benefícios previdenciários administrados pela VisãoPrev, o plano Visão, o qual possuía 99 participantes ativos em 31 de dezembro de 2023 (78 participantes ativos em 31 de dezembro de 2022), tendo sido adotado o método do crédito unitário projetado.

O plano é viabilizado através de contribuições efetuadas pelos participantes e pelas patrocinadoras, creditadas em contas individuais. A Companhia é responsável, juntamente com outras patrocinadoras, pelo custeio de todas as despesas administrativas e de manutenção do plano, inclusive pelos riscos de morte e invalidez dos participantes.

As contribuições ao plano Visão são: (i) contribuição básica e adicional, com contribuições efetuadas pelo participante e patrocinadora; e (ii) contribuição suplementar, esporádica e específica, com contribuição efetuada apenas pelo participante.

Além disso, o participante tem a possibilidade de escolher um dos cinco perfis de investimento para aplicar o seu saldo, são eles: Super Conservador, Conservador, Moderado, Agressivo e Agressivo Renda Fixa Longo Prazo.

b) Plano de Benefícios de Saúde Pós-Emprego: Plano de assistência médica - Lei 9.656/98

A avaliação atuarial efetuada para o plano de saúde Lei 9.656/98, o qual possuía 123 participantes ativos em 31 de dezembro de 2023 (23 participantes ativos em 31 de dezembro de 2022), utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de agosto de 2023, projetado para 31 de dezembro de 2023 e o cadastro dos participantes com data base de 31 de agosto de 2022, projetado para 31 de dezembro de 2022.

Em atendimento à Lei 9.656/98, a Companhia administra e patrocina, juntamente com outras empresas do grupo, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano. Conforme previsão dos artigos 30 e 31 da referida Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tinha direito enquanto empregado ativo. Os participantes em fase de benefício são classificados em aposentados e seus dependentes e demitidos e seus dependentes.

Os aposentados e demitidos, para manutenção de seus direitos aos benefícios, deverão efetuar contribuições ao plano de acordo com as tabelas de contribuição por faixa etária determinadas pelas operadoras e/ou seguradoras.

A seguir, apresentamos o passivo atuarial dos planos de previdência e de outros benefícios pós-emprego:

Conciliação dos passivos (ativos), líquidos

	Passivos (ativos), líquidos em 31.12.23			Passivos (ativos), líquidos em 31.12.22		
	Visão	Assistência médica - Lei 9.656/98	Total	Visão	Assistência médica - Lei 9.656/98	Total
Valor presente de obrigação por benefício definido	159	6	165	115	74	189
Valor justo dos ativos dos planos	(220)	-	(220)	(158)	-	(158)
Passivo não circulante	**(61)**	**6**	**(55)**	**(43)**	**74**	**31**
Limitador dos ativos	55	-	55	56	-	56
Ativo não circulante (Outros ativos)	**(16)**	**-**	**(16)**	**-**	**-**	**-**
Passivo não circulante (Outros passivos)	**10**	**6**	**16**	**13**	**74**	**87**

Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

	2023			2022		
	Visão	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Visão	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Ganhos atuariais	(20)	(84)	**(104)**	(23)	74	**51**
Efeito limitador	(6)	-	**(6)**	27	-	**27**
Total	**(26)**	**(84)**	**(110)**	**4**	**74**	**78**

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações e saldos com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, com partes relacionadas decorrem de transações com Companhias relacionadas com o grupo controlador, as quais foram realizadas em preços de mercado e demais condições comerciais acordadas em contrato entre as partes, e são como segue:

a) Repasses a serem recebidos por serviços prestados pela subsidiária incluídos na fatura da TBrasil.
b) Juros sobre os valores a receber da TC&CT (nota 1.a).
c) Serviço prestado de suporte técnico data center.
d) Cost sharing agreement, reembolso a ser pago referente a gastos relacionados ao negócio digital.
e) Contratação de locação e manutenção de equipamentos.
f) Serviços corporativos repassados pelo custo efetivamente incorrido.
g) Manutenção e desenvolvimento de sistemas.
h) Licença de sistema de software.
i) Contratos de cessão de direito de uso de equipamentos.

Conforme descrito na nota 20, a Companhia é patrocinadora de planos de previdência e outros benefícios pós-emprego aos seus empregados junto à Visão Prev.

A seguir, apresentamos um sumário dos saldos com partes relacionadas:

2023

		Balanço Patrimonial				Demonstração do Resultado		
Empresas	Natureza da transação	Contas a receber	Créditos com partes relacionadas	Fornecedores	Obrigações com partes relacionadas passivos e arrendamentos	Receita Operacional	Custos, despesas e outras receitas (despesas)	Resultado financeiro
Telefônica Brasil	a) / d) / e) / f) / g) / h) / i)	29.632	256	29.601	11.212	52.823	(24.057)	(156)
Telefônica Global Solutions S.L.	c) / h)	3.475	-	20.763	-	5.937	(23.071)	(378)
Telefonica Ciberseguranca e Tecnologia do Brasil	c)	88	-	339	-	50	(625)	-
Telefonica Infraestrutura e Segurança Brasil	f) / g) / h) / i)	194	221	758	-	596	-	-
Telefônica Cybersecurity & Cloud Tech	b) / d)	-	-	2.340	-	-	(3.772)	216
Outras		751	-	1.338	-	710	(1.308)	1
Total		**34.140**	**477**	**55.139**	**11.212**	**60.116**	**(52.833)**	**(317)**
Arrendamentos					10.950			
Obrigações com partes relacionadas					262			
Total					**11.212**			

2022

		Balanço Patrimonial				Demonstração do Resultado		
Empresas	Natureza da transação	Contas a receber	Créditos com partes relacionadas	Fornecedores	Obrigações com partes relacionadas passivos e arrendamentos	Receita Operacional	Custos, despesas e outras receitas (despesas)	Resultado financeiro
Telefônica Brasil	a) / d) / e) / f) / g) / h) / i)	14.163	23	19.439	16.290	41.985	(17.748)	(2.268)
Telefônica Global Solutions S.L.	c) / h)	4.869	-	-	-	8.931	(1)	(323)
Telefonica Ciberseguranca e Tecnologia do Brasil	c)	3.822	-	-	-	1.401	(544)	-
Telefonica Infraestrutura e Segurança Brasil	f) / g) / h) / i)	60	221	-	-	506	40	-
Telefônica Cybersecurity & Cloud Tech	b) / d)	-	2.989	2.388	-	-	(5.116)	1.581
Outras		-	-	209	-	12	(277)	-
Total		**22.914**	**3.233**	**22.036**	**16.290**	**52.835**	**(23.646)**	**(1.010)**
Arrendamentos					16.267			
Obrigações com partes relacionadas					23			
Total					**16.290**			

O pessoal-chave da Administração inclui os administradores da Companhia, os quais são remunerados pela controladora direta por suas atividades realizadas para todo o Grupo Telefônica.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

A Companhia avaliou seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

A seguir, apresentamos a composição dos ativos e passivos financeiros a custo amortizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	31.12.23		31.12.22	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Ativos Financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	59.121	59.121	56.844	56.844
Contas a receber (nota 5)	173.389	173.389	113.429	113.429
Instrumentos financeiros derivativos	229	229	-	-
Créditos com partes relacionadas (nota 21)	477	477	3.233	3.233
Total de ativos financeiros	**233.216**	**233.216**	**173.506**	**173.506**
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores (nota 11)	222.188	222.188	159.155	159.155
Arrendamentos (nota 13)	13.593	13.593	19.399	19.399
Obrigações com partes relacionadas (nota 21)	262	262	23	23
Total de passivos financeiros	**236.043**	**236.043**	**178.577**	**178.577**

Política de gestão de riscos

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia são:

a) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A pulverização de sua carteira de recebíveis, para os clientes não grupo, a seletividade de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber. Adicionalmente, para os clientes do grupo, não existem expectativas de inadimplência.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de baixo risco.

A Companhia investe o excesso de disponibilidade de R$58.835 e R$56.734 em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente, principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

b) Gestão de capital

A gestão de capital da Companhia não se preocupa em manter um *rating* de crédito considerável perante as instituições financeiras, uma vez que os empréstimos são mantidos apenas com partes relacionadas.

A Empresa administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pela Administração da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

d) Seguros (Não auditado)

A política da Telefônica Brasil e suas controladas, bem como do Grupo Telefônica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefônica.

Em 31 de dezembro de 2023, os limites máximos de indenização para a Companhia (estabelecidos conforme os contratos de cada sociedade consolidada pela Telefônica Brasil) para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros eram de R$66 milhões para riscos operacionais (com lucros cessantes).

DIRETORIA

Alex Martins Salgado
Diretor Presidente

Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira
Diretor Jurídico

Carlos Cesar Mazur
Contador - CRC 1PR028067

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações e no seu Estatuto Social, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2023"), bem como da Proposta de Destinação do Resultado do exercício de 2023 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Companhia e pela PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes opinam, por unanimidade, favoravelmente, a tais documentos, e determinam o seu encaminhamento para aprovação da Assembleia Geral Ordinária da Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Santana de Parnaíba, 25 de abril de 2024.

Alex Martins Salgado
Presidente do Conselho de Administração

David Melcon Sanchez Friera
Membro do Conselho de Administração

Debora Heredia Ignacio Bortolasi
Membro do Conselho de Administração

Maria Jesus Almazor Marsal
Membro do Conselho de Administração

Pablo Eguirón Vidarte
Membro do Conselho de Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

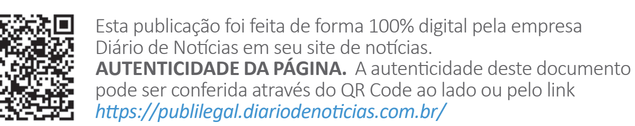
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de abril de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Novaes de Queiroz
Contador
CRC 1DF012332/O-2



PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

Indústria Construções e Montagens Ingelec S.A - INCOMISA

CNPJ/MF n° 08.237.411/0001-07 NIRE n° 35.300.333.900

Demonstrações Financeiras findas em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

Ativo	2023	2022
Circulante	**63.590**	**75.254**
Caixa e equivalentes de caixa	873	1.935
Contas a receber	23.754	29.309
Estoques	21.298	24.389
Tributos a recuperar	13.860	13.215
Outros Ativos	3.285	5.992
Despesas do exercício seguinte	519	413
Não circulante	**34.860**	**35.895**
Realizável a longo prazo		
Imobilizado	29.460	30.495
Intangivel	5.400	5.400
Total do ativo	**98.450**	**111.149**

Passivo e Patrimônio Líquido	2023	2022
Circulante	**47.671**	**50.847**
Fornecedores	4.139	2.958
Empréstimos e financiamentos	6.403	3.828
Empréstimos e financiamentos em RJ	15	1.592
Obrigações trabalhistas	3.212	3.651
Obrigações trabalhistas em RJ	1.058	1.778
Obrigações fiscais	6.349	6.397
Adiantamento de Clientes	17.054	21.562
Outros Passivos	9.441	9.081
Não circulante	**58.747**	**118.022**
Partes Relacionadas	-	46
Partes Relacionadas em RJ	10.461	37.894
Empréstimos e financiamentos	12.974	17.234
Empréstimos e financiamentos em RJ	1.516	4.530
Fornecedores em RJ	16.405	37.602
Tributos diferidos	1.438	1.438
Obrigações Trabalhistas	15.952	19.278
Patrimônio líquido	**(7.968)**	**(57.720)**
Capital social	15.641	15.641
Reserva de reavaliação	15.932	15.932
Ajustes de avaliação patrimonial	999	999
Prejuizos acumulados	(40.540)	(90.292)
Total do passivo e do patrimônio líquido	**98.450**	**111.149**

Raúl Quiroga Urquidi - Diretor - CPF/MF: 232.494.008-66
Maria de Fátima de Carvalho Vial - Contadora
CRC/SP - 338707/O-9

Demonstrações do Resultado Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

	2023	2022
Receita bruta de vendas (ou serviços)		
Mercado interno	124.260	126.590
Mercado externo	392	9.482
(-) Impostos sobre vendas (ou serviços)	(15.209)	(16.841)
(=) Receita líquida de vendas	**109.443**	**119.231**
(-) Custo dos produtos vendidos (serviços prestados)	(98.216)	(102.754)
(=) Lucro bruto	**11.227**	**16.476**
(+/-) Despesas / receitas operacionais		
Gerais e administrativas	(8.777)	(7.174)
Provisão de Liquidação Duvidosa (PCLD)	(176)	(2.298)
(=) Lucro (prejuízo) antes das participações societárias e doresultado financeiro	**2.273**	**7.004**
Lucro (prejuízo) após as participações societárias	**2.273**	**7.004**
Despesas financeiras/Receita financeira	42.414	(5.799)
Receitas e desp. Não operacional	1.100	4.088
Variações monetárias e cambiais	2.833	2.440
(=) Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	**48.620**	**7.733**
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social do Exercício	(207)	(990)
(=) Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**48.413**	**6.742**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social Subs-crito	Capital social A integralizar	Reservas de reavaliação Própria	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/21	**15.641**	**-**	**15.932**	**999**	**(97.166)**	**(64.594)**
Ajuste de Exercícios anteriores	-	-	-	-	132	132
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	6.742	6.742
Saldos em 31/12/22	**15.641**	**-**	**15.932**	**999**	**(90.292)**	**(57.720)**
Ajuste de Exercícios anteriores	-	-	-	-	1.339	1.339
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	48.413	48.413
Saldos em 31/12/23	**15.641**	**-**	**15.932**	**999**	**(40.540)**	**(7.968)**

Demonstrações do Fluxo de Caixa Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (em Reais)

	2023	2022
Lucro (prejuízo) líquido	**48.413**	**6.742**
Ajustes:		
Depreciação e amortização	2.649	2.850
Ajuste de Exercícios anteriores	1.339	
	3.988	**2.850**
Fluxo de Caixa Atividades Operacionais		
Aumento/Redução Ativos		
Contas a Receber	5.556	3.280
Estoques	3.091	(103)
Tributos a recuperar	(645)	176
Despesas antecipadas	(105)	376
Adiantamentos a fornecedores	2.707	(2.078)
Aumento/Redução Passivos		
Fornecedores	(20.016)	(1.169)
Obrigações trabalhistas	(4.486)	(589)
Obrigações fiscais	(48)	(2.900)
Adiantamentos de Clientes	(4.508)	1.746
Outras contas a pagar	360	(18)
(=) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(18.095)**	**(1.280)**
Fluxo de Caixa das Atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(1.615)	(842)
(=) Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	**(1.615)**	**(842)**
Fluxo de Caixa das Atividades de financiamentos		
Variação de emprestimos e financiamentos	(33.754)	(9.950)
(=) Caixa líquido proveniente das atividades financiamentos	**(33.754)**	**(9.950)**
(=) Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(1.062)**	**(2.480)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1.935	4.415
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	873	1.935
(=) Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(1.062)**	**(2.480)**

Heleno & Fonseca Construtécnica S.A.

CNPJ/MF nº 61.573.184/0001-73 - NIRE 35300045840

Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores em Reais)

Relatório da Administração

Prezados Senhores Acionistas, Em atendimento as disposições legais e estatutárias, submetemos a análise de V.Sas. O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis, referente aos exercícios findos em 31.12.2023 e 31.12.2022. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. Em 2023 conseguimos superar desafios importantes, com muito foco e um forte trabalho. Trabalhamos todos juntos em uma única direção, preservando nossa cultura com o objetivo de reconduzir nossa Companhia para um crescimento sustentável e priorizando um aumento de competividade. Nosso firme propósito para 2024 é de seguir progredindo e com um planejamento e orçamentos bem definidos. Manteremos nosso compromisso de redução de custos, melhorando a nossa eficiência e expandindo a nossa estratégia de novos negócios. Continuaremos a investir nos Sistemas de Gestão Integrada e a Companhia está certificada nas normas ISO 9001, ISO 14001, ISO 45001, PBQP-h Nível A e Qualihab. A Diretoria coloca-se a disposição dos prezados Acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários e agradece seus parceiros, clientes e fornecedores. O parecer da Auditoria Independente encontra-se na sede da Companhia. São Paulo, 27 de abril de 2024.

Balanço Patrimonial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores em Reais)

Ativo	31.12.2023	31.12.2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4.591.004	3.431.827
Contas a receber - Clientes	45.648.857	31.599.334
Outras Contas a Receber	37.070.337	35.369.262
Impostos a recuperar	8.412.261	7.696.776
Despesas do exercício seguinte	452.890	1.395.639
Estoques	24.930	24.930
Total Ativo Circulante	**96.200.279**	**79.517.768**
Ativo não Circulante		
Impostos diferidos	13.785.090	14.861.285
Imóveis para venda e empreendimentos	222.074	222.074
Depósitos judiciais	1.103.965	1.085.684
Precatórios a receber	24.802.500	75.040.759
Outras Contas a Receber	48.384.600	51.157.544
	88.298.229	**142.367.346**
Imobilizado	77.955.050	78.537.589
Intangível	4.155	4.155
	77.959.205	**78.541.744**
Total do Ativo	**262.457.713**	**300.426.858**

Passivo	31.12.2023	31.12.2022
Circulante		
Fornecedores	9.397.285	8.758.573
Empréstimos e financiamentos	15.968.802	13.701.988
Obrigações tributárias e fiscais	9.235.158	17.550.492
Obrigações trabalhistas	3.149.030	2.980.816
Contribuições a recolher	535.800	940.430
Dividendos a pagar	3.028.617	198.507
Contas a pagar	6.527.273	4.373.990
Total Passivo Circulante	**47.841.965**	**48.504.796**
Passivo não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	5.369.646	2.393.089
Obrigações tributárias e fiscais	11.581.304	26.021.125
Contas a pagar	24.661.308	26.111.377
Partes relacionadas	6.998.954	5.548.100
Impostos diferidos	17.857.064	18.238.204
Passivos contingentes	3.753.028	4.611.117
Total do Passivo não Circulante	**70.221.304**	**82.923.012**
Patrimônio Líquido		
Capital social	51.379.195	97.116.763
Ajustes de avaliação patrimonial	34.663.711	35.403.571
Reserva legal	5.820.276	6.435.908
Ações em tesouraria	(125.000)	(125.000)
Reserva de lucros a realizar	14.403.993	9.788.019
Reserva para Reforço Capital de Giro e Fluxo de Caixa	38.252.269	20.379.789
Total do Patrimônio Líquido	**144.394.444**	**168.999.050**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**262.457.713**	**300.426.858**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores em Reais)

	Nota	Capital social	Ajustes Avaliação patrimonial	Reserva legal	Ações em tesouraria	Reserva de lucros a realizar	Reserva para Reforço Capital de Giro e Fluxo de Caixa	Lucros / Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		**97.116.763**	**36.320.576**	**6.299.849**	**(125.000)**	**9.325.883**	**17.051.539**	**-**	**165.989.610**
Realização ajuste da avaliação patrimonial	10 e 19 (b)	-	(1.389.402)	-	-	-	1.389.402	-	-
Impostos sobre a realização da reserva	10 e 19 (b)	-	472.397	-	-	-	-	-	472.397
Dividendos a distribuir - Realização reserva de lucros a realizar	19 (e)	-	-	-	-	(184.147)	-	-	(184.147)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.721.190	2.721.190
Constiuição da Reserva Legal	19 (c)	-	-	136.059	-	-	-	(136.059)	-
Constituição Dividendo mínimo obrigatório	19 (e)	-	-	-	-	646.283	-	(646.283)	-
Transferencia para Reserva Reforço de Caixa e Retenção de Lucros	-	-	-	-	-	-	1.938.848	(1.938.848)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		**97.116.763**	**35.403.571**	**6.435.908**	**(125.000)**	**9.788.019**	**20.379.789**	**-**	**168.999.050**
Realização ajuste da avaliação patrimonial	10 e 19 (b)	-	(1.120.999)	-	-	-	1.120.999	-	-
Impostos sobre a realização da reserva	10 e 19 (b)	-	381.139	-	-	-	-	-	381.139
Dividendos a distribuir - Realização reserva de lucros a realizar	19 (e)					(2.830.110)			(2.830.110)
Redução patrimônio decorrente Cisão Parcial	19 (h)	(45.737.568)	-	(3.031.019)	-	(4.027.004)	(17.667.783)	-	(70.463.374)
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	-	48.307.739	48.307.739
Constiuição da Reserva Legal	19 (c)			2.415.387				(2.415.387)	-
Constituição Dividendo mínimo obrigatório	19 (e)					11.473.088		(11.473.088)	-
Transferencia para Reserva Reforço de Caixa e Retenção de Lucros	-	-	-	-	-	-	34.419.264	(34.419.264)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		**51.379.195**	**34.663.711**	**5.820.276**	**(125.000)**	**14.403.993**	**38.252.269**	**-**	**144.394.444**

Demonstrações de Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores em Reais)

	31.12.2023	31.12.2022
Receita Operacional Bruta	114.864.412	80.885.647
Tributos Incidentes sobre Serviços	(9.977.714)	(6.374.766)
Receita Liquida	**104.886.698**	**74.510.881**
Custos dos Serviços Prestados	(82.280.118)	(56.919.885)
Lucro Bruto	**22.606.580**	**17.590.996**
Despesas/Receitas Operacionais		
Despesas administrativas	(15.359.348)	(14.799.069)
Resultado com contingênciais	154.957	(233.566)
Despesas tributárias	(573.853)	(612.244)
Resultado de equivalência patrimonial	(273.733)	7.747
Outras receitas operacionais	1.116.997	610.517
	(14.934.980)	**(15.026.615)**
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras	54.211.224	10.739.748
Despesas financeiras	(13.807.361)	(12.017.673)
Resultado financeiro líquido	**40.403.863**	**(1.277.925)**
Resultado antes da CS e do IRPJ	**48.075.463**	**1.286.456**
Contribuição social diferido	61.485	379.783
Imposto de renda diferido	170.791	1.054.951
Lucro Líquido do exercício	**48.307.739**	**2.721.190**
Outros resultados abrangentes	-	-
Efeitos relacionados aos resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**48.307.739**	**2.721.190**
Lucro líquido por ação	**0,81**	**0,05**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores em Reais)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	31.12.2023	31.12.2022
Resultado líquido do exercício	**48.307.739**	**2.721.190**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas Atividades Operacionais		
Depreciações - Imobilizado	1.718.743	1.519.627
Atualização monetária precatórios	(41.754.861)	(4.001.328)
Atualização monetária a receber	(12.060.775)	(2.862.016)
Juros sobre contrato de mútuo	(766.854)	-
Resultado equivalência patrimonial	273.733	(7.747)
Provisão/Reversão para contingências	(858.090)	(607.187)
Baixa de imobilizado e intangível líquido	167.025	354.580
Juros e encargos financeiros não realizados, líquidos	3.199.307	1.921.949
Constituição de diferidos ativo	1.076.195	(1.434.734)
Redução patrimônio (decorrente Cisão parcial)	(70.463.375)	-
Decréscimo (Acréscimo) em Ativos:		
Contas a receber	(14.049.523)	579.325
Créditos diversos	924.469	(398.417)
Tributos a recuperar	(715.485)	(618.015)
Precatórios a receber	91.993.119	14.395.292
Outras contas a receber	13.132.644	(26.661.621)
(Decréscimo) Acréscimo em Passivos:		
Fornecedores	638.712	(1.882.446)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(22.991.571)	5.161.997
Contas a pagar com partes relacionadas	1.450.854	-
Contas a pagar	429.481	9.067.516
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	**(348.513)**	**(2.752.035)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de imobilizado	(1.303.229)	(1.305.311)
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos	**(1.303.229)**	**(1.305.311)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	13.272.255	12.422.266
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(10.461.336)	(10.273.883)
Distribuição de Dividendos	-	(254.233)
Caixa Gerado nas Atividades de Financiamentos	**2.810.919**	**1.894.150**
Aumento (Redução) Caixa e Equivalentes de Caixa	**1.159.177**	**(2.163.196)**
Caixa e Equivalentes de Caixa		
No Início do Exercício	3.431.827	5.595.023
No Fim do Exercício	4.591.004	3.431.827
Aumento (Redução) Caixa e Equivalentes de Caixa	**1.159.177**	**(2.163.196)**

A Diretoria — **Contador: Marcos Nascimento -** CRC - 1SP253854/O-6

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31/12/2023 estão disponíveis eletronicamente no site: https://publilegal.diariodenoticias.com.br/.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

Departamento de Licitações

RESUMO DE EDITAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO 2429/2024
PROCESSO LICITATÓRIO 012/2024
CONCORRÊNCIA 001/2024

JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES, Prefeito de Pereira Barreto – SP, faz saber que se acha aberto até às **08h59min** do dia **15 de maio de 2024**, a Concorrência Eletrônica nº 001/2024, do tipo menor preço global, que tem por objeto a contratação de empresa de construção civil e/ou engenharia para a realização de serviços relativos à **execução de obra de construção de fechamento de divisa da unidade de saúde localizada na Avenida Dom Pedro II, s/n, Seac, incluindo material e mão de obra**. Para mais informações no Dep. de Licitações pelo fone (18) 3704-8505 / 8569- pelos e-mails: licitacao@pereirabarreto.sp.gov.br / thais.freitas@pereirabarreto.sp.gov.br, ou ainda o Edital completo no website: www.pereirabarreto.sp.gov.br.

Pereira Barreto - SP, 26 de abril de 2024.
João de Altayr Domingues - Prefeito

FEMESP - Federação de Montanhismo do Estado de São Paulo

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Ref.: ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (AGO)

O Presidente da Federação de Montanhismo do Estado de São Paulo – FEMESP (CNPJ 05.154.076/0001-95), no uso de suas atribuições estatutárias, vem convocar suas entidades filiadas para comparecerem à assembleia geral ordinária a realizar-se no dia 19 de junho de 2024 (quarta-feira), de forma presencial a realizar-se na Rua Barão do Triunfo, 1213, bairro Campo Belo, CEP 04602-005, na Capital do Estado de São Paulo e por meio eletrônico em ambiente virtual no link: https://meet.google.com/hzg-eknt-adg, a instalar-se em primeira convocação às 19h30 e, em segunda convocação às 20h00, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1 – Apresentação dos relatórios das atividades administrativas e financeiras;
2 – Deliberação de contas do exercício de 2023;
3 – Eleger o Presidente, o Vice Presidente, o Tesoureiro e o Secretário da FEMESP para a gestão de 2024 a 2026, e separadamente, os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal. Dando-lhes posse imediata.

Atenciosamente,

Rodrigo Takenaka
Presidente

Agropecuária Jubran S.A.

CNPJ/MF nº 45.165.594/0001-29 - NIRE 35.300.094.841

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os acionistas da sociedade convidados, em primeira convocação, a se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária,** que será realizada no dia **07 de maio de 2024,** às **09:30,** em sua sede social, na Rua Groenlândia, nº 1.611, sala 8, na Capital do Estado de São Paulo, para deliberarem acerca de ajuizamento de ação judicial de responsabilidade, em conformidade com artigo 159 da Lei das S.A., nos termos do Requerimento de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária da sociedade, enviado por acionistas minoritários, em 16 de abril de 2024.

São Paulo, 24 de abril de 2024
Atenciosamente,
Solange Rapp Jubran
Diretora Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAPURU

Aviso de Licitação
Concorrência Eletrônica n.º 05/2024
Processo Licitatório n.º 35/2024

A Prefeitura Municipal de Irapuru, em cumprimento a Lei Federai n.° 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 5.549/2023, torna público aos interessados a realização de licitação na modalidade de **Concorrência Eletrônica n.º 05/2024.** Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE PONTE EM ESTRUTURA MISTA DE AÇO E CONCRETO NA ESTRADA MUNICIPAL IRU-030, SOBRE O RIBEIRÃO DA ILHA, SITUADA NO BAIRRO SANTA GENOVEVA, NO MUNICÍPIO DE IRAPURU/SP, EM CONFORMIDADE COM AS DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS, NOS TERMOS DO CONVÊNIO N.º CMIL 027/630/2024 - PROCESSO N.º C MIL 120.462/2024, CELEBRADO PELO ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA CASA MILITAR, ESTA POR SUA COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (CEPDEC), E O MUNICÍPIO DE IRAPURU/SP. Tipo:** Menor Preço Global. Edital disponível nas páginas da internet: www.irapuru.sp.gov.br ou www.bll.org.br. CADASTRO DE PROPOSTAS: a partir das 08h00min do dia 27/04/2024 até as 08h20min do dia 14/05/2024. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 08h30min do dia 14/05/2024. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS (FASE COMPETITIVA): às 08h40min do dia 14/05/2024. Quaisquer esclarecimentos e informações serão prestados pelo Departamento de Licitações. Telefone: (18) 3861-2007. Email: licitacoes@irapuru.sp.gov.br.

Irapuru, 26 de abril de 2024.
Ademar Calegão - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAPURU

Aviso de Licitação
Pregão Eletrônico n.º 12/2024
Processo Licitatório n.º 26/2024

A Prefeitura Municipal de Irapuru, em cumprimento a Lei Federai n.° 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 5.549/2023, torna público aos interessados a realização de licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico n.º 12/2024.** Objeto: **AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA DISTRIBUIÇÃO NA FORMA DE BENEFÍCIO EVENTUAL ÀS FAMÍLIAS CARENTES ATENDIDAS PELA DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE IRAPURU, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. Tipo:** Menor Preço Global por Item. Edital disponível nas páginas da internet: www.irapuru.sp.gov.br ou www.bll.org.br. CADASTRO DE PROPOSTAS: a partir das 08h00min do dia 27/04/2024 até as 13h20min do dia 10/05/2024. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 13h30min do dia 10/05/2024. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS (FASE COMPETITIVA): às 13h40min do dia 10/05/2024. Quaisquer esclarecimentos e informações serão prestados pelo Departamento de Licitações. Telefone: (18) 3861-2007. Email: licitacoes@irapuru.sp.gov.br.

Irapuru, 18 de abril de 2024.
Ademar Calegão - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAPURU

Aviso de Licitação
Pregão Eletrônico n.º 13/2024
Processo Licitatório n.º 34/2024

A Prefeitura Municipal de Irapuru, em cumprimento a Lei Federai n.° 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 5.549/2023, torna público aos interessados a realização de licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico n.º 13/2024.** Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES, VISANDO A IMPLEMENTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UM LINK DE ACESSO DEDICADO VIA FIBRA ÓPTICA, NA VELOCIDADE DE 600MBPS, SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE PARES DE FIBRA ÓPTICA E MANUTENÇÃO PARA INTERLIGAÇÃO DAS DIRETORIAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PABX-IP (TELEFONIA) COM ATÉ 100 RAMAIS E 20 LINHAS TRONCO, COM FORNECIMENTO DE MINUTAGEM DE VOZ SOBRE IP PARA TELEFONIA FIXA E MÓVEL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS RELACIONADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA. Tipo:** Menor Preço Global. Edital disponível nas páginas da internet: www.irapuru.sp.gov.br ou www.bll.org.br. CADASTRO DE PROPOSTAS: a partir das 08h00min do dia 27/04/2024 até as 08h20min do dia 10/05/2024. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 08h30min do dia 10/05/2024. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS (FASE COMPETITIVA): às 08h40min do dia 10/05/2024. Quaisquer esclarecimentos e informações serão prestados pelo Departamento de Licitações. Telefone: (18) 3861-2007. Email: licitacoes@irapuru.sp.gov.br.

Irapuru, 26 de abril de 2024.
Ademar Calegão - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

AVISO DE EDITAL - RETIFICADO
EDITAL Nº 06 DE 23 DE ABRIL DE 2024
Concorrência Pública nº 90002/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada para recapeamento asfáltico e serviços complementares – Secretaria Municipal de Obras – Abertura da sessão: 20/05/2024 às 09:00 horas – O edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.itaquaquecetuba.sp.gov.br ou obtidos mediante entrega de 01 (um) Pendrive, virgem e lacrado no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba, sito à Av. Vereador João Fernandes da Silva nº 190, Vila Virginia, Itaquaquecetuba – SP, nos dias úteis, no horário das 8:00 às 16:00 horas. Para maiores informações, estão disponíveis os seguintes telefones (0xx11) 4640-1442 e 4642-1531.

Mário Toyama – Secretário Municipal de Administração e Modernização
Itaquaquecetuba, 26 de abril de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

2º EDITAL - AUDIÊNCIA PÚBLICA – CONCESSÃO DE OBRA PARA REVITALIZAÇÃO, READEQUAÇÃO, EXPANSÃO, MANUTENÇÃO, GESTÃO E EXPLORAÇÃO DO TEATRO MUNICIPAL DE PAULÍNIA-SP.

A Prefeitura Municipal de Paulínia, por meio da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Turismo e Eventos (SMECTE), torna público o presente edital, o qual visando ampliar o debate, chamamos esta 2ª Audiência Pública que dispõe sobre realização de Audiência Pública para discutir a concessão de obra para revitalização, readequação, expansão, manutenção, gestão e exploração do Teatro Municipal de Paulínia-SP. A sessão acontece no dia **10 de maio de 2024**, a partir das **18 horas**, no **Paço Municipal**, na sala de imprensa "Auditório Carlos Tontolli", localizado na Avenida Prefeito José Lozano de Araújo, 1551. O principal assunto da pauta é esclarecer todos os aspectos do processo de concessão de obra para revitalização, readequação, expansão, manutenção, gestão e exploração do Teatro Municipal de Paulínia-SP, promovendo-se amplo debate e efetiva participação popular. Informamos que a audiência pública será transmitida ao vivo pela página oficial no YouTube da Prefeitura Municipal de Paulínia, que poderá ser acessada pelo link: https://youtube.com/@PrefeituradePauliniaSP. O e-mail cultura@paulinia.sp.gov.br será disponibilizado para receber as sugestões, questionamentos e dúvidas apenas das pessoas que acompanhem o ato à distância, de forma não presencial. **Os internautas terão até as 17h do dia 17 de maio de 2024 para enviarem os seus questionamentos, sugestões ou dúvidas no mencionado e-mail da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Turismo e Eventos. No e-mail deverá conter o nome completo e o número do CPF do munícipe remetente**. Os documentos estão disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Paulínia, na aba de informações e serviços da Secretaria de Esportes, Cultura, Turismo e Eventos, bem como, compartilhamos abaixo os links contendo o acesso direto a esses documentos:

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR ETP
https://www.paulinia.sp.gov.br/arquivos/estudo_tecnico_preliminar__cc_-_teatro_-_abril_2024_paulinia_26102448.pdf

ESTUDOS DESENVOLVIDOS – ANEXOS ETP
https://www.paulinia.sp.gov.br/arquivos/anexos_ao_etp_teatro_04-2024_26102541.pdf

O que: AUDIÊNCIA PÚBLICA – CONCESSÃO DE OBRA PARA REVITALIZAÇÃO, READEQUAÇÃO, EXPANSÃO, MANUTENÇÃO, GESTÃO E EXPLORAÇÃO DO TEATRO MUNICIPAL DE PAULÍNIA-SP. **Quando:** Dia 10 de maio de 2024. **Horário:** 18 horas. **Onde:** Sala de Imprensa "Auditório Carlos Tontolli", Avenida Prefeito José Lozano de Araújo, 1551 – Paulínia-SP.

Paulínia – SP, 26 de abril de 2024
ALEXANDRE FÁVARO CORRÊA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CULTURA, TURISMO E EVENTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 04/2024

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ informa que se acha aberto o Chamamento Público nº. 04/24 que cuida da Seleção de Bolsistas - pessoas físicas - para a atuação no Balé da Cidade. O período de inscrições tem início em **29/04/2024 e término em 26/05/2024 e deverão ser realizadas de forma on line através do site da Prefeitura de Taubaté - https://taubate.sp.gov.br/setuc/baledacidade/**. O edital com todas as informações necessárias está disponível gratuitamente no site www.taubate.sp.gov.br.

P.M.T, aos 25/04/2024.
Fernando Paschoal de Oliveira
Secretário de Cultura e Economia Criativa

PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO

Estado de São Paulo

Edital de Pregão Eletrônico Prefeitura Municipal de Vinhedo n.º 21/2024 - Processo Administrativo nº 3.805/2024 - Endereço Eletrônico: https://licitavinhedo.presconinformatica.com.br - Encontra-se aberta na Prefeitura Municipal de Vinhedo, licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para **"REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, DESTINADOS À COMPOSIÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO DE SAÚDE PÚBLICA DA REDE MUNICIPAL, CONFORME EDITAL E ANEXOS"**. O início do recebimento de propostas eletrônicas será do dia 29 de abril de 2024 até o momento anterior ao início da sessão pública. A sessão pública será realizada no endereço eletrônico https://licitavinhedo.presconinformatica.com.br, dia 13 de maio de 2024 a partir das 09:00 horas. O Edital na íntegra poderá ser obtido nos sítios acima mencionados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO

Estado de São Paulo

Edital de Pregão Eletrônico Prefeitura Municipal de Vinhedo n.º 22/2024 - Processo Administrativo nº 3.123/2024 - Endereço Eletrônico: https://licitavinhedo.presconinformatica.com.br - Encontra-se aberta na Prefeitura Municipal de Vinhedo, licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para **"REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTAIS MÉDICO-HOSPITALARES, DESTINADOS À COMPOSIÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO DE SAÚDE PÚBLICA DA REDE MUNICIPAL, CONFORME EDITAL E ANEXOS"**. O início do recebimento de propostas eletrônicas será do dia 29 de abril de 2024 até o momento anterior ao início da sessão pública. A sessão pública será realizada no endereço eletrônico https://licitavinhedo.presconinformatica.com.br, dia 13 de maio de 2024 a partir das 09:00 horas. O Edital na íntegra poderá ser obtido nos sítios acima mencionados.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676



CONTEXTO JURÍDICO

EDIÇÃO NACIONAL

Lula aciona STF contra prorrogação da desoneração da folha de pagamento

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) contra lei que prorrogou a desoneração da folha de pagamento de municípios e de diversos setores produtivos até 2027. O pedido é objeto da Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 7633. Com o objetivo de equilibrar as contas públicas, no final de 2023 o presidente Lula editou a Medida Provisória (MP) 1.202/2023. Além da retomada gradual da carga tributária sobre 17 atividades econômicas, o texto previa a limitação das compensações tributárias decorrentes de decisões judiciais e a volta da tributação sobre o setor de eventos. O Congresso, contudo, aprovou a Lei 14.784/2023 que, além de prorrogar a desoneração desses setores, diminuiu para 8% a alíquota da contribuição previdenciária incidente sobre a folha de pagamento dos municípios. Na ação, a Advocacia Geral da União (AGU), que representa o presidente, argumenta que as renúncias fiscais previstas na lei foram feitas sem a adequada demonstração do impacto financeiro. De acordo com a AGU, a prorrogação da desoneração da folha representa uma redução de cerca de R$ 10 bilhões anuais na arrecadação. A ação foi distribuída para o ministro Cristiano Zanin.

Começa julgamento sobre poderes de investigação criminal do Ministério Público

O STF iniciou quarta-feira (24) o julgamento de três ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) questionando normas que conferem ao Ministério Público poderes de realizar investigações criminais. Único a votar até o momento, o ministro Edson Fachin (relator), considera as regras válidas, mas destacou a necessidade de que o início e término de todos os procedimentos sejam comunicados ao judiciário. A análise será retomada na sessão de quinta-feira (25)

Poder de investigação - As Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 2943, 3309 e 3318 questionam regras do Estatuto do Ministério Público da União (Lei Complementar 75/1993), da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei 8.625/1993) e da Lei Orgânica do Ministério Público de Minas Gerais.

Entre outros pontos, as normas autorizam o MP a realizar diligências investigatórias, notificar testemunhas, requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades da administração pública e pedir auxílio da força policial.

Fuga repentina ao avistar a polícia pode justificar busca pessoal em via pública

A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu que, se uma pessoa em via pública foge correndo repentinamente ao avistar a polícia, esse fato pode autorizar a realização de busca pessoal; no entanto, a legalidade da medida depende de um exame minucioso, pois ela costuma ser justificada com base apenas no depoimento dos policiais.

A partir desse entendimento, o colegiado negou habeas corpus a um homem que foi preso em flagrante após os policiais, em revista pessoal, terem encontrado drogas em seu poder.

De acordo com o processo, ele correu repentinamente na direção de um terreno baldio ao ver o carro da polícia, em atitude que motivou a abordagem.

Tribunais reafirmam defesa da democracia e da liberdade de expressão na entrega do I Prêmio Nacional de Jornalismo do Judiciário

Reunidos quarta-feira (24) para a entrega do I Prêmio Nacional de Jornalismo do Poder Judiciário - 35 anos da Constituição Cidadã, os dirigentes dos cinco mais altos tribunais do país ressaltaram o papel da Justiça, da imprensa e da liberdade de expressão como pilares do Estado Democrático de Direito. O evento aconteceu na sede do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

(Foto: STF)



Ao destacar a importância da imprensa, o presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, afirmou que os jornalistas profissionais têm o papel de reocupar o espaço da civilidade e de reportar os fatos de maneira autêntica.

Para o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, a imprensa nunca foi tão necessária quanto no mundo atual, sendo papel dos jornalistas profissionais "reocupar o espaço da civilidade e o controle mínimo da autenticidade do que chega ao espaço público".

"O mundo está tentando traçar o que é liberdade a ser protegida e o que, se escondendo por trás da liberdade, é destrutivo para a vida civilizada. Por isso, precisamos da imprensa para reportar os fatos de maneira autêntica", afirmou.

Além do presidente do STF, participaram da premiação a ministra Cármen Lúcia, que também é vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE); a presidente do STJ, ministra Maria Thereza de Assis Moura; o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Lelio Bentes Corrêa; e o presidente do Superior Tribunal Militar (STM), ministro tenente-brigadeiro do ar Francisco Joseli Parente Camelo. O vice-presidente do STF, ministro Edson Fachin, que foi jurado do prêmio, também compareceu ao evento, além de outros ministros das cortes superiores.

Liberdade de expressão x censura - De acordo com o ministro Luís Roberto Barroso, a Constituição de 1988 marca a transição de uma era de censura, promovida pela ditadura militar, para uma época de abertura para a liberdade de expressão.

Por outro lado, o presidente do STF ponderou que o contexto atual da comunicação e da informação digital retirou da imprensa profissional o papel de construir o conjunto de fatos sobre os quais a sociedade discute, convertendo-se em um momento inédito de disseminação de informações falsas e de violência. "O ódio traz mais engajamento do que a verdade", ressaltou.

Segundo a ministra Cármen Lúcia, não existe democracia sem imprensa livre, jornalismo responsável e atenção à necessidade da sociedade de obter informações.

A ministra destacou que, assim como o meio ambiente, a liberdade de expressão é, ao mesmo tempo, um direito individual e coletivo. Ela também reforçou o papel do jornalismo diante da democracia e do sistema eleitoral, lembrando a importância da imprensa para que, em outubro deste ano, o Brasil tenha "eleições livres, seguras, transparentes e eficientes".

Importância da imprensa para a cidadania- A presidente do STJ, Maria Thereza de Assis Moura, apontou o ineditismo do I Prêmio Nacional de Jornalismo do Poder Judiciário, que reuniu todos os tribunais superiores brasileiros. A ministra também enfatizou a qualidade dos trabalhos inscritos.

STF mantém validade de portaria que demarca Terra Indígena Toldo Boa Vista, no Paraná

O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou liminar do ministro Edson Fachin que restabeleceu os efeitos da portaria do Ministério da Justiça relativa à demarcação da Terra Indígena Toldo Boa Vista, do povo Kaingang, em área situada no município de Laranjeiras do Sul (PR). O referendo da liminar ocorreu na sessão virtual encerrada em 19/4, nos autos da Ação Rescisória (AR) 2766. Esse tipo de ação visa anular decisão judicial definitiva (transitada em julgado) em razão de vícios graves e nas hipóteses expressamente previstos no Código de Processo Civil (CPC).

No caso, a Comunidade Kaingang busca invalidar decisão definitiva do STF que, ao rejeitar o Recurso Extraordinário (RE) 953604, manteve a sentença da Justiça Federal que anulou a portaria. A principal alegação dos indígenas é de nulidade na tramitação da ação na Justiça Federal, pois não foram citados para ingressar na causa, cuja participação, a seu ver, era obrigatória.

Na liminar, confirmada pelo Plenário, Fachin considerou que as comunidades têm legitimidade para estar em juízo na defesa de seus interesses e, portanto, mostra-se "robusto" o argumento quanto à necessidade de sua citação em processos judiciais em que se busca a anulação da demarcação. Além disso, a urgência para a concessão da liminar estava justificada em razão da possibilidade de desocupação forçada e violenta dos integrantes da Comunidade Indígena do Povo Kaingang.

PUBLICIDADE LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME

RESUMO DE EDITAL

A Prefeitura do Município de Leme, comunica que encontra-se instaurado e disponível no setor de licitações, o processo abaixo:

Pregão Eletrônico: Nº 017/2024; **Objeto**: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS DOS PACIENTES DA ATENÇÃO BÁSICA ATENDIDOS PELO PROGRAMA MELHOR EM CASA; **Edital Na Íntegra**: (www.leme.sp.gov.br Entrar No Link: Licitações - Pregões Eletrônicos - 2024); **www.novobbmnet.com.br**; Rua Dr. Armando Salles de Oliveira, 1.085 • 3º Andar • Centro • CEP 13610-220 • Leme • SP, das 08 Às 16 Horas, Departamento de Licitações e Compras: **INICIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** 30/04/2024 – 08:00h;**TÉRMINO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:** 13/05/2024 – 08:00h;**ABERTURA E ANÁLISE DE PROPOSTA:** 13/05/2024 – 08:01h; **INÍCIO DA ETAPA DE LANCES:** 14/05/2024 – 08:00h; **REFERÊNCIA DE TEMPO:** PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO SERÁ OBSERVADO O HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF.LOCAL: www.novobbmnet.com.br "ACESSO IDENTIFICADO" *Deverão os licitantes ficarem cientes para acompanhamento de eventuais alterações até a data marcada para abertura*

Leme, 23 de abril de 2024

LISETE CRISTINA GANÉO KINOCK

SECRETÁRIA DA SAÚDE



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME

RESUMO DE EDITAL

A Prefeitura do Município de Leme, comunica que encontra-se instaurado e disponível no setor de licitações, o processo abaixo:

Pregão Eletrônico: Nº 018/2024; **Objeto**: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA USO NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONSIDERANDO O DESGASTE NATURAL DECORRENTE DE USO DIÁRIO; **Edital Na Íntegra**: (www.leme.sp.gov.br Entrar No Link: Licitações - Pregões Eletrônicos - 2024); **www.novobbmnet.com.br**; Rua Dr. Armando Salles de Oliveira, 1.085 • 3º Andar • Centro • CEP 13610-220 • Leme • SP, das 08 Às 16 Horas, Departamento de Licitações e Compras: **INICIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** 30/04/2024 – 08:00h;**TÉRMINO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:** 15/05/2024 – 08:00h; **ABERTURA E ANÁLISE DE PROPOSTA:** 15/05/2024 – 08:01h;**INÍCIO DA ETAPA DE LANCES:** 15/05/2024 – 13:30h; **REFERÊNCIA DE TEMPO:** PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO SERÁ OBSERVADO O HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF.LOCAL: www.novobbmnet.com.br "ACESSO IDENTIFICADO" *Deverão os licitantes ficarem cientes para acompanhamento de eventuais alterações até a data marcada para abertura*

Leme, 23 de abril de 2024

RAFAEL MARADEI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Acha-se aberto o seguinte certame licitatório na Prefeitura do Município de Bragança Paulista: PREGÃO ELETRÔNICO N° 010/2024. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS OU GENUÍNAS PARA MÁQUINAS E VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL. DATA DE ABERTURA: 15 de maio de 2024 – 09:30h. O edital e seus anexos estarão disponíveis no site www.braganca.sp.gov.br, e na plataforma www.novobbmnet.com.br, e também no Balcão da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado, à Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 2015, Centro, em dias úteis das 09h00 às 16h00. Bragança Paulista, 26 de abril de 2024. STEFANIA PENTEADO CORRADINI RELA - Secretária Municipal de Administração em Exercício.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME

RESUMO DE EDITAL

LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 019/2024: **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE HORAS TRABALHADAS DE SERRALHEIRO E AJUDANTE DE SERRALHEIRO PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES, SEDE E DEMAIS PRÉDIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, BEM COMO DAS DEMAIS SECRETARIAS PARTICPANTES; Edital Na Íntegra**: (www.leme.sp.gov.br Entrar No Link: Licitações - Pregões Eletrônicos - 2024); **www.novobbmnet.com.br**; Rua Dr. Armando Salles de Oliveira, 1.085 • 3º Andar • Centro • CEP 13610-220 • Leme • SP, das 08 Às 16 Horas, Departamento de Licitações e Compras: **INICIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS; (29/04/2024 – 08:00) TÉRMINO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: (15/05/2024 – 08:00) ABERTURA E ANÁLISE DE PROPOSTA: (15/05/2024 – 08:01) INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: (15/05/2024 – 09:00) REFERÊNCIA DE TEMPO:** PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO SERÁ OBSERVADO O HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF.LOCAL: www.novobbmnet.com.br "ACESSO IDENTIFICADO" *Deverão os licitantes ficarem cientes para acompanhamento de eventuais alterações até a data marcada para abertura.*

Publique-se.

Leme, 25 de abril de 2.024

ANA BERTHOLINA BARBOZA DE OLIVEIRA

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

ÓRGÃO GERENCIADOR



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME

RESUMO DE EDITAL

A Prefeitura do Município de Leme, comunica que encontra-se instaurado e disponível no setor de licitações, o processo abaixo:

Pregão Eletrônico: Nº 021/2024; **Objeto**: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DESTINADOS A ATENDER DEMANDA DE PROCESSOS JUDICIAIS.; **Edital Na Íntegra**: (www.leme.sp.gov.br Entrar No Link: Licitações - Pregões Eletrônicos - 2024); **www.novobbmnet.com.br**; Rua Dr. Armando Salles de Oliveira, 1.085 • 3º Andar • Centro • CEP 13610-220 • Leme • SP, das 08 Às 16 Horas, Departamento de Licitações e Compras: **INICIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** 29/04/2024 – 08:00; **TÉRMINO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:** 10/05/2024 – 08:00;**ABERTURA E ANÁLISE DE PROPOSTA:** 10/05/2024 – 08:01;**INÍCIO DA ETAPA DE LANCES:** 13/05/2024 – 9:00h; **REFERÊNCIA DE TEMPO:** PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO SERÁ OBSERVADO O HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF.LOCAL: www.novobbmnet.com.br "ACESSO IDENTIFICADO" *Deverão os licitantes ficarem cientes para acompanhamento de eventuais alterações até a data marcada para abertura*

Leme, 25 de abril de 2024

LISETE CRISTINA GANÉO KINOCK

SECRETÁRIA DA SAÚDE



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA

RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO DE SELEÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO: 002/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.519/2024 OBJETO: PROCESSO DE SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC, EM REGIME DE PARCERIA, PARA CELEBRAR TERMO DE COLABORAÇÃO COM O MUNICÍPIO PARA A CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO MEDIANTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DE OFICINAS PARA O PROGRAMA DE ESCOLA INTEGRAL. A Comissão Especial de Coordenação do Terceiro Setor, conforme tudo o quanto consta em ata de reunião realizada, decide: INABILITAR as seguintes entidades, conforme segue: ASSOCIAÇÃO JOEENSE DE AÇÃO SOCIAL – AJAS CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE – CNEC INSTITUTO GLOBAL ATITUDE – IGA INSTITUTO DE DIREITOS HUMANOS E INCLUSÃO SOCIAL NELSON MANDELA NÚCLEO DE PROMOÇÃO SOCIAL VENHA CONOSCO ODIN – ORGANIZAÇÃO SOCIAL E EDUCACIONAL DESCLASSIFICAR a seguinte entidade nos termos do item 10.9 do Edital: PROMOVE AÇÃO SÓCIO CULTURAL CLASSIFICAR a seguinte entidade com a respectiva nota de avaliação, conforme segue: INSTITUTO COMUNITÁRIO DE VALORIZAÇÃO À VIDA – ICVV - pontuação: 14,5. Sendo assim, a Comissão Especial de Coordenação do Terceiro Setor, nos termos do edital, NOTIFICA os interessados do resultado preliminar do processo de seleção, bem como para tomarem ciência dos autos do processo, de forma a exercerem, se assim desejarem, competente recurso administrativo. Bragança Paulista, 25 de abril de 2024. STEFANIA PENTEADO CORRADINI RELA Presidente da Comissão Especial de Coordenação do Terceiro Setor RITA DE CÁSSIA PEREIRA DA SILVA MEMBRO Membro da Comissão Especial de Coordenação do Terceiro Setor SILVIA HELENA ALVES DE MACEDO SPERENDIO Membro da Comissão Especial de Coordenação do Terceiro Setor MARCIA MARIA DE LOURENÇO Membro da Comissão Especial de Coordenação do Terceiro Setor MARIA FERNANDA PADOVAN DORSA Representante da Secretaria Municipal de Educação CAMILA LUIZA DA SILVA FRANCO DE CAMARGO Representante da Secretaria Municipal de Educação ELISANGELA RODRIGUES SALVARANI Representante da Secretaria Municipal de Educação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME

RESUMO DE EDITAL

A Prefeitura do Município de Leme, comunica que encontra-se instaurado e disponível no setor de licitações, o processo abaixo:

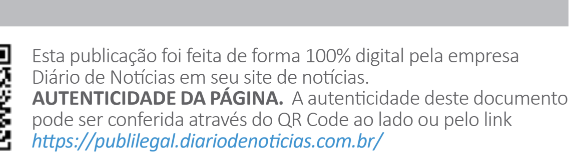
Pregão Eletrônico: Nº 020/2024; **Objeto**: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS; **Edital Na Íntegra**: (www.leme.sp.gov.br Entrar No Link: Licitações - Pregões Eletrônicos - 2024); **www.novobbmnet.com.br**; Rua Dr. Armando Salles de Oliveira, 1.085 • 3º Andar • Centro • CEP 13610-220 • Leme • SP, das 08 Às 16 Horas, Departamento de Licitações e Compras: **INICIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS;** (DD/MM/AAAA – 08:00) **NICIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** 30/04/2024 – 08:00;**TÉRMINO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:** 16/05/2024 – 08:00;**ABERTURA E ANÁLISE DE PROPOSTA:** 16/05/2024 – 08:01;**INÍCIO DA ETAPA DE LANCES:** 16/05/2024 – 10.00h; **REFERÊNCIA DE TEMPO:** PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO SERÁ OBSERVADO O HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF.LOCAL: www.novobbmnet.com.br "ACESSO IDENTIFICADO" *Deverão os licitantes ficarem cientes para acompanhamento de eventuais alterações até a data marcada para abertura*

Leme, 24 de abril de 2024

ERICA REGINA FABRIS

SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676



ESPORTES

EDIÇÃO NACIONAL



BRASILEIRÃO 2024

SÉRIE B - 2ª RODADA

26/04				
Ituano	x	Operário-PR	19:00	Novelli Júnior
Sport	x	Vila Nova	19:00	Arena de Pernambuco
Avaí	x	Santos	20:00	Ressacada
Guarani	x	Chapecoense	21:00	Ressacada
27/04				
CRB	x	Amazonas	17:00	Rei Pelé
Paysandu	x	Botafogo-SP	17:00	Curuzu
América-MG	x	Novorizontino	18:00	Independência
28/04				
Coritiba	x	Brusque	15:45	Couto Pereira
Goiás	x	Ponte Preta	18:00	Serrinha
Mirassol	x	Ceará	19:30	Munic. de Mirassol

FONTE | CBF INFOGRAFFO

Estátua de Daniel Alves será recolhida de Juazeiro após recomendação do MP da Bahia

A prefeitura de Juazeiro vai atender a uma recomendação do Ministério Público da Bahia (MP-BA) e irá recolher a estátua de Daniel Alves, localizada no centro da cidade. Natural do município baiano, o ex-jogador do Barcelona e da seleção brasileira foi condenado na Espanha a quatro anos e seis meses de prisão por estupro de uma mulher de 23 anos. Em liberdade provisória até o trânsito em julgado, ele alega inocência e afirma que a relação foi consensual.

A recomendação do MP-BA se baseia na Lei Nº 6.454/1977, que normatiza sobre o uso de recursos públicos para aquisição e instalação de monumentos de pessoas vivas. Procurada pelo Estadão, a prefeitura afirmou que "irá recolher a obra nos próximos dias", sem especificar data. A administração municipal tem 30 dias para cumprir a recomendação. A remoção do monumento, inaugurado em 2020, é pedida pelos moradores desde o ano passado, quando Daniel Alves foi preso preventivamente sob a acusação de estupro. As demandas ocorrem especialmente pelas redes sociais e ganharam força após a condenação do atleta. Em fevereiro, a prefeitura de Juazeiro afirmou que não iria se manifestar sobre o assunto até a conclusão do tema, tendo em vista que o jogador entrou com um pedido de apelação, e informou que não havia recebido pedidos oficiais para a retirada da obra.



(Foto: Divulgação)

Produzida pelo artista plástico Leo Santana, a estátua está localizada na região central do município e exibe Daniel Alves em tamanho real com a camisa da seleção brasileira e uma bola de futebol nos pés. Inaugurada em 2020, a obra foi vandalizada diversas vezes após a prisão do jogador. Pouco tempo depois de o caso vir à tona, o monumento amanheceu com um saco preto na região da cabeça, enrolado com fita adesiva Em fevereiro deste ano, o monumento foi visto coberto com manchas brancas, cuja limpeza foi realizada pela prefeitura de Juazeiro. No mês seguinte, a estátua foi pichada e acabou sendo limpa por uma mulher que alegou ser prima do atleta.

Condenação e liberdade - O julgamento de Daniel Alves durou três dias e foi finalizado no dia 7 de fevereiro, aproximadamente 13 meses após a prisão preventiva do jogador, ocorrida em 20 de janeiro de 2023. Condenado a quatro anos e seis meses pelo crime de estupro, o jogador de 40 anos pagou o valor de 150 mil euros (R$ 800 mil aproximadamente) à Justiça da Espanha e recorre da decisão em liberdade.

A liberdade provisória de Daniel Alves não significa que foi absolvido. Depois da condenação no Tribunal de Barcelona, o caso é avaliado pelo Superior Tribunal da Justiça da Catalunha (STJC) Lá, estão um pedido da defesa pela absolvição do brasileiro e outro do Ministério Público para o aumento da pena imposta - que determina, ainda, cinco anos de liberdade vigiada e dez anos de distância da vítima após o cumprimento da condenação. Para ter a liberdade provisória, além do pagamento da fiança, ele também precisou entregar os passaportes (brasileiro e espanhol) e comparecer semanalmente no Tribunal de Justiça de Barcelona.

Luis Enrique elogia rápida adaptação de Beraldo, ex-São Paulo, no PSG

O técnico do Paris Saint-Germain, Luis Enrique, fez elogios ao zagueiro brasileiro Lucas Beraldo, ex-São Paulo, na última sexta-feira. O treinador espanhol se disse surpreso com a rápida adaptação do jogador de apenas 20 anos ao futebol francês nesta sua primeira temporada na Europa. "Lucas Beraldo é um reforço muito bom. Se levar em conta que é um jogador jovem, que vem do Brasil, que não conhece ninguém aqui, que não fala francês... Ele teve uma adaptação extraordinária. Ele é um jogador do futuro para o Paris Saint-Germain", declarou Luis Enrique, em entrevista coletiva. Beraldo desembarcou no clube de Paris em janeiro deste ano. Logo na estreia, ajudou a equipe a levantar a taça da Supercopa da França, na primeira semana de 2024. A negociação fez de Beraldo o zagueiro mais caro da história do futebol brasileiro, no valor de 20 milhões de euros (cerca de R$ 107 milhões no câmbio da época).

O bom rendimento no São Paulo e também no PSG deram ao defensor sua primeira chance na seleção brasileira neste ano, sob o comando do técnico Dorival Júnior, com quem ele trabalhou no time brasileiro.

Referência na defesa do PSG, Beraldo poderá faturar seu segundo título pelo clube no fim de semana. No sábado, o time parisiense receberá o Le Havre no Parque dos Príncipes. Se vencer diante de sua torcida, confirmará o título do Campeonato Francês.

Klopp indica o seu sucessor e exalta o Liverpool: 'Melhor trabalho do mundo'

Em clima de despedida, o treinador Jürgen Klopp indicou, na última sexta-feira, Arne Slot, técnico do Feyenoord, da Holanda, como um nome capaz de fazer um bom trabalho à frente do Liverpool. Com uma passagem vitoriosa no futebol da Inglaterra, o comandante alemão ainda enalteceu seu atual clube. "Melhor trabalho do mundo, melhor clube do mundo".

O discurso de Klopp ficou em evidência após Slot surgir como um dos favoritos ao cargo de treinador. Ele confirmou o início das negociações e afirmou que substituir o trabalho do atual técnico seria uma das tarefas mais difíceis no cenário internacional. Bem humorado, Klopp minimizou a sua importância à frente do time Ele disse que as recentes derrotas da sua equipe podem até tirar o peso do futuro comandante.

"Acho que, agora, até ajudo nessa mudança não terminando a temporada em alta. Dá a impressão de que há espaço para melhorias. Mas garanto que no Liverpool, é tudo muito bom. Tem uma ótima equipe com pessoas fantásticas. Ele (Slot) pegaria um trabalho muito interessante", completou.

Ao fim desta temporada, ele vai colocar fim a um ciclo de oito anos no clube. Entre os troféus mais importantes conquistados no período estão o Campeonato Inglês e a Liga dos Campeões. Neste final de vínculo, o técnico alemão esperava sair em alta com o título da edição atual do Campeonato Inglês.

Hülkenberg anuncia saída da Haas para defender Sauber e reforçar projeto da Audi na F-1



(Foto: Divulgação)

O piloto Nico Hülkenberg confirmou na última sexta-feira que mudará de equipe ao fim da atual temporada da Fórmula 1. O alemão vai deixar a Haas para defender a Sauber, que passará por grande mudança a partir de 2026, com a entrada da Audi na competição. O acordo engloba o período em que a Audi estará na F-1 em parceria com a tradicional Sauber.

Com o anúncio, Hülkenberg encerrará uma parceria de dois anos com a Haas, equipe americana que o resgatou para reforçar o time no ano passado. O experiente alemão, de 36 anos, estava afastado do grid havia três anos. Sua saída da Haas foi anunciada pela própria equipe no início do dia. Horas depois, o piloto confirmou a ida para a Sauber.

"Estou voltando para a equipe com a qual trabalhei em 2013 e tenho boas lembranças do forte espírito de equipe na Suíça", afirmou, em referência a sua primeira passagem pela F-1. "A perspectiva de competir pela Audi é algo muito especial. Quando um fabricante alemão entra na Fórmula 1 com tanta determinação, é uma oportunidade única. Representar a equipe de fábrica de uma marca de automóveis com um motor fabricado na Alemanha é uma grande honra para mim."

Hülkenberg vai reencontrar na Sauber o chefe Andreas Seidl, com quem ele ganhou as 24 de Le Mans com a Porsche, em 2015. Seidl, ex-McLaren, é o atual CEO da Sauber Motorsport AG e manterá a mesma função na futura equipe da Audi.

"Desde o início houve um grande interesse mútuo entre nós na construção de algo no longo prazo. Nico tem uma personalidade forte e sua contribuição, em nível profissional e pessoal, nos ajudará a progredir tanto no desenvolvimento do carro quanto na construção da equipe. Com sua rapidez, sua experiência e seu comprometimento em trabalhar em equipe, será uma parte importante do projeto", disse Seidl.

São Paulo confirma déficit em 2023 e detalha dívidas com Ceni, Daniel Alves e Dorival

O São Paulo divulgou o balanço financeiro de 2023, após aprovação dos conselheiros, e confirmou ter fechado o ano com déficit de R$ 62,2 milhões, valor que já havia sido antecipado no mês passado. O documento, publicado na edição do Estadão desta sexta-feira, traz detalhes dos acordos trabalhistas e cíveis do clube, entre os quais o maior montante devido é a Daniel Alves. Dívidas com Rogério Ceni e Dorival Júnior também estão discriminadas no balanço.

Condenado por estupro na Espanha, mas em liberdade condicional após mais de um ano preso, Daniel Alves fez um acordo com a diretoria são-paulina ao deixar o clube em 2022. Junto ao contrato encerrado, o São Paulo fez uma confissão de dívida. A quantia, que era de R$ 20.412.000 ao final de 2022, caiu para R$ 10.150.000 no encerramento de 2023. Outra dívida que teve redução considerável foi com volante Juilei, que deixou o clube em 2020. Neste caso, o valor caiu de R$ 2.692.000 para R$ 673 000.

O São Paulo também tem acordos trabalhistas com os dois treinadores que teve ao longo da temporada passada. Demitido em abril de 2023 após um ano e meio de trabalho, o ídolo tricolor Rogério Ceni, hoje técnico do Bahia, tem R$ 4.132.000 para receber. Já Dorival Júnior, que deixou o comando no começo do ano para treinar a seleção brasileira, espera o pagamento total de R$ 3.146.000.

Apesar do montante acumulado a ser pago aos treinadores, o valor de dívidas oriundas de acordos trabalhistas e cíveis foi reduzido de R$ 97.775.000 para R$ 71.527.000.

Déficit apesar de aumento na arrecadação - O São Paulo fechou o ano de 2023 com déficit de R$ 62,2 milhões, mesmo após conseguir a arrecadação de R$ 680,7 milhões, superior aos R$ 660,5 milhões arrecadados em 2022. Desde o ano passado, o presidente são-paulino Julio Casares vinha falando sobre a possibilidade de terminar a temporada em déficit, como consequência das decisões que priorizaram o desempenho esportivo do time, campeão da Copa do Brasil pela primeira vez em sua história. O título rendeu premiação de R$ 70 milhões aos cofres tricolores.

A dívida tricolor aumentou em R$ 80 milhões e chegou ao total de R$ 666 milhões, valor abaixo dos R$ 680,7 milhões de receita acumulada no ano passado, ponto que a diretoria são-paulina destaca para defender a saúde de suas finanças.

Jokic comanda, Nuggets vencem Lakers de novo e ficam perto de avançar nos playoffs da NBA

Nikola Jokic voltou a se impor em quadra e comandou mais uma vitória do Denver Nuggets sobre o Los Angeles Lakers, por 112 a 105, na noite da última quinta-feira. Foi o primeiro jogo da série melhor de sete jogos na casa da equipe californiana. Com o resultado, os Nuggets abriram 3 a 0 no confronto. Nunca uma equipe conseguiu reverter tal desvantagem na história dos playoffs da NBA.

Os Nuggets, atuais campeões, estão agora a apenas uma vitória na série para avançar às semifinais da Conferência Oeste. A quarta partida do confronto está marcada para sábado, novamente na casa dos Lakers, que tentarão evitar a "varrida", com pelo menos um triunfo na série.

Mesmo jogando fora de casa, os Nuggets repetiram o ímpeto das duas primeiras partidas da série. Jokic, como de costume, liderou a equipe ao se aproximar de um "triple-double": 24 pontos e 15 rebotes e nove assistências. Aaron Gordon também se destacou, com dois dígitos em dois fundamentos diferentes: 29 pontos e 15 rebotes. Michael Porter contribuiu com 20 pontos e 10 rebotes.



(Foto: Divulgação)

Pela equipe da casa, Anthony Davis foi o destaque, com 33 pontos e 15 rebotes. LeBron James, mais discreto, ajudou com 26 pontos. O time anfitrião sentiu falta das boas atuações de D'Angelo Russell, que decepcionou. Ele não marcou um ponto sequer nos 24 minutos em que esteve em quadra.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

2º CADERNO

VARIEDADES

Gravações raras de Gal Costa São publicadas no YouTube; ouça


(Foto: Nilton Fukuda/Estadão/Estadão)

Em meio à polêmica disputa entre Gabriel Costa e Wilma Petrillo pela herança de Gal Costa (1945-2022), três gravações raras da cantora foram disponibilizadas no YouTube. São registros feitos em 1978, durante uma turnê da cantora pela Argentina.

As gravações foram postadas em janeiro deste ano por um canal cujo proprietário não se identifica, mas só agora ganharam repercussão. O autor da publicação informa que os registros foram feitos durante a passagem de som que Gal fez em um hotel da capital argentina em outubro de 1978.

Acompanhando-se no violão, Gal canta três músicas. Uma delas é O Leãozinho, composição de Caetano Veloso que ela nunca gravou. A canção fazia parte do roteiro do show Com a Boca no Mundo, de 1977. Já havia um registro amador de Gal cantando O Leãozinho. No entanto, esse que os fãs puderam ter acesso agora é muito superior, embora ainda careça de tratamento sonoro.

Gal Costa - Leãozinho

Outra música que essa postagem traz é Antonico, samba de Ismael Silva que Gal cantava em seu lendário show Fa--tal, de 1971. Ainda há Falsa Baiana, outro samba, esse, escrito por Geraldo Pereira, que também fazia parte do repertório do Fa-tal.

Gal Costa - Falsa Baiana

Gal, assim como outros cantores brasileiros nas décadas de 1960 e 1970, costumava fazer apresentações periódicas na Argentina. No entanto, a cantora só estreitou os laços com o país vizinho a partir de 1985, quando seu dueto com Tim Maia em Um Dia de Domingo, balada composta por Michael Sullivan e Paulo Massadas, fez grande sucesso por lá.

Gal Costa - Antonico

Como mostrou reportagem do Estadão, há muitos registros raros e inéditos de Gal Costa. Entre eles, um encontro ao vivo com João Donato (1934-2023) no qual eles cantam músicas como Flor de Maracujá, Verbos do Amor e Nasci para Bailar. Também existe uma versão em espanhol de "Baby" e gravações na íntegra dos shows Índia e Cantar.

Com a disputa entre Gabriel e Wilma pela herança de Gal, questões relacionadas à parte artística da cantora também ficam emperradas. Para que algo novo seja lançado, é preciso que ambos entrem em um acordo, que ainda precisaria ser validado pela Justiça.

O áudio do último show de Gal, por exemplo, realizado no festival Coala em setembro de 2022, está pronto e mixado, mas até o momento não há previsão de lançamento.

Onde foi gravada a novela das seis, 'No Rancho Fundo': Lasca Fogo e Lapão da Beirada existem?


(Foto: Divulgação/Globo)

No Rancho Fundo, nova novela das seis da TV Globo, tem trama ambientada no sertão nordestino. Mais especificamente, os personagens da história circulam por duas cidades do Cariri: Lasca Fogo e Lapão da Beirada. Elas existem mesmo? E a novela, foi gravada em qual cidade do Nordeste? A seguir, saiba mais sobre o belíssimo cenário exibido no folhetim.

Lasca Fogo e Lapão da Beirada existem na vida real?

A resposta pode desagradar quem já se encantou pelo cenário da novela: Lasca Fogo e Lapão da Beirada são cidades fictícias, inventadas para a novela.

Lasca Fogo é onde fica a humilde fazenda dos Leonel, família protagonista da trama, e a estonteante Gruta Azul. Já Lapão da Beirada é a cidade "grande" da região, que passa a atrair garimpeiros após a descoberta das jazidas de pedras preciosas. Lá estão também o Cabaré Voltagem e o Hotel São Petersburgo.

Onde a novela 'No Rancho Fundo' foi gravada?

No Rancho Fundo, apesar de se passar no sertão nordestino, não foi gravada em nenhuma cidade do Nordeste. As imagens externas, em que vemos belos cânions, cachoeiras e paisagens áridas, foram, na verdade, filmadas em Diamantina, cidade localizada no Vale do Jequitinhonha, na região central de Minas Gerais - e cuja história ficou marcada pela exploração das jazidas de diamante, o que se assemelha ao enredo da novela.

O restante das cenas estão sendo gravadas na cidade cenográfica construída em uma área de 6,7 mil metros quadrados nos Estúdios Globo, no Rio de Janeiro. As adoráveis ruas do distrito de Lapão da Beirada, por exemplo, foram montadas lá.

Anne Bourgeois, cenógrafa da novela, revelou que o design da cidade foi inspirado em elementos arquitetônicos e decorativos de cidades interioranas do Norte e Nordeste do País, como as construções coloridas e molduras em estilo platibanda.

Modelo argentina de 60 anos pode concorrer ao Miss Universo



(Foto: Reprodução/Instagram/@miss.universo_buenos_aires)

A argentina Alejandra Rodriguez, de 60 anos, foi a vencedora do Miss Universo da província de Buenos Aires no domingo, 21. A modelo seguirá para a disputa nacional e, caso vença, poderá ser a representante do país no Miss Universo internacional.

Alejandra é advogada e jornalista, residente da cidade de La Plata. Ela foi estreante na competição regional, na primeira vez em que o concurso ocorreu sem limite de idade.

"Eu nunca havia me inscrito. Agora surgiu essa oportunidade e me pareceu um desafio, uma proposta muito interessante", contou ao canal TN na última terça-feira. "A beleza não é apenas o físico. Tem a ver com a atitude perante a vida, que vai além da estética. Por isso, acho que o concurso veio para quebrar esses estereótipos, e é isso que está lhe dando tanta visibilidade."

Na próxima etapa, que acontecerá no dia 25 de maio em Buenos Aires, Alejandra Rodriguez concorrerá com outras 27 finalistas argentinas.

A vencedora irá disputar a edição internacional do Miss Universo.

"Foi uma decisão bastante pensada", disse ela. "Mas, graças à diretora do Miss Universo Buenos Aires, decidi me inscrever aos 60 anos."

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

VARIEDADES

Fernanda e Pitel ganham programa no Multishow e vão apresentar talk show na cama

As ex-participantes do BBB 24, Fernanda Bande e Giovanna Pitel, vão ganhar um programa no Multishow, de acordo com o diretor geral de TV da Globo, Amauri Soares. A novidade foi anunciada durante um evento interno na Globo, na última quarta-feira, 24, e será ambientada com as duas conversando em uma cama.

"Em breve um programa com elas duas [Fernanda e Pitel], produzido pelos Estúdios Globo. Em breve, no Multishow", afirmou Amauri durante o evento.

O programa, um talk show com cerca de 10 episódios, será lançado ainda no primeiro semestre de 2024, revelou o Gshow.

A direção é de Patrícia Cupello, com direção de Gênero feita por Mariano Boni.

A equipe de Fernanda também confirmou a informação por meio do X, antigo Twitter: "Fernanda e Pitel são as novas apresentadoras do Multishow e vão ter um programa juntinhas. Ansiosos para acompanhá-las nessa nova jornada?! Por aqui estamos transbordando de orgulho."


(Foto: Reprodução/Instagram)


(Foto: Instagram/Reprodução (@claudiaraia))

Claudia Raia revela fim de contrato com a Globo e novo momento: 'mais livre'

Claudia Raia, hoje com 57 anos, detalhou como vem sendo o seu novo momento de carreira. Em entrevista ao TV Fama, a atriz revelou o fim de contato com a Rede Globo e sua preparação física para o papel na peça Tarsila, a Brasileira.

"Estou na ativa, faço aula de balé, malho, é um dia a dia bem corrido", contou. Me preparei para esse espetáculo, perdi quase 15 quilos durante os ensaios e fazendo dieta".

Depois de 40 anos ininterruptos, o contrato fixo da atriz com a Globo termina agora, em julho.

"Tenho muita gratidão por ter ficado lá, por ter formado toda a minha personalidade profissional ali dentro", declarou. "Tive muitas mãos estendidas a mim e sou realmente muito grata. Agora é hora de fazer outras coisas. Não tenho nenhum projeto de audiovisual, mas temos muitos projetos de teatro e as coisas vão aparecendo".

"Acho bonito também esse meu segundo ato mais livre e que faz parte desse momento que estou vivendo", completou.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

LANÇAMENTOS/LIVROS

Minha mãe, meu mundo: livro destaca o carinho, o amor e a gratidão que sempre tivemos pelas nossas mães

___ Lançamento especial de abril da Buzz Editora, obra presta homenagem às mães com poemas de autoria de Anderson Cavalcante e Simone Paulino

Ela tem a capacidade de ouvir o silêncio.
Adivinhar sentimentos.
Encontrar a palavra certa nos momentos incertos.
Nos fortalecer quando tudo ao nosso redor parece ruir.
Sabedoria emprestada dos deuses para nos proteger e amparar.
Sua existência é em si um ato de amor.
Gerar, cuidar, nutrir.
Amar, amar, amar...
Amar com um amor incondicional que nada espera em troca.
Afeto desmedido e incontido, mãe é um ser infinito

Lançamento especial em celebração ao Dia das Mães, Minha mãe, meu mundo, de Anderson Cavalcante — autor sucesso de vendas com mais de 2 milhões de exemplares vendidos —, e Simone Paulino, recebe nessa nova edição um visual repaginado e moderno.

A obra, com muita sensibilidade, destaca o carinho, o amor e a gratidão que sempre tivemos pelas nossas mães, reconhecendo tudo que sempre fizeram por nós e todo o tempo e o amor que dedicaram a nós. Dá voz, também, a todas as pessoas que, em algum momento, não conseguiram verbalizar todo o amor pela mãe.

O livro integra a linha de gift books da Buzz Editora e é uma das melhores formas de expressar todo o amor às mães, Além disso, o projeto gráfico é instagramável e vem com uma página especialmente para os leitores e as leitoras colarem uma foto com sua mãe.



(Foto: Divulgação)

Lançamento do livro "Esperança, Paz e Luz": uma obra sobre acreditar na vida, nas pessoas e no futuro

___ Autor Ilan Brenman explora o poder das histórias de promover a diversidade e inspirar esperança

Em comemoração ao Mês do Livro Infantil, a Fundação Educar lança o livro "Esperança, Paz e Luz", escrito pelo autor Ilan Brenman. A obra conta a história de três meninas, representando diferentes regiões do Brasil: Esperança na floresta, Paz no sertão e Luz em uma grande cidade. O livro, através do olhar curioso das crianças, explora as possibilidades de um mundo melhor, promovendo a beleza da diversidade e inspirando a crença em um futuro mais luminoso.

"Esperança, Paz e Luz" é uma obra que encanta tanto crianças quanto adultos. Ilan Brenman, conhecido por sua habilidade em contar histórias que tocam os corações dos leitores, mais uma vez demonstra sua maestria ao abordar temas importantes como acreditar na potência das pessoas e do mundo.

O livro "Esperança, Paz e Luz" foi selecionado para integrar o acervo da Fundação Educar por meio do projeto Leia Comigo!. Este projeto tem como objetivo fortalecer os laços entre as crianças e os mediadores de leitura, sejam educadores, familiares ou voluntários, promovendo o desenvolvimento educacional e emocional das crianças.

"Estamos entusiasmados em lançar 'Esperança, Paz e Luz' em comemoração ao Dia Mundial do Livro e como parte do projeto Leia Comigo!, da Fundação Educar. Este livro não apenas encanta com sua narrativa envolvente, mas também promove valores essenciais como a diversidade e a esperança em um mundo melhor. Esperamos que essa obra inspire muitas crianças a acreditar no poder transformador das histórias", comemora a Gestora da Fundação Educar, Cristiane Stefanelli.

O lançamento oficial do livro "Esperança, Paz e Luz" acontece no dia 29 de abril (segunda-feira), no Centro de Convenções da Secretaria Municipal de Educação de Campinas, localizado na Rua Antonio Nunes dos Santos, 121 - Bairro Chácara do Vovô, no período da manhã. O evento exclusivo contará com a presença de diretores, professores e educadores das redes públicas de educação de Campinas, proporcionando um ambiente adequado para a troca de experiências e o fortalecimento dos laços comunitários.

"Uma história de três meninas brasileiras e suas realidades e como essas realidades se encontram. 'Esperança, Paz e Luz' é o que a gente mais quer na vida, então, durante a leitura, espero que encontrem dentro do coração de vocês, esperança, paz e luz. E assim, a gente consegue caminhar e ter uma perspectiva de futuro", confirma o autor.



(Foto: Divulgação)

'Romário - O Cara', série documental original sobre o jogador brasileiro, estreia na max em 23 de maio

___ Com depoimentos de grandes estrelas do futebol mundial, a produção mostra a trajetória de Romário até o tetracampeonato mundial.



(Foto: Divulgação)

ROMÁRIO - O CARA, a série documental Max Original que trata de um dos nomes mais icônicos do futebol brasileiro, estreou na plataforma de streaming Max no dia 23 de maio. Com seis episódios, a produção mostra a trajetória de Romário até a histórica conquista do tetracampeonato mundial de 1994, que completa 30 anos no próximo mês de julho. A série também revela quais foram as motivações do 'Baixinho', como é conhecido, durante os momentos decisivos de sua carreira. A cada semana, serão lançados dois episódios.

O público vai acompanhar os bastidores e os desdobramentos de conquistas e polêmicas protagonizadas pelo craque dentro e fora de campo. A produção Max Original conta com depoimentos exclusivos e sem filtros do protagonista Romário e de outros grandes nomes do futebol mundial, como Roberto Baggio, Pep Guardiola, Hristo Stoichkov, Franco Baresi, Ronaldo, Neymar e Bebeto.

ROMÁRIO - O CARA, dirigida por Bruno Maia e produzida por Feel the Match e Kromaki, recupera as origens e reconstrói os caminhos traçados por um dos maiores atacantes de todos os tempos. O arco narrativo começa em 1992, quando o jogador é colocado no banco de reservas da Seleção Brasileira, entra em conflito com a comissão técnica e fica de fora de importantes convocações seguintes. Entre idas e vindas cronológicas, a série se desenrola até o seu épico retorno à Seleção, que culmina com as conquistas da Copa do Mundo de 1994 e do prêmio de melhor jogador do planeta do mesmo ano.

A produção também mergulha na intimidade de Romário e aborda relevantes assuntos de sua vida pessoal, como o sequestro de seu pai, às vésperas do Mundial de 1994. O documentário ainda apresenta imagens inéditas das passagens do craque por PSV e Barcelona, além de relembrar marcantes acontecimentos da história recente do Brasil, como a morte de Ayrton Senna e o impeachment do ex-presidente Fernando Collor.

ROMÁRIO - O CARA é uma produção da Feel The Match e Kromaki para a Warner Bros. Discovery, dirigida por Bruno Maia. Pela WBD, assinam a produção Sergio Nakasone, Adriana Cechetti e Patricio Díaz. Pela Feel the Match e Kromaki, a produção ficou a cargo de Rodrigo Letier, Bruno Maia, Roberta Oliveira, Anna Julia Werneck e Victor Hugo Fiuza.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676